

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL**  
**FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL - FSSO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - MESTRADO**

**LIANA FRANÇA DOURADO BARRADAS**

**MARX E A DIVISÃO DO TRABALHO NO CAPITALISMO**

**Maceió-AL**

**2012**

**LIANA FRANÇA DOURADO BARRADAS**

**MARX E A DIVISÃO DO TRABALHO NO CAPITALISMO**

Dissertação de Mestrado em Serviço Social apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

Orientação da professora PhD. Maria Cristina Soares Paniago.

**Maceió-AL**

**2012**

**Catálogo na fonte  
Universidade Federal de Alagoas**

**Biblioteca Central**

**Divisão de Tratamento Técnico**

**Bibliotecária Responsável: Fabiana Camargo dos Santos**

B268m Barradas, Liana França Dourado.  
Marx e a divisão do trabalho no capitalismo / Liana França  
Dourado Barradas. – 2012.  
146 f.

Orientadora: Maria Cristina Soares Paniago.  
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade  
Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2012.

Bibliografia: f. 145-146.

1. Trabalho. 2. Divisão social do trabalho. 3. Capital.  
4. Capitalismo. I. Título.

CDU: 364.12:316.334.2



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - MESTRADO**

Membros da Comissão Julgadora de Defesa da Dissertação da Mestranda Liana França Dourado Barradas, intitulada “*Marx e a Divisão do Trabalho no Capitalismo*”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (PPGSS-UFAL), em 10 de Dezembro de 2012, às 16 horas, no Miniauditório da Faculdade de Serviço Social (FSSO - UFAL), em Maceió, Alagoas.

**Banca Examinadora:**

**Prof.ª. Dr.ª. Maria Cristina Soares Paniago**  
Orientadora (FSSO/PPGSS - UFAL)

**Prof. Dr. Artur Bispo dos Santos Neto**  
Examinador Interno (ICHCA/PPGSS - UFAL)

**Prof. Dr. Daniel Alvares Rodrigues**  
Examinador Externo (CE - UFPE)

**Aprovada em 10 de Dezembro de 2012.**

À memória de Mauro Barradas Machado, Papai.

*“Razão pela qual me transformou,  
fortalece-me a lutar hoje e,  
faz-me acreditar na possibilidade da construção do amanhã.”*

## AGRADECIMENTOS

O processo de finalização dessa etapa de formação conta com a participação direta e indireta de muitas pessoas especiais. Agradeço a todos e todas pela contribuição e fomento para a conclusão deste trabalho. Afinal, apesar de ser a protagonista desse processo, a pesquisa é o reflexo de muitas contribuições coletivas.

Primeiramente, agradeço aos meus familiares, pelo apoio, força e credibilidade na minha trajetória de estudos. Agradeço os estímulos, o carinho, amor incondicional e o respeito às minhas escolhas.

Em especial, agradeço ao meu companheiro Gabriel, por tudo!

Aos professores do mestrado, que decisivamente contribuíram com a minha formação. Percebi que o processo de conhecimento é complexo e às vezes, desesperador. Agradeço a todos os professores que deram apoio ao desenvolvimento desse processo difícil, mas imprescindível. Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, pela convivência com todos os docentes que compõem o Programa, o Colegiado, os discentes e técnicos/estagiárias. Aos colegas da turma do Mestrado pela convivência e aprendizado compartilhados. Agradeço a Francine e Juliana por todos os momentos juntas nesta difícil e enriquecedora fase! Ao extinto “Núcleo de Formação de Militantes Marxistas”, pelos sentimentos coletivos de continuidade da luta... Aos integrantes do Grupo de Pesquisa: *Lukács e Mészáros: fundamentos ontológicos da sociabilidade burguesa*, por tudo o que construímos e compartilhamos. Agradeço aos professores Artur Bispo e Daniel Rodrigues por terem feito parte das bancas de qualificação e defesa, por todas as contribuições e discussões valiosas que suscitaram.

Agradeço em especial a minha orientadora, Cristina Paniago. Pelo exemplo de dedicação com a ciência e pela atenção com os pesquisadores iniciantes. Agradeço as “sacudidas” e o apoio de todas as horas. Pela enorme contribuição teórica, responsabilidade acadêmica e com a formação humana! Sinto-me muito grata por partilhar experiências que revolucionaram minha vida.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas - FAPAL, pelo incentivo ao desenvolvimento desta pesquisa, através da concessão da bolsa de estudos.

[...]

Uma flor nasceu na rua!  
Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.  
Uma flor ainda desbotada  
ilude a polícia, rompe o asfalto.  
Façam completo silêncio, paralitem os negócios,  
garanto que uma flor nasceu.

Sua cor não se percebe.  
Suas pétalas não se abrem.  
Seu nome não está nos livros.  
É feia. Mas é realmente uma flor.

Sento-me no chão da capital do país às cinco horas da tarde  
e lentamente passo a mão nessa forma insegura.  
Do lado das montanhas, nuvens maciças avolumam-se.  
Pequenos pontos brancos movem-se no mar, galinhas em pânico.  
É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio.

## RESUMO

A presente dissertação faz uma sistematização da análise marxiana sobre a processualidade histórica da divisão do trabalho na sociedade capitalista. Através da análise imanente do Livro primeiro, Tomos I e II da obra célebre de Karl Marx *O Capital: crítica da economia política* buscou-se expor os aspectos gerais da divisão social do trabalho concomitante ao desenvolvimento do trabalho. Demonstraremos que para Marx, o processo de desenvolvimento da divisão social do trabalho tem um caráter universal, mas ao longo da história se desenvolve com diferentes características nas distintas sociedades de classes, como no escravismo, feudalismo e capitalismo. Veremos também que a divisão social do trabalho é determinante no processo de generalização da produção da mercadoria. Analisaremos os aspectos gerais e específicos da divisão do trabalho como força impulsionadora ao progresso das forças produtivas no modo de produção capitalista, e como forma específica de consolidação da exploração do capital sobre o trabalho. Para Marx, o desenvolvimento da divisão do trabalho no capitalismo opõe as forças intelectuais do processo de produção como propriedade alheia aos produtores que realizam o trabalho manual. O capital, nesse sentido, exerce o poder despótico ao dominar e dirigir as potências intelectuais da produção. Esse processo de divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual começa na cooperação simples, desenvolve-se na manufatura e se completa na grande indústria ao consolidar a separação entre o trabalho e a ciência como força a serviço dos interesses do capital. Desse modo, segundo Marx, veremos que a processualidade histórica da divisão do trabalho no capitalismo cumprirá a função social de reproduzir na esfera produtiva e na sociedade em geral o comando do capital sobre o processo de trabalho e sobre os produtores.

**Palavras-chave:** Trabalho. Divisão Social do Trabalho. Capital. Capitalismo.

## ABSTRACT

This dissertation makes a systematization form analysis of the marxian on processuality historical division of labor in capitalist society. Through analysis of the immanent Book first, T. I and II of the celebrated work of Karl Marx's Capital: critique of political economy sought to expose the general aspects of the social division of labor concomitant development work. Demonstrate that for Marx, the process of development of the social division of labor has a universal character, but throughout history unfolds with different characteristics in different class societies, as in slavery, feudalism and capitalism. We will also see that the social division of labor is crucial in the process of generalization of good production. We will review the general and specific aspects of the division of labor as the driving force for progress of productive forces in the capitalist mode of production, and as a specific form of consolidation of exploitation of capital over labor. For Marx, the development of the division of labor under capitalism opposes the intellectual forces of the production process as the property of others for producers who perform manual labor. The capital, accordingly, exercising despotic power to dominate and direct the intellectual powers of production. This process of division between manual and intellectual work begins in simple co-operation, develops and manufactures complete in the industry to consolidate large separation between work and science as a force serving the interests of capital. Thus, according to Marx, we see that processuality historical division of labor under capitalism fulfill the social role to play in the productive sphere and in society at large command of capital over labor process and on producers.

**Keywords:** Labor. Division of Social Work. Capital. Capitalism.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	09
<b>1 OS ASPECTOS GERAIS DA DIVISÃO DO TRABALHO</b> .....	19
1.1 O trabalho enquanto categoria universal.....	20
1.2 O caráter universal da divisão do trabalho.....	28
1.3 A relação entre a divisão social do trabalho e a mercadoria.....	36
1.4 O processo de valorização, o fetichismo da mercadoria e a divisão social do trabalho.....	43
<b>2 A DIVISÃO DO TRABALHO E O DESENVOLVIMENTO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: MANUFATURA E GRANDE INDÚSTRIA</b> .....	60
2.1 A cooperação como unidade capitalista de produção.....	61
2.2 A produção da manufatura e o desenvolvimento da divisão do trabalho.....	73
2.3 A relação entre a divisão do trabalho na manufatura e a divisão do trabalho na sociedade.....	84
2.4 A divisão do trabalho na fábrica.....	92
<b>3 DIVISÃO DO TRABALHO: EXPRESSÃO DA EXPLORAÇÃO DO CAPITAL SOBRE O TRABALHO</b> .....	106
3.1 A divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual: cisão entre planejamento e execução.....	107
3.2 A função social da divisão do trabalho capitalista.....	119
3.2.1 O controle: dominação e poder do capital.....	126
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	134
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	145

## INTRODUÇÃO

A discussão sobre a origem, natureza e função social da profissão do Serviço Social, nos marcos das últimas décadas, alcançou uma maturidade intelectual notória no Brasil. O desenvolvimento profissional a partir da aproximação do Serviço Social ao marxismo coloca no plano teórico uma disputa pela hegemonia entre correntes teóricas plurais para a construção de um novo “Projeto Profissional”. Uma das expressões deste embate profissional resultou no processo de ruptura teórica e prática com a filosofia neotomista, o conservadorismo e a neutralidade da profissão, consolidando uma postura política e teórica engajada frente à luta social.

Os estudos que buscavam o entendimento do surgimento do Serviço Social como profissão, no seio da sociedade capitalista, se fizeram evidentes no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980. Esse movimento progressista, que vai além das reformulações normativas, reforça as mudanças de caráter ídeo-cultural, político, teórico-metodológico e histórico da profissão, norteado pelo comprometimento com a classe trabalhadora e a emancipação humana. Como afirma Santos (2007, p. 10), o processo de Renovação do Serviço Social no Brasil expressou uma intimidação das diferentes correntes ídeo-teóricas, em particular, o conservadorismo. O processo de renovação profissional representado pela vertente crítica “Intenção de Ruptura”<sup>1</sup> protagonizou um movimento de construção de uma nova base de legitimidade que “rompesse” com o conservadorismo, através da interlocução teórica com a tradição marxista.

Para Santos (2007, p. 55), “foi um giro importante, pois até então a presença do conservadorismo era naturalizada; era como que intrínseca, de tão arraigada na cultura profissional.” Abre-se deste modo um campo de possibilidades de intervenções, que até então só era concedido ao conservadorismo. Esta observação inicial é de suma importância para entendermos o contexto que possibilitou a análise

---

<sup>1</sup> De forma breve, representou a inicial interlocução teórica e apropriação ideológica com a vertente marxista e propunham romper com o tradicionalismo profissional. Netto (2007) afirma que o “Método BH” representou a emersão do processo de “ruptura”, mas apesar do pioneirismo e importância, não tinha o caráter “clássico da tradição marxiana”. Sobre o processo de Renovação profissional, ver Netto (2007); Santos (2007).

do Serviço Social fundamentada no referencial teórico marxista, o qual apreende o Serviço Social extrapolando as suas dimensões endógenas e fenomênicas.

No contexto desta abertura teórica no interior do Serviço Social, se destacam no país algumas publicações relevantes que contribuem decisivamente para a consolidação da interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista. Dentre elas, *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – esboço de uma interpretação histórico-metodológica* de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho. Nessa obra, publicada em 1982, pretendeu-se entender o desenvolvimento histórico da profissão contextualizado dialeticamente a partir de sua origem e inserção social na sociedade capitalista. Como afirmaram Iamamoto e Carvalho:

parte-se do pressuposto de que a compreensão da profissão de Serviço Social implica o esforço de inseri-la no conjunto de condições e relações sociais que lhe atribuem um significado e nas quais torna-se possível e necessária. Afirma-se como um tipo de especialização do *trabalho coletivo*, ao ser expressão de necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais no ato de produzir e reproduzir os meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada. [...] O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na *divisão social do trabalho*, tendo como pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, [...] (2007, p. 76-77, grifo nosso).

Torna-se amplamente difundido no meio acadêmico e profissional o esforço de se “compreender a profissão historicamente situada, configurada como um tipo de especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho peculiar à sociedade industrial” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 71). De acordo com Iamamoto e Carvalho (2007, p. 86), o “trabalhador assalariado”; “trabalhador especialista do trabalho coletivo” revela o Assistente Social como um profissional que não desempenhe funções diretamente produtivas. O Assistente Social participa ao “lado de outras profissões, da tarefa de implementação de condições necessárias ao processo de reprodução no seu conjunto, integrada como está na *divisão social e técnica do trabalho*” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 86). O significado social da profissão, investigado pioneiramente por Iamamoto através do prisma “clássico marxiano”, passa a ser amplamente reproduzido no meio acadêmico e bibliográfico.

Nesse sentido, passa-se a se entender que a profissão se insere na “divisão social e técnica do trabalho”. Tal análise passa a ser ratificada por outros autores

que realizam seus esforços teóricos e analíticos no sentido de reiterar as análises inicialmente feitas por Yamamoto, como José Paulo Netto. Para Netto, a análise do Serviço Social nos marcos do desenvolvimento do capitalismo monopolista tem na expressão da questão social as suas determinações sociais e particularidades sócio-históricas. De acordo com José Paulo Netto, o Serviço social é uma “atividade profissional como tal – respaldada por sua funcionalidade no espectro da *divisão social (e técnica) do trabalho* na sociedade burguesa consolidada e madura” (2005, p. 18, grifo nosso). A profissionalização do Serviço Social, segundo ele, vincula-se ao desenvolvimento da dinâmica monopolista “pelo desempenho de papéis, atribuições e funções a partir da ocupação de um espaço na *divisão social (e técnica) do trabalho* na sociedade burguesa” (NETTO, 2005, p. 73, grifos nossos).

Vale ressaltar que diante do que verificamos na literatura do Serviço Social, desde a década de 1980, percebemos que as análises de Yamamoto e Netto sobre o desenvolvimento da profissão conjugam do mesmo pressuposto: é consenso o entendimento da inserção da profissão na “divisão social (e técnica) do trabalho”. Esclarecemos que apesar de delimitarmos o objeto a partir da literatura que entende “o Serviço Social inscrito na divisão social e técnica do trabalho”, não exploraremos o referido tema no interior da interlocução bibliográfica da profissão. Buscaremos através do desenvolvimento de uma pesquisa nos limites do nível de mestrado, apenas evidenciar o que seria de fato a “divisão social do trabalho capitalista” segundo a análise de Marx. Nesse sentido, apesar de não termos como meta analisar a relação entre o Serviço Social e a divisão social do trabalho, ressaltamos a importância desse estudo para a contribuição teórica na área do conhecimento do Serviço Social e para o debate acadêmico.

No contexto contemporâneo de crise estrutural do capital, inúmeras soluções ao seu enfrentamento vêm emergindo, como a reestruturação produtiva que se evidencia a partir da década de 1970. Assiste-se a inúmeras afirmações e teses de que se estaria numa transição para um novo padrão produtivo com a ruptura do fordismo e a emergência do toyotismo, ou mesmo que a humanidade estaria vivenciando uma “sociedade pós-industrial”, isenta da constituição de classes sociais, tal como analisou Marx, no século XIX. Sobre essa discussão alguns autores defendem a tese de que os impactos dessas mudanças geraram também profundas transformações na natureza do trabalho, bem como teriam alterado a

divisão social do trabalho. Todavia, tais assertivas são contestadas e refutadas predominantemente no campo teórico marxista. Não será a nossa intenção elucidar as principais teses deste debate, mas, apenas sinalizar a importância do resgate dos principais fundamentos da divisão do trabalho segundo Marx, para melhor subsidiar as apreensões sobre os impactos da reestruturação produtiva sobre as relações sociais de produção.

Gorz (1996), por exemplo, traz uma importante coletânea de textos sobre a “Crítica da divisão do trabalho”. Gorz ressalta que o desenvolvimento da divisão do trabalho é concomitante ao processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista e a divisão social do trabalho perpetua a dominação de uma classe em relação à outra. Ao resgatar textos de Marx em *O Capital* da divisão manufatureira do trabalho à fábrica automática, Gorz (1996) reafirma que a separação entre trabalho manual e intelectual constitui uma relação de oposição e personificação de interesses de classes antagônicas. Gorz traz também o ensaio de Stephen Marglin (1971 apud GORZ, 1996, p. 41), o qual salienta que a função social da organização hierárquica do trabalho e o desenvolvimento capitalista do trabalho consistem essencialmente em permitir a acumulação do capital.

Um texto apresentado por Gorz (1996) sobre as tendências e reordenamento das formas de subordinação do trabalho ao capital referem-se ao artigo de Pignon e Querzola (1972) sobre os aspectos de dominação do trabalho na fábrica e da resistência dos trabalhadores. Pignon e Querzola destacam que diante da dominação e controle exercido com a organização taylorista-fordista, surge nos Estados Unidos entre 1945-50, uma política proposta através do “Plano Scanlon”<sup>2</sup>, por um ex-siderúrgico sindicalista. Tal plano propunha o amortecimento das resistências e reivindicações dos trabalhadores. De acordo com Pignon e Querzola, esta inovadora política organizacional da esfera produtiva, diferentemente da divisão do trabalho que reproduzia a “rigidez hierárquica do taylorismo-fordismo” tem como base a “participação do operário no processo produtivo”, fazendo com que haja o “fim dos conflitos” e um processo de “integração econômica e ideológica” (1972 apud GORZ, 1996, p. 96). Nesse sentido, os autores afirmam que a política integracionista das empresas não seguia mais os ditames do paternalismo tradicional, mas havia a

---

<sup>2</sup> Trata-se de um projeto de integração e cooperação entre “trabalho-direção”, como método de redução de custos de pessoal e estímulo do grupo (DOYLE, 1970 apud GORZ, 1996, p. 130).

inovação de se fazer com que o operário se reconhecesse como participante da esfera de tomadas de decisões e controle sobre o processo produtivo.

Além disso, Pignon e Querzola (1972 apud GORZ, 1996, p. 99-100) destacam que essas inovações gerenciais foram introduzidas ao mesmo tempo em que se desenvolvia a divisão do trabalho tradicional, mas que os operários se organizavam através de equipes que realizavam operações específicas. Este reordenamento tem como meta garantir uma forte posição de concorrência através da redução dos custos ao mínimo. E para chegar a isso, devem apoiar-se essencialmente na iniciativa dos próprios trabalhadores, uma vez que “estes conhecem a produção mais do que ninguém; que é, pois necessário dar-lhes a oportunidade de exprimirem seu ponto de vista sobre o processo de produção” (PIGNON; QUERZOLA, 1972 apud GORZ, 1996, p. 99). Os autores enfatizam que apesar de toda a integração dos operários sobre as decisões nas equipes de produção essas novas formas de organização não substituem as antigas.

Não pretendemos que estas formas de organização e as ideologias que lhes correspondem sejam novas na história do capitalismo, mas vamos interpretá-las no “contexto atual” como sinais anunciadores de uma “revolução” nas formas de organização da produção – que também são as formas de dominação do trabalho pelo capital (PIGNON; QUERZOLA, 1972 apud GORZ, 1996, p. 105).

Pignon e Querzola (1972 apud, GORZ 1996, p. 109-110) afirmam que apesar de haver “formalmente” uma certa “democratização”, não há uma mudança na relação de dominação dos empregados pelo patrão, mas apenas uma maior pressão, que os autores apontam como “tendência geral no capitalismo atual, de pressão do patrão, dos clientes e do mercado, flexibilizando o controle burocrático exercido pela gerência.” Segundo Pignon e Querzola (1972 apud GORZ, 1996, p. 120), o desejo pela “eficácia e diminuição relativa do preço do trabalho” impulsionará a gerência a investir nos métodos de “intensificação do trabalho e desqualificação.”

Apesar das mudanças ocasionadas pela reestruturação produtiva “aparentemente” terem alterado as relações de classe, Lessa (2007) defende a distinção ontológica entre *trabalho, como fundamento ontológico do ser social* e o *trabalho abstrato*, bem como a distinção entre trabalho manual e trabalho intelectual. Lessa (2007) afirma que no contexto da “reestruturação produtiva” e crise estrutural

do capital afirmou-se na última década que o futuro do trabalho e sua relação com as classes sociais teria se modificado e que o toyotismo representaria fundamentalmente uma ruptura com o fordismo. Destaca este autor (2007) que há certa ênfase, nos dias atuais, de que “tais mudanças na natureza e na organização do trabalho” suscitariam a junção entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. A análise aparente de que a classe operária teria se fundido com todas as camadas sociais e que caberia à classe dos administradores, organizadores ou mesmo ao setor de *informação* o papel predominante na economia, traz consequências históricas e políticas polêmicas. As mudanças ocasionadas pela reestruturação produtiva retiram da história o papel do proletariado no protagonismo revolucionário? Diferentemente do peso predominante que tinha o proletariado no século XIX, a positividade dessa pergunta compõe o conjunto teórico e ideológico difundido em larga medida no contexto contemporâneo.

Lessa (2007) ressalta que diferentes teses surgem para “confirmar” através de “verdades distintas” a aparente superação da relação contraditória entre capital/trabalho, o fim das classes sociais, a identidade entre trabalho e emprego, o aparecimento do “trabalho imaterial”, ou mesmo fim do trabalho manual e da classe trabalhadora por diversos autores com distintas teorias e peculiaridades. Lessa (2007, p. 82-83) argumenta que diferentes teses convergem na mesma direção e pressupostos teóricos, por “cancelarem a distinção ontológica entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo.” Segundo Lessa (2007), é a desconsideração destas diferenças fundamentais das funções sociais do trabalho produtivo e improdutivo, entre o proletariado e o conjunto de assalariados que faz com que esses autores, diante da evolução tecnológica capitalista, tentem “*ampliar*” o conceito “*rígido*” da categoria trabalho tal como Marx postulou em sua época.

Portanto, difunde-se que nos dias atuais a divisão do trabalho, tal como Marx analisou, teria se modificado e que o trabalho manual e trabalho intelectual teriam se fundido devido aos impactos da reestruturação produtiva sobre o trabalho. Desse modo, o operário ao participar dos círculos de controle de qualidade estaria integrado à administração ou esfera da concepção no processo produtivo. Partindo desses argumentos, a divisão social do trabalho, tal como Marx a concebe, estaria em processo de definhamento, e a distinção essencial entre trabalho manual e o

trabalho intelectual se alterou a partir da reestruturação produtiva e as mudanças ocasionadas pela integração entre capital e trabalho nas relações sociais de produção.

Nesse sentido, tal discussão suscitou a necessidade do estudo que ora apresentamos, o qual tem como tema central a análise de Karl Marx sobre a divisão do trabalho na sociedade capitalista. Salientamos inicialmente que esse tema é recorrente na obra de Marx, todavia, este autor não teve como foco de suas pesquisas a análise da processualidade histórica da divisão do trabalho. No entanto na busca pela compreensão da sociedade capitalista em seus fundamentos essenciais, o autor deixou um vasto legado teórico e investigativo fundamentais para nosso estudo. Devido à necessidade de aprofundamento das questões abordadas nesta etapa de pesquisa, e diante do polêmico debate teórico em curso acerca do objeto, priorizamos a leitura imanente de sua principal obra: *O capital: crítica da economia política*, volume I - Livro Primeiro, Tomos I e II.<sup>3</sup>

A versão brasileira de O Capital, principal obra utilizada nesse estudo é a da Editora Abril Cultural, São Paulo, 1983 e 1984; já a versão para a consulta no original em alemão é a da Dietz Verlag, Berlin, 1962. Ao iniciarmos a pesquisa, fizemos uma investigação de caráter secundário em algumas obras do autor, como “A Ideologia Alemã”, Hucitec (1986), escrita em parceria com Engels em 1845-1846 e a “Miséria da filosofia”, escrita em 1847, cuja versão utilizada é a da Editora Expressão Popular (2009).

Apoiaremos-nos na ortodoxia marxista para melhor desenvolver o estudo dos fundamentos ontológicos da divisão do trabalho segundo Marx. No debate sobre o rigor metodológico marxiano, e a importância dos princípios da ortodoxia marxista, concordamos com os argumentos de Sérgio Lessa (2007, p. 10), ao afirmar que, em meio a um panorama ideológico neoliberal e filosoficamente pós-moderno, há uma tarefa imediatamente metodológica de se resgatar o significado da ortodoxia e da

---

<sup>3</sup> Sobre a leitura imanente, Lessa (2007, p. 17) afirma que “a abordagem imanente é o procedimento pelo qual o próprio texto se converte em ‘caso’ e, dentro de limites e parâmetros que sempre devem ser explicitados, pode ser o palco de experiências e campo de provas de conceitos e das suas relações lógico-teóricas.” A prioridade exegética do Livro primeiro de O Capital é sustentada a partir da análise minuciosa de Lessa (2007), ao afirmar que diante de polêmicas conceituais, diferenças, contradições e disparidades entre o manuscritos das versões e traduções, “o Livro I foi o único publicado por Marx, ele deve ser o referencial principal da leitura e interpretação de todos os outros textos” (LESSA, 2007, p. 25).

leitura imanente. A busca por uma teoria “[...] que seja capaz de revelar os fundamentos ontológicos da desigualdade do desenvolvimento histórico sendo, assim, tão coerente quanto unitário é o mundo, é uma exigência metodológica da maior importância” (LESSA, 2007, p. 11). De acordo com Lessa é de fundamental importância resgatar o rigor metodológico marxiano ao se recuperar o argumento de autoridade, o significado da ortodoxia e a pesquisa exegética através da leitura imanente como “arma da crítica revolucionária do mundo” (2007, p. 14).<sup>4</sup>

Nesta pesquisa tentamos resgatar, partindo de Marx, os aspectos gerais e a particularidade sobre a divisão do trabalho capitalista. Para facilitar a exposição da pesquisa sobre a processualidade histórica da divisão do trabalho no capitalismo, dividimos o texto em três seções. Na primeira seção buscaremos evidenciar os aspectos gerais da divisão social do trabalho ao relacioná-la com o processo de trabalho. Veremos de acordo com o autor que a divisão social do trabalho pode se desenvolver como forma de organização social sem que o produto do trabalho se transforme em mercadoria. Nesse sentido, verificamos em algumas passagens do Livro primeiro da obra célebre de nosso filósofo alemão o aspecto universal da divisão do trabalho pertencente às sociedades que produzem para satisfação imediata de suas necessidades.

A divisão social do trabalho aparece como uma forma de organização do processo produtivo que não põe obstáculos ao desenvolvimento do conjunto dos produtores, porque é pertencente ao próprio desenvolvimento produtivo. Buscaremos explicitar que as primeiras formas sociais ainda com baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas, produziam de modo que a reprodução social era fundada pelo trabalho que se objetivava em produtos para uso diretamente social e coletivo. Segundo Marx, havia apenas uma *divisão fisiológica do trabalho* fundada pela divisão das funções sociais distintas a partir de uma base puramente fisiológica, condicionada pelas características físicas, mecânicas, corporais e devido à idade de cada integrante da comunidade.

A particularidade histórica que a divisão social do trabalho adquire a partir do surgimento da propriedade privada e as classes sociais impõem obstáculos ao

---

<sup>4</sup> Para uma abordagem mais detalhada sobre o resgate do rigor metodológico marxiano e leitura imanente de *O Capital*, conferir Lessa (2007, pp. 10-30).

desenvolvimento igualitário da sociedade. Por exemplo, no escravismo e no feudalismo, a produção era realizada pela classe dominada e a classe dominante explorava o trabalho alheio. A divisão social do trabalho plenamente constituída, de acordo com Marx e Engels (1986, p. 45), passa a se desenvolver de fato quando há o surgimento da “divisão entre trabalho material e trabalho espiritual”, a qual só surge “porque as relações sociais existentes se encontram em contradição com as forças de produção existentes” (MARX; ENGELS, 1986, p. 45). Vale ressaltar que apesar de nos referirmos a estes aspectos históricos importantes, nos limites dessa dissertação de mestrado, não será nossa meta analisar a relação entre as formas de desenvolvimento da propriedade privada escravista e feudal com o desenvolvimento da divisão social do trabalho. Ao final da primeira seção resgataremos a relação entre o desenvolvimento da divisão social do trabalho e a generalização da produção de mercadorias especificamente capitalistas.

Na segunda seção, nos reportaremos à processualidade histórica da divisão do trabalho no âmbito do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Ao realizar uma análise histórica do capitalismo, Marx afirma que a produção se baseia numa forma específica, ou seja, na generalização da produção de mercadorias. Ao levantarmos as conceituações que o autor faz, para se referir à processualidade histórica da divisão do trabalho capitalista, verificamos que os termos se complexificavam na medida em que a sua investigação acompanhava o próprio processo de desenvolvimento do modo de produção.

Em certo sentido, Marx revela os aspectos gerais da divisão social do trabalho, como por exemplo, ao analisar a *divisão social do trabalho* ou *divisão do trabalho na sociedade* como conjunto de profissões específicas que realizam distintos trabalhos. De outro modo, o autor focaliza sua análise no interior do processo de trabalho afetado pelo capitalismo, compreendendo a *divisão manufatureira do trabalho* e a divisão surgida com o advento da grande indústria. Neste sentido, ora o autor utiliza a expressão divisão social do trabalho, ora divisão do trabalho na sociedade, divisão do trabalho na oficina, divisão do trabalho na manufatura etc. Todavia, gostaríamos de ressaltar que os termos *divisão do trabalho* e *divisão social do trabalho* expressam a mesma categoria. Não há, portanto, diferença conceitual, mas apenas metodológica, expressando graus distintos de abstração do interior do desenvolvimento de um conceito.

Na terceira seção, veremos a consolidação do processo de dissociação entre o trabalho manual e trabalho intelectual na esfera produtiva na fase da grande indústria. A cisão entre o planejamento e a execução do processo de trabalho será analisada como forma de evidenciarmos as determinações sociais que o modo de produção capitalista impõe ao desenvolvimento da divisão social do trabalho. Delinearemos a partir da análise de Marx as mudanças na esfera produtiva, tendo como foco a divisão social do trabalho como força produtiva que se relaciona com a produtividade do trabalho, e como forma de oposição entre as potências intelectuais e o processo material de produção. Buscaremos através desse estudo, expor a função social da divisão do trabalho na sociedade e, ao final, levantaremos algumas reflexões sobre a relação entre o controle do capital e a divisão do trabalho.

## 1 OS ASPECTOS GERAIS DA DIVISÃO DO TRABALHO

Nesta primeira seção é de fundamental importância abordar os aspectos gerais analisados por Karl Marx<sup>5</sup> acerca de categorias essenciais como o trabalho e a divisão do trabalho<sup>6</sup>. Além disso, faz-se necessário resgatar os principais fundamentos explicitados por este autor acerca da categoria trabalho e a especificidade que adquire na sociedade capitalista.

Nesse sentido, evidenciaremos de forma introdutória a relação articulada entre o desenvolvimento da divisão social do trabalho e as formações sociais anteriores ao capitalismo. Realizaremos esse percurso para explicitarmos os fundamentos sócio-históricos analisados por Marx sobre a relação universal que o homem estabelece ao transformar a natureza ao extrair dela o que necessita e ao mesmo tempo instaura o processo de desenvolvimento da divisão do trabalho.

Compreendermos esses fundamentos iniciais será importante para tentarmos nos aproximar da análise de Marx acerca da processualidade histórica da divisão do trabalho no capitalismo. Demonstraremos que o autor revela as profundas relações cristalizadas entre o trabalho abstrato e a divisão social do trabalho no modo de produção capitalista com a generalização da produção da mercadoria. Inicialmente serão analisadas as conexões entre a produção da mercadoria e a divisão social do trabalho particularmente capitalista e por fim, será importante resgatar a especificidade do trabalho humano abstrato e o processo de valorização capitalista.

---

<sup>5</sup> Como já sinalizamos na introdução, a prioridade exegética será dada à obra célebre do autor (O Capital – Livro Primeiro, Tomos I e II).

<sup>6</sup> Na versão original de “O Capital” em alemão “Das Kapital” (Bd. I, Berlin, Dietz Verlag, 1962), verificamos que Marx quando se refere à Divisão Social do Trabalho usa os seguintes termos: “gesellschaftliche Teilung der Arbeit”; “gesellschaftlicher Arbeitsteilung”; “gesellschaftlichen Teilung der Arbeit”; “gesellschaftlicher Teilung der Arbeit” (1962, p. 56/87/89/120/121/230/372/374-377/387). Quando o autor se refere à Divisão do Trabalho ele usa em original os termos “Teilung der Arbeit”; “Teilung der Arbeiter”; “Teilungen der Arbeit”; “Arbeitsteilung” (p. 92/121/355-390). Todas as passagens em que o autor se refere à Divisão Social do Trabalho e Divisão do trabalho da Edição da Abril Cultural em português (Livro primeiro, Tomos I e II), não verificamos contradição na tradução.

## 1.1 O trabalho enquanto categoria universal

Faz-se necessário antes de iniciarmos a análise da processualidade histórica da divisão social do trabalho no capitalismo, abordarmos os elementos fundamentais da categoria trabalho. A realização dessa introdução acerca do trabalho enquanto categoria universal será imprescindível para contextualizar a relação da atividade especificamente humana com o desenvolvimento da divisão do trabalho.

Antes de expor as principais características a respeito do trabalho específico ao modo de produção capitalista, nosso autor evidencia que “o processo de trabalho deve ser considerado de início independentemente de qualquer forma social determinada” (MARX, 1983, p. 149). Como explica,

antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, *media (sic)*, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 1983, p. 149).

Marx afirma que a troca material entre o homem e a natureza implica em uma unidade de sua corporalidade com as forças naturais. Segundo Marx, o homem se confronta com a natureza transformando-a, e este processo é guiado pela finalidade de realizar a satisfação de suas necessidades. O homem através do trabalho “[...] *media (sic)*, *regula* e *controla* seu metabolismo com a Natureza”.<sup>7</sup> Ao partir do trabalho enquanto categoria universal, Marx afirma que o homem através do processo de trabalho intervém na natureza de modo que ele próprio seja o mediador e coordenador de sua ação, pois é o próprio homem que *regula* e *controla* o processo de produção.

Observa-se, segundo Marx (1983, p. 149), que é o próprio homem que *domina* a totalidade do processo de trabalho. Assim, ao realizar o trabalho, o homem

---

<sup>7</sup> Marx (1983, p. 149, grifo nosso).

desenvolve uma automeadiação, autorregulação e autocontrole sobre a atividade. O trabalho, portanto, é uma atividade especificamente humana que não necessita de um controle externo aos domínios dos produtores que trabalham. O próprio homem controla, regula e medeia a sua relação de troca material com a natureza para satisfação de suas necessidades.

Com isso, não estamos desconsiderando os limites para a efetivação deste processo determinados pelo grau do desenvolvimento das forças produtivas em cada momento histórico, bem como pelos entraves sócio-históricos edificados pelo próprio homem. As forças naturais pertencentes à Natureza submetem as ações humanas às suas leis naturais, mas podem ser transformadas no sentido de fornecer elementos que satisfaçam as necessidades humanas através de trabalho útil. As características eminentemente inorgânicas e orgânicas peculiares à sua processualidade natural nortearão as escolhas dos homens durante o desenvolvimento do trabalho.

Segundo Marx, através do trabalho, o homem coloca em movimento o seu corpo enquanto unidade: “corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão”. O homem é a força motriz que põe em movimento suas forças naturais e intervém na natureza produzindo um conjunto de fenômenos que condicione a apropriação da matéria natural transformada para a sua sobrevivência. Se antes a Natureza apresentava um complexo de “potências adormecidas”, através do trabalho, o homem pode desenvolvê-las e sujeitá-las às suas próprias forças com o objetivo de obter a satisfação das suas necessidades e garantir sua própria vida. A unidade entre “cabeça e mão” no processo de trabalho se concretiza com a corporalidade humana em movimento ao transformar a Natureza produzindo seus objetivos. Como afirma Marx:

pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente. (1983, p. 149-150).

O processo de trabalho distingue os homens dos animais porque opera uma síntese entre a ideação e a execução da atividade humana ao transformar a natureza. Ambos, ideação e execução atuam imbrincadamente na transformação da natureza e na transformação humana. Os animais agem de forma instintiva e produzem sempre o mesmo para sobreviver, como a aranha que constrói a teia e a abelha que constrói o favo da colméia. Diferentemente dos animais, os homens realizam o trabalho como forma de extrair da natureza os meios para sua sobrevivência, mas produzem sempre coisas novas, dependendo das condições externas, do meio natural e do meio social em que vivem. Além disso, tanto o pior arquiteto, como o tecelão, operam a ideação, ou seja, projetam uma finalidade idealmente antes de realizá-la. Ressalta que:

[o homem], não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais. (MARX, 1983, p. 149-150).

Marx afirma que o homem não apenas faz o planejamento de sua ação, mas também regula essa ação controlando seus impulsos para conseguir realizar seus objetivos. Ele não apenas transforma a natureza, mas realiza ao mesmo tempo, na transformação da matéria natural, o seu objetivo em transformá-la em produtos que lhe garanta a sobrevivência. Essa atividade orientada a um fim idealmente definido é o que irá regular sua ação e pensamento. Irá guiá-lo como lei e subordinar até mesmo sua vontade. Até este momento pode-se afirmar que através do trabalho o homem consegue se distinguir dos animais por realizar a produção da satisfação de suas necessidades de forma consciente e socialmente articulada. O homem quando realiza o trabalho consegue prever idealmente o resultado ao planejar conscientemente suas ações que serão orientadas para a concretização do seu objetivo.

Afirma Marx (1983, p. 150) que esse controle e submissão não são isolados, pois além de todos os órgãos do corpo que trabalha, é exigida uma vontade

orientada a um fim, que se manifesta através da atenção em todo o tempo do processo de trabalho. É de suma importância atentar que, para Marx (1983, p. 150), a execução do trabalho através da corporalidade posta em movimento ou “os órgãos que trabalham” são orientados a um fim. Essa atividade é realizada através da atenção do trabalhador durante todo o tempo de trabalho.<sup>8</sup>

Segundo Marx (1983, p. 150), “os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios.” Exemplifica Marx (1983, p. 150) que, a terra e a água são objetos gerais do trabalho humano, porque são fontes originais de vida e “meios já prontos de subsistência para o homem” (MARX, 1983, p. 150). Observa também que: “todas as coisas que o trabalho só desprende de sua conexão direta com o conjunto da terra, são objetos de trabalho preexistentes por natureza.” Porém, “[...] se, ao contrário, o próprio objeto de trabalho já é, por assim dizer, filtrado por meio de trabalho anterior, denominamo-lo matéria-prima”.<sup>9</sup>

Marx afirma que “o meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto” (MARX, 1983, p. 150). Segundo Marx, o homem utiliza as propriedades mecânicas, físicas e químicas desse complexo de coisas ao atuar sobre o objeto de trabalho “como meios de poder sobre outras coisas, conforme o seu objetivo” (MARX, 1983, p. 150). Marx afirma que diferentes meios de trabalho (como se faz e com que meios de trabalho se faz o trabalho) podem distinguir diferentes épocas econômicas.

Além disso, segundo Marx (1983, p. 151), “os meios de trabalho não são só medidores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana, mas também indicadores das condições sociais nas quais se trabalha.” Assim, Marx (1983, p. 151) constata que “o homem é um animal que faz ferramentas”, e esse processo de

---

<sup>8</sup> Marx argumenta que o trabalhador pode ser submetido a aumentar sua atenção, na medida em que esse trabalho “pela espécie e modo de execução” menos o atraia. Ou seja, mesmo que o trabalhador desenvolva um tipo de trabalho que não o atraia tanto, como por exemplo, na realização do trabalho forçado, ele pode ser forçado a aumentar sua atenção no uso “de suas próprias forças físicas e espirituais” (MARX, 1983, p. 149-150).

<sup>9</sup> Desse modo, vale ressaltar, segundo Marx (1983, p. 150), que: “toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho apenas é matéria-prima depois de já ter experimentado uma modificação mediada por trabalho.”

uso e construção dos meios de trabalho (ferramentas, instrumentos de trabalho) “caracteriza o processo de trabalho especificamente humano.”

No processo de trabalho a atividade do homem efetua, portanto, mediante o meio de trabalho, uma transformação do objeto de trabalho, pretendida desde o princípio. O processo extingue-se no produto. Seu produto é um valor de uso; uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma. O trabalho se uniu com seu objetivo. O trabalho está objetivado e o objeto trabalhado. (MARX, 1983, p. 151).

Assim, pode-se afirmar que o processo de trabalho opera uma transformação na natureza, envolve uma relação de intercâmbio orgânico, uma troca material do homem com a natureza. O homem ao buscar concretizar seu objetivo através do processo de trabalho busca meios de trabalho que possam realizar a sua finalidade. Entre o homem e a natureza, ou entre o homem e o objeto de trabalho, há uma escolha dos meios de trabalho, a partir de suas propriedades químicas e físicas que possam intervir no objeto e concretizar a sua transformação que foi planejada idealmente desde o início do processo. Este processo se encerra quando o produto fica pronto e serve como valor de uso a ser utilizado para satisfazer as necessidades humanas.

Marx (1983, p. 151) ao considerar o processo inteiro do ponto de vista do resultado do trabalho, do produto do trabalho, afirma que meio de trabalho e objeto de trabalho aparecem como meios de produção. Além disso, afirma que o trabalho mesmo aparece como trabalho produtivo.

Quando um valor de uso sai do processo de trabalho como produto, outros valores de uso, produtos de processos anteriores de trabalho, entram nele como meios de produção. O mesmo valor de uso constitui o produto desse trabalho, e o meio de produção daquele. Produtos são, por isso, não só resultados, mas ao mesmo tempo condições do processo de trabalho. (MARX, 1983, p. 151).

Para Marx, o *resultado* do processo de trabalho e o *produto* do processo de trabalho não são idênticos, e isso se explica pelo fato de que o valor de uso que é produzido num processo de trabalho, aparece como produto do trabalho, e o mesmo pode ser utilizado como meio de trabalho em outros processos de trabalho. Por isso, os produtos são muito mais que resultados, são potencialmente condições do

processo de trabalho. As indústrias extrativas são, segundo Marx, indústrias que atuam sobre os objetos de trabalho já preexistentes na natureza. Já os outros ramos industriais atuam sobre matéria-prima, pois este objeto de trabalho é “um objeto de trabalho já filtrado pelo trabalho, ele mesmo já produto de trabalho” (MARX, 1983, p. 152). A grande maioria dos meios de trabalho é particularmente identificada como “vestígios de trabalho anterior”. Desse modo, as coisas são:

lambidas pelo fogo do trabalho, apropriadas por ele como seus corpos, animadas a exercer as funções de sua concepção e vocação, é verdade que serão também consumidas, porém de um modo orientado a um fim, como elementos constitutivos de novos valores de uso, de novos produtos, aptos a incorporar-se ao consumo individual como meios de subsistência ou a um novo processo de trabalho como meios de produção. Se, portanto, produtos existentes são não só resultados, mas também condições de existência do processo de trabalho, por outro lado é sua introdução nele, isto é, seu contato com trabalho vivo, o único meio de conservar e realizar esses produtos de trabalho passado como valores de uso. (MARX, 1983, p. 153).

De acordo com Marx, o trabalho consome seus elementos materiais porque é um processo de consumo de objeto e meio de trabalho para produzir valores de uso, produzir algo novo, que possa satisfazer as necessidades humanas. A matéria natural potencialmente pode ser transformada, mas somente o trabalho pode efetivar realmente o que é apenas possibilidade.

Marx (1983, p. 152) afirma que a matéria-prima pode ser parte constitutiva do produto e também pode ser matéria auxiliar, como por exemplo, matéria que é consumida pelo meio de trabalho (carvão para a máquina a vapor), ou matéria que modifica o produto como (cloro para clarear o linho), ou ainda matérias que apóiam a execução do processo de trabalho (iluminação e aquecimento do local de trabalho). A matéria principal e a matéria auxiliar se diferenciam apenas na fabricação propriamente química, pois nenhuma das matérias-primas reaparece como substância do produto.

Como cada coisa possui muitas propriedades e, por isso, é capaz de diversas aplicações úteis, o mesmo produto pode constituir a matéria-prima de processos de trabalho muito diferentes. Grão, por exemplo, é matéria-prima do moleiro, do fabricante de amido, do destilador, do criador de gado etc. Torna-se matéria-prima de sua própria produção, como semente. Assim, o carvão provém, como produto, da indústria de mineração, e entra nela como meio de produção. (MARX, 1983, p. 152).

A diversidade das aplicabilidades úteis da matéria pode influenciar na produção no sentido que um mesmo material possa cumprir funções diferentes no processo de trabalho, como o carvão enquanto produto da indústria de mineração e sua utilização como meio de produção. Nesse sentido, Marx (1983, p. 152) afirma que: “o mesmo produto pode no mesmo processo de trabalho servir de meio de trabalho e de matéria-prima. Na engorda do gado, por exemplo, o gado, a matéria prima trabalhada, é ao mesmo tempo meio de obtenção de estrume.” Afirma que:

um produto que existe numa forma pronta para o consumo, pode tornar-se, de novo, matéria-prima de outro produto, como a uva torna-se matéria-prima do vinho. Ou o trabalho despacha seu produto em formas em que só pode ser usado, de novo, como matéria-prima. Matéria-prima nessa condição se chama produto semi-elaborado e seria mais bem denominada produto intermediário, como, por exemplo, algodão, linho, fio etc. Embora mesmo já sendo produto, a matéria-prima original pode ter que percorrer todo um escalão de processos diferentes, nos quais funciona sempre de novo, em forma cada vez mais alterada, como matéria-prima, até o último processo de trabalho que a expõe como meio acabado de subsistência ou meio acabado de trabalho. (MARX, 1983, p. 152).

O que é importante notar partindo da análise de Marx é que no processo de trabalho, o valor de uso pode ser produto, matéria-prima e meio de trabalho, e tal distinção ocorrerá dependendo totalmente da função que desempenhará no processo de trabalho. De acordo com as mudanças das determinações, mudarão também as funções que desempenham na produção. Com base nisso, Marx afirma que:

o fiandeiro trata o fuso apenas como o meio com o qual fia e o linho como objeto que fia. Com efeito não se pode ficar sem material de fiar e sem fuso. A existência desses produtos é portanto pressuposta ao começar a fiar. Mas nesse processo mesmo importa tão pouco que o linho e o fuso sejam produtos de trabalho passado, como no ato da alimentação interessa que o pão seja produto dos trabalhos passados do camponês, do moleiro, do padeiro etc. Ao contrário, se os meios de produção fazem valer, no processo de trabalho, seu caráter como produtos de trabalho passado, isso acontece somente por intermédio de seus defeitos [...]. No produto bem elaborado, extinguiu-se a aquisição de suas propriedades úteis por intermédio do trabalho passado. (1983, p. 153).

Segundo Marx (1983, p. 152), se um produto entra num processo de trabalho como meios de produção, ou seja, “como fatores objetivos do trabalho vivo”, ele perde a função de ser produto desse novo processo. Esse valor de uso que é produto de um processo de trabalho antecedente entra no novo processo de

trabalho como meio de produção. Todavia, Marx esclarece que isso pouco importa, pois é crucial que esse valor de uso exista e tenha propriedades úteis para iniciar o novo processo de trabalho. Meios de produção que não funcionem, são inúteis. Como exemplifica: “uma máquina que não serve no processo de trabalho, é inútil. Além disso, sucumbe à força destruidora do metabolismo natural. O ferro enferruja, a madeira apodrece.” (MARX, 1983, p. 153). Apenas “trabalho vivo deve apoderar-se dessas coisas, despertá-las dentre os mortos, transformá-las de valores de uso apenas possíveis em valores de uso reais e efetivos” (MARX, 1983, p. 153).

Além disso, Marx deixa claro o que são os meios de produção, quando afirma que se um determinado valor de uso entra num processo de trabalho como meios de produção, ele deixa de ser valor de uso necessário à subsistência para ser pressuposto basilar para o início de um novo processo de trabalho, que irá produzir novos valores de uso. Marx afirma que meios de produção são constituídos pelo conjunto de matéria-prima, meios de trabalho e matérias auxiliares. Nas palavras do autor:

o processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. Por isso, não tivemos necessidade de apresentar o trabalhador em sua relação com outros trabalhadores. O homem e seu trabalho, de um lado, a Natureza e suas matérias, do outro, bastavam. (MARX, 1983, p. 153-154).

Marx destaca que a sua abordagem inicial sobre o processo de trabalho consiste em revelar seus elementos simples explicitando o seu caráter universal. Vale ressaltar que a realização do trabalho é atividade humana e o que distingue os homens dos animais. É a partir da produção eterna do valor de uso, ou seja, da relação metabólica entre o homem e a natureza que o homem é transformado por esse processo que resulta na satisfação das suas necessidades e sobrevivência.

Diante dessa nossa aproximação inicial sobre a categoria trabalho, pudemos percorrer as características universais da divisão do trabalho analisadas por Marx e a expressão da função social e das determinações sociais desencadeadas pelo processo de trabalho. No próximo item iremos abordar os aspectos gerais analisados por Marx acerca da divisão do trabalho. Tais aspectos serão analisados

antes de percorrermos as suas determinações histórico-sociais, no capitalismo, as quais serão abordadas nas próximas seções.

## 1.2 O caráter universal da divisão do trabalho

A forma de organização social que os homens estabelecem entre si, para produzirem os seus meios de vida e a satisfação de suas necessidades, como se analisou no item anterior, realiza-se através do trabalho. O trabalho é criador de valores de uso, e “[...] como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza [...]” (MARX, 1983, p. 50). Nesse sentido, segundo Marx, o trabalho é condição para existência da vida humana.

Ao analisarmos o trabalho verificamos que, concomitante a esse processo, se desenvolve também a divisão do trabalho e as relações sociais entre os homens que produzem. De acordo com Marx, as primeiras formas de divisão do trabalho remetem ao período em que o processo de trabalho era realizado para produção comum à tribo ou família. O trabalho comum era realizado de forma coletiva pela tribo, ou por famílias consanguíneas, que através da propriedade comunal garantiam igualmente as condições de sobrevivência de todos os membros.

Dentro de uma família, e com desenvolvimento ulterior, dentro de uma tribo<sup>10</sup>, origina-se uma divisão do trabalho que evolui naturalmente das diferenças de sexo e de idade, portanto sobre uma base puramente fisiológica, que amplia seu material com a expansão da comunidade, com o crescimento da população [...]. (MARX, 1983, p. 277).

Marx afirma que originariamente o que condicionou a divisão do trabalho no interior de uma tribo e posteriormente de uma família, foi uma base puramente

---

<sup>10</sup> Numa nota de Friedrich Engels à 3ª edição de O Capital, ele esclarece que Marx quando escreve “O Capital” faz confusão na cronologia entre família e tribo. Diz a nota: “Estudos posteriores muito profundos sobre as condições primitivas do homem levaram o autor a concluir que originalmente não foi a família que evoluiu para formar a tribo, mas sim, ao contrário, foi a tribo a forma primitiva, naturalmente desenvolvida da socialização humana baseada no parentesco de sangue, de modo que só mais tarde se desenvolveram, a partir do início da dissolução dos laços tribais, as múltiplas e diversas formas da família. — F. E.” (MARX, 1983, p. 277).

fisiológica. Há nesse sentido, uma divisão fisiológica do trabalho<sup>11</sup>, determinada pelas distinções entre os dois sexos e pela idade.<sup>12</sup> A propriedade comum ou tribal<sup>13</sup> era fruto do trabalho comum realizado coletivamente por todos os membros. A divisão do trabalho se desenvolvia voluntariamente, de forma espontânea e o fruto do trabalho era distribuído no interior da tribo<sup>14</sup>. As diferenças fisiológicas entre homens e mulheres e a partir de diferenças por idade condicionavam uma divisão do trabalho baseada no planejamento coletivo do trabalho e à satisfação comum das necessidades que garantissem a reprodução da tribo. A divisão fisiológica do trabalho ocorre com a propriedade comunal da riqueza, a qual é produzida a partir do desenvolvimento do trabalho comum.

No entanto, historicamente novas relações sociais vão se desenvolvendo até surgir a inovadora potencialidade de produzirem mais do que o necessário para a sua manutenção.<sup>15</sup> As tribos gradativamente desenvolvem maior domínio sobre a produção e a partir da domesticação dos animais e da agricultura modificam-se as relações econômicas. Com essas mudanças surge a propriedade que deixa de ter um conteúdo comunal e passa a ter um caráter privado. As relações sociais desencadeadas pelo excedente de produção que outrora não poderia ser

<sup>11</sup> Na versão em alemão aparece: “physiologische Teilung der Arbeit” (MARX, 1962, p. 373).

<sup>12</sup> Marx em *O Capital* segue a mesma análise feita por ele e Engels em *A Ideologia Alemã*. De acordo com os autores, “[...] desenvolve-se a divisão do trabalho que originalmente nada mais era do que divisão do trabalho no ato sexual e, mais tarde, divisão do trabalho que se desenvolve por si própria ‘naturalmente’, em virtude de disposições naturais (vigor físico, por exemplo), necessidades, acasos etc.” (1986, p. 44).

<sup>13</sup> Marx e Engels em “A Ideologia Alemã” (1986, p. 29-30) afirmam que: “as diversas fases de desenvolvimento da divisão do trabalho representam outras tantas formas diferentes da propriedade: ou, em outras palavras, cada nova fase de divisão do trabalho determina igualmente as relações dos indivíduos entre si, no que se refere ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho.”

<sup>14</sup> Afirma Engels (2002, p. 178-179): “a divisão do trabalho é absolutamente espontânea: só existe entre os dois sexos. O homem vai à guerra, incumbe-se da caça e da pesca, procura as matérias-primas para a alimentação, produz os instrumentos necessários para a consecução de seus fins. A mulher cuida da casa, prepara a comida e confecciona as roupas: cozinha, fia e cose. Cada um manda em seu domínio: o homem na floresta, a mulher em casa. [...] A economia doméstica é comunista, abrangendo várias e amiúde numerosas famílias. O resto é feito e utilizado em comum, é de propriedade comum: a casa, as canoas, as hortas. É aqui e somente aqui que nós vamos encontrar a ‘propriedade fruto do trabalho pessoal’ [...]”.

<sup>15</sup> Segundo Engels (2002, pp. 56-58/181/186), a origem das “relações sociais inteiramente novas” determinadas pelo acúmulo da nova riqueza que se originou com os rebanhos e o excedente da produção torna a propriedade privada o condicionante principal na decomposição do antigo comunismo. Progressivamente há o fim das relações coletivas fundadas no trabalho comum e na propriedade comum com a origem da propriedade privada, “queda do direito materno e progressivamente a instauração do domínio do homem sobre a mulher com o patriarcalismo”. O autor detalha o processo de instauração da produção do excedente e a origem da propriedade privada com a necessária relação de escravidão dos inimigos de guerra.

desenvolvido introduzem novas relações baseadas em um novo conteúdo social da propriedade: a apropriação privada da riqueza. A partir de então novas relações que se baseiam principalmente na apropriação privada do excedente vão se sobrepondo à propriedade comunal, e, além disso, as relações patriarcais vão sendo efetivadas com o domínio do patriarca detentor da propriedade familiar que subjuga a mulher. Ao se instaurar novas relações, a produção do excedente cria uma nova riqueza, institui a propriedade privada, a dominação da mulher e a escravização dos prisioneiros de guerra. Tais relações evoluem dissolvendo os matrimônios grupais, as relações comunais, o trabalho comum e a propriedade comunal.

Marx (1983, p. 74-75) ao citar o exemplo da família camponesa da indústria rural patriarcal, descreve as distintas funções produtivas e a diversidade de trabalhos que são necessários para a produção de diferentes produtos no interior da família. Para Marx, a divisão do trabalho na organização da produção da família expressava as diferentes funções sociais que atendiam, através de diferentes trabalhos à diversidade das necessidades familiares.

Para observar o trabalho comum, isto é, o trabalho diretamente socializado, não precisamos voltar à forma naturalmente desenvolvida do mesmo que encontramos no limiar da história de todos os povos civilizados. A indústria rural patriarcal de uma família camponesa, que produz para seu próprio uso cereais, gado, fio, linho, peças de roupa etc., constitui um exemplo mais próximo. (MARX, 1983, p. 74).

Percebe-se que a produção social é representada pelo conjunto de valores de uso produzidos pelo conjunto de diferentes trabalhos que a família realiza para suprir as suas necessidades. Em suas palavras, afirma que

os trabalhos diferentes que criam esses produtos, lavoura, pecuária, fiação, tecelagem, costura etc., são na sua forma natural funções sociais, por serem funções da família, que possui sua própria divisão de trabalho naturalmente desenvolvida, assim como a tem a produção de mercadorias. Diferenças de sexo e idade e as condições naturais do trabalho, que mudam com as estações do ano, regulam sua distribuição dentro da família e o tempo de trabalho dos membros individuais da família. O dispêndio das forças individuais de trabalho, medido pela sua duração, aparece aqui, porém, desde sua origem como determinação social dos próprios trabalhos, porque as forças de trabalho individuais a partir de sua origem só atuam como órgãos da força comum de trabalho da família. (MARX, 1983, p. 75).

No exemplo dado acima, pode-se verificar que a organização do processo de trabalho e o desenvolvimento da divisão do trabalho no interior da família camponesa da indústria rural patriarcal, são realizados a partir das determinações do processo comum de trabalho para a satisfação das necessidades de todos os membros. Além disso, Marx evidencia que a determinação do caráter da divisão do trabalho é condicionada pelas diferenças específicas e particulares entre os seus membros, que expressam diferenças de sexo, idade e condições naturais do trabalho. O que regula a distribuição dos diferentes trabalhos úteis e o que designa o tempo que irão despende com as suas forças individuais de trabalho será o próprio trabalho comum à família.

Nessa fase de desenvolvimento, ainda que se tenham relações patriarcais, a divisão do trabalho no interior da família se desenvolve como expressão do desenvolvimento dos “órgãos comuns que trabalham” coletivamente. O trabalho comum à família e a divisão do trabalho são determinadas tão somente para a satisfação das necessidades dos membros da família. Ainda que permaneçam as características do conteúdo social da propriedade comunal, já se verifica a transição para a primeira forma de subjugação humana que é o patriarcalismo.

O desenvolvimento da agricultura e a criação de animais aos poucos vão demandando novas necessidades, como a de se aumentar a população para cuidar da criação de gado e o embrionário cultivo da terra. Nesse período, os conflitos entre as tribos, famílias e comunidades traz um elemento inovador com a importante transformação dos prisioneiros de guerra em escravos.<sup>16</sup> A divisão do trabalho que se realizava na tribo e no interior da família entre os dois sexos, por idade ou por condições naturais do trabalho passam a ter novas determinações.

A divisão do trabalho se expande com o aumento da população e

[...] notadamente com o conflito entre as diversas tribos e a subjugação de uma tribo pela outra. Por outro lado, como já observei anteriormente, o intercâmbio de produtos origina-se nos pontos em que diferentes famílias,

---

<sup>16</sup> Engels (2002, p. 181) afirma que “a primeira grande divisão social do trabalho” se desenvolve a partir da escravidão. O aumento da atividade produtora demandou maior quantidade de força de trabalho que se deu com a transformação dos prisioneiros de guerra em escravos, que se tornam primeira moeda de troca. Para maior profundidade sobre as questões abordadas, ver Engels (2002, p. 56).

tribos, comunidades entram em contato, [...]. Comunidades diferentes encontram meios diferentes de produção e meios diferentes de subsistência em seu meio ambiente natural. Seu modo de produção, modo de vida e produtos são portanto diferentes. É essa diferença naturalmente desenvolvida que, ao entrarem em contato as comunidades, provoca o intercâmbio recíproco dos produtos e portanto a transformação progressiva desses produtos em mercadorias. (MARX, 1983, p. 277).

Dadas as condições históricas desse período com um baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, a relação entre as tribos, famílias e comunidades começa a ser transformada pelo desenvolvimento da divisão do trabalho externa ao círculo da família, passa a haver a troca de excedentes, a troca do gado, a troca de produtos até chegar ao intercâmbio de mercadorias. De acordo com Marx (1983, p. 74), na totalidade dos distintos trabalhos realizados no interior da família rural patriarcal havia um conjunto de produtos distintos, como as vestes, os cereais, o gado, etc., que era propriedade particular da família. Explica Marx que “essas diversas coisas defrontam-se à família como produtos diferentes de seu trabalho familiar, mas não se relacionam entre si como mercadorias” (MARX, 1983, p. 74).

Sobre as sociedades asiáticas, Marx (1983, p. 281) evidencia outro exemplo, o das “antiquíssimas comunidades indianas”, e afirma que a “divisão do trabalho comunal” acontece de forma planejada como lei que regula a produção, na qual “[...] opera aqui com autoridade inquebrantável de uma lei natural” (MARX, 1983, p. 281). De acordo com Marx, o trabalho pode ser socialmente dividido sem que o produto se torne mercadoria.

Na antiga comunidade hindu o trabalho é socialmente dividido sem que os produtos se tornem mercadorias. [...] Apenas produtos de trabalhos privados autônomos e independentes entre si confrontam-se como mercadorias. (MARX, 1983, p. 50).

Ao partir da análise de algumas tribos e famílias que trabalham e se organizam em uma divisão fisiológica do trabalho, de acordo com Marx pode-se afirmar que a *divisão do trabalho* é uma categoria pertencente intrinsecamente à organização do processo de trabalho. Isso foi explicitado e exemplificado por Marx quando evidenciou formas de produção social em que a divisão do trabalho se desenvolve e é determinada socialmente sem ser exigida pela produção de mercadorias. Em diferentes formas de organização da produção baseadas ou não

na produção de mercadorias, haverá a divisão do trabalho. Segundo o autor (1983, p. 280):

o mecanismo comunal apresenta uma divisão planejada do trabalho<sup>17</sup> [...]. A lei, que regula a divisão do trabalho comunal<sup>18</sup>, opera aqui com a autoridade inquebrantável de uma lei natural, enquanto cada artesão particular, como o ferreiro etc., realiza todas as operações pertinentes a seu ofício, de maneira tradicional, mas independente e sem reconhecer nenhuma autoridade em sua oficina. (MARX, 1983, p. 280.)

De acordo com Marx, em diferentes regiões da Índia, o trabalho comum realizado pelos produtores tinha uma divisão do trabalho que apenas tinha como meta o planejamento da produção, sem se desenvolver uma forma de autoridade externa ao trabalho dos próprios produtores. Além disso, explica que “em sua forma mais simples a comunidade cultiva a terra em comum e distribui seus produtos entre seus membros [...]” (MARX, 1983, p. 280). Observa-se que tanto a produção, como a circulação dos produtos na comunidade se realizam conforme os interesses comuns dos seus membros.

Marx explicita que em pequenas comunidades indianas a produção se baseia

na posse comum das terras, na união direta entre agricultura e artesanato e numa divisão fixa do trabalho<sup>19</sup>, que no estabelecimento de novas comunidades serve de plano e de projeto. Constituem organismos de produção que bastam a si mesmos, [...]. A maior parte dos produtos é destinada ao autoconsumo direto da comunidade não como mercadoria, sendo portanto a própria produção independente da divisão do trabalho mediada pelo intercâmbio de mercadorias no conjunto da sociedade indiana. Apenas os produtos excedentes transformam-se em mercadorias, [...]. (MARX, 1983, p. 281).

Percebe-se nessa passagem que, para Marx, a organização social da produção coletiva realiza o trabalho para o seu autoconsumo e tem uma divisão fixa do trabalho. A produção se baseia na unidade entre agricultura e artesanato e a sua produção não tem como finalidade produzir mercadorias. Todavia, quando há uma produção excedente, esta se transforma em mercadorias, que circulam no conjunto da sociedade. O desenvolvimento de diferentes ramos da produção, como a criação de gado, o desenvolvimento da agricultura e do artesanato doméstico com os ofícios

<sup>17</sup> Na versão original do alemão vê-se: “planmäßige Teilung der Arbeit” (MARX, 1962, p. 379).

<sup>18</sup> No alemão lê-se: “Teilung der Gemeindearbeit” (MARX, 1962, p. 379).

<sup>19</sup> Como na versão original: “festen Teilung der Arbeit” (MARX, 1962, p. 378).

manuais impulsionam progressivamente as forças produtivas para produção de novos patamares de riqueza, pois se tem a possibilidade de se produzir mais do que o necessário para a manutenção das comunidades. Os intercâmbios entre os distintos produtos de diferentes tribos geram o impulso principal ao desenvolvimento de distintas formas de trabalho estimulando a realização de distintos ramos da produção.

O intercâmbio não cria a diferença entre as esferas de produção, mas as coloca em relação e as transforma assim em ramos mais ou menos interdependentes de uma produção social global. Aqui surge a divisão social do trabalho por meio do intercâmbio entre esferas de produção originalmente diferentes porém independentes entre si. Onde a divisão fisiológica do trabalho constitui o ponto de partida, os órgãos particulares de um todo diretamente conexo desprendem-se uns dos outros, decompõem-se, para cujo processo de decomposição o intercâmbio de mercadorias com comunidades estranhas dá o impulso principal, e se autonomizam até o ponto em que a conexão entre os diferentes trabalhos é medida pelo intercâmbio dos produtos como mercadorias. (MARX, 1983, p. 277).

No exemplo dado por Marx da produção social da família camponesa da indústria rural patriarcal, observamos que a divisão do trabalho se desenvolvia sem que o objetivo do processo de trabalho fosse a produção de mercadorias. Marx afirma que independente de formas sociais que se baseiem na produção de mercadorias, haverá o desenvolvimento da divisão do trabalho concomitante ao processo de trabalho que tenha como finalidade transformar a natureza e extrair dela os distintos produtos. Assim como existem diversas necessidades humanas, distintos trabalhos serão demandados para a satisfação das mesmas, intensificando a complexidade da divisão social do trabalho e a produção social global. Todavia, como explica Marx, inicialmente a “divisão fisiológica do trabalho” como ponto de partida é intensificada decompondo-se em diferentes ramos de trabalhos, e através dos contatos entre diferentes comunidades, tem-se o impulso principal para o intercâmbio da produção através das mercadorias.

Nos exemplos dados por Marx: da família camponesa da indústria rural patriarcal e antiquíssimas comunidades indianas, a organização do trabalho se realizava com a finalidade comum exclusiva de satisfação das necessidades básicas desses grupos. Verifica-se que é a satisfação das necessidades humanas que orienta a produção social e requer o desenvolvimento de distintos trabalhos, ou seja, há a necessidade do desenvolvimento da divisão social do trabalho no interior

dessas comunidades. No entanto, aqui a divisão do trabalho aparece como o conjunto de trabalhos distintos, ou funções sociais produtivas diferentes de uma única totalidade de trabalho realizada de diferentes maneiras.

Vimos a partir de Marx que, numa sociedade em que o trabalho comum é diretamente socializado, a divisão do trabalho se desenvolve a partir das distintas qualidades dos indivíduos, caracterizando uma “divisão fisiológica do trabalho” (MARX, 1983, p. 277). O desenvolvimento do trabalho concomitante à gênese das primeiras formas de divisão do trabalho é determinado pela idade, diferenças fisiológicas entre os sexos e as condições naturais do trabalho são influenciadas pelas estações do ano. Portanto, essas características distintas quanto ao desenvolvimento do trabalho e as determinações sociais da divisão do trabalho têm uma base puramente fisiológica. Nesse sentido podemos afirmar, segundo Marx, que o desenvolvimento da divisão do trabalho tem um caráter universal e independente das diferentes formas sociais e conteúdo social que adquira, estará intrinsecamente vinculada ao processo de organização do trabalho. Como demonstrou Marx, acerca da universalidade do trabalho, pode-se afirmar que o desenvolvimento da divisão do trabalho está immanentemente vinculado ao processo de planejamento e organização do trabalho. Nas formas sociais em que se realiza do trabalho comum e diretamente socializado, a divisão do trabalho se desenvolve a partir de determinações sociais cuja base é estritamente fisiológica, sem nenhuma restrição ou imposição condicionada pela dominação entre as classes sociais.

Vale dizer que a divisão do trabalho segundo Marx possui uma dimensão universal, mas é determinada social e historicamente. Portanto, a partir de sua processualidade podemos evidenciar os distintos conteúdos sociais que ela adquire a partir de sua vinculação com o processo de trabalho no âmbito da exploração entre classes, ou não. Desse modo, como vimos, o elemento fundamental da análise de Marx sobre a divisão do trabalho é que mesmo sem a predominância da produção de mercadorias, ou dominação entre classes sociais, a divisão do trabalho se desenvolve no âmbito das relações de produção. Destacamos, porém, que nos limites desta pesquisa, nos deteremos com maior profundidade à divisão do trabalho desenvolvida na formação social capitalista, mas ressaltamos que a divisão do trabalho no contexto das distintas relações sociais de produção, adquire diferentes

características, de acordo com as formas de trabalho que se desenvolve em distintos períodos históricos.<sup>20</sup>

### **1.3 A relação entre a divisão social do trabalho e a mercadoria**

Para Marx, como já analisamos, o trabalho produtor de valor de uso é condição da existência do homem, independente das formas de sociedade, porque o trabalho constitui a necessária mediação entre o homem e a natureza, ou seja, é condição indispensável para a existência da vida humana. Verifica-se, de acordo com Marx, que a diversidade da produção e o concomitante desenvolvimento da divisão do trabalho se realizam independentemente de os produtos se tornarem mercadorias.

Como sabemos, na sociedade capitalista, a produção se baseia na generalização da produção da mercadoria. Delinearemos, partindo de Marx, os aspectos principais da relação entre o processo de desenvolvimento da divisão social do trabalho e a complexificação da produção da mercadoria no modo de produção capitalista. Segundo Marx, no âmbito da sociedade capitalista, os distintos processos de trabalho representam “elos autônomos de trabalhos da divisão social do trabalho” (MARX, 1983, p. 50). A produção da mercadoria e generalização das trocas só é possível devido ao desenvolvimento da divisão social do trabalho, adquirindo o “trabalho social total” (MARX, 1983, p. 71) – o conjunto de valores de uso demandados pela sociedade – a forma de um complexo de trabalhos privados. Isto significa, sempre segundo o autor, que “[...] os trabalhos privados só atuam, de fato, como membros do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho [...]” (MARX, 1983, p. 71).

O autor inicia o primeiro parágrafo d'*O Capital* revelando que sua investigação irá começar pela análise da mercadoria. A forma como os homens irão se organizar

---

<sup>20</sup> Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã* (1986, p. 29), afirmam que diversas formas de divisão do trabalho expressam diferentes formas de propriedade. Os autores descrevem a divisão do trabalho desenvolvida nas diferentes formas de propriedade: a tribal, a escravista, a feudal e a capitalista.

para produzirem sua sobrevivência será mediada entre trocas de produtos. Segundo o autor,

a mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa. Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção. (1983, p. 45).

Para se produzir um valor de uso, necessita-se de determinada espécie de atividade produtiva, e para o autor, “essa atividade é determinada por um fim, modo de operar, objeto, meios e resultado.” O valor de troca, para Marx, aparece como algo que expressa inicialmente a proporção quantitativa de troca de um valor de uso por outro valor de uso de outra espécie, de modo que esta relação de troca muda de acordo com o tempo e com o espaço. Todavia, “os valores de troca vigentes da mesma mercadoria expressam algo igual.” (MARX, 1983, p. 46). Lembra o autor que o valor de troca é o modo de expressão de um conteúdo dele distinguível, em que uma dada quantidade de mercadoria é trocada por outra quantidade de mercadoria.

O autor explica que na matemática existe a decomposição de figuras geométricas em triângulos para reduzi-los a algo comum que é representado pela dimensão do cálculo das áreas, ou seja, de algo não visível, que é o resultado da metade do produto de sua base pela altura. Segundo ele, “o mesmo ocorre com os valores de troca das mercadorias: tem-se que reduzi-los a algo comum, do qual eles representam um mais ou um menos.” (1983, p. 46). Entretanto, esse algo em comum não compreende as propriedades materiais da mercadoria, pois as propriedades corpóreas da mesma referem-se apenas ao seu valor de uso, sua utilidade.

Se abstraímos o seu valor de uso, abstraímos também os componentes e formas corpóreas que fazem dele valor de uso. Deixa já de ser mesa ou casa ou fio ou qualquer outra coisa útil. Todas as suas qualidades sensoriais se apagaram. Também já não é o produto do trabalho do marceneiro ou do pedreiro ou do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes *formas concretas desses trabalhos*, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua

totalidade a igual trabalho humano, a *trabalho humano abstrato*. (MARX, 1983, p. 47, grifo nosso).

Na forma social capitalista o produto do processo de trabalho aparece como uma totalidade de trabalhos indiferenciados, porque são abstraídas as qualidades sociais distintas dos diversos trabalhos realizados. O trabalho humano abstrato representa a igualdade dos diferentes trabalhos, pois equipara o tempo de produção de valor de cada mercadoria, dispensando suas qualidades distintas. A grandeza do valor da mercadoria é medida de acordo com o tempo de trabalho abstrato nela cristalizada, assim, “o valor de uma determinada mercadoria é estabelecido pela quantidade de trabalho necessário para sua produção em um período de tempo” (MARX, 1983, p. 47). O autor afirma que para ser mercadoria deve-se produzir valor de uso para outros homens, “valor de uso social”, o qual deve ser transferido para os outros homens mediados pela relação de troca.

Para Marx (1983, p. 53), dispêndio de força de trabalho do homem como qualidade de trabalho humano igual, ou trabalho humano abstrato, é o trabalho que especificamente produz e generaliza a forma mercadoria. A cristalização do trabalho humano igual é a concreta forma de valor. O valor equipara qualitativamente os distintos valores de uso, que se tornam permutáveis à medida que a quantidade de trabalho abstrato cristalizado em seus corpos possui a mesma grandeza. É importante ressaltar que numa sociedade em que se generaliza a mercantilização da produção, o trabalho abstrato se constitui enquanto mediação necessária entre a produção privada e o trabalho social total. O valor permite a troca de diferentes mercadorias, revelando o caráter específico do trabalho no capitalismo, qual seja: ser o trabalho essencialmente produtor de valor.

De acordo com as assertivas de Marx, o trabalho humano igual se refere ao dispêndio da força de trabalho para a formação do valor, sendo imprescindível para a cristalização do valor da mercadoria. Para o autor, esta substância social representa algo comum na relação de troca entre as mercadorias, que são as trocas mediadas a partir dos valores. “O que há de comum, que se revela na relação de troca ou valor de troca da mercadoria, é, portanto, seu valor” (MARX, 1983, p. 47). Desse modo, o valor é expresso materialmente através do valor de troca nas relações de intercâmbio das mercadorias.

O autor ressalta que a equivalência entre duas mercadorias tem que ser feita entre duas mercadorias distintas, porque não se trocam mercadorias iguais. Além disso, duas mercadorias que se relacionam na forma simples do valor representam papéis distintos: uma enquanto forma relativa do valor, expressando seu valor no corpo de outra mercadoria. A forma relativa desempenha um papel ativo, enquanto que a mercadoria que representa a forma equivalente representa a forma passiva nessa relação, pois doa o seu corpo para a expressão do valor da outra mercadoria.

A expressão simples do valor de uma mercadoria, segundo Marx (1983, p. 55) se esconde na relação de valor entre duas mercadorias. A relação comparativa entre duas coisas diferentes podem ser quantitativamente comparáveis quando são reduzidas à mesma unidade.

Digamos: como valores, as mercadorias são meras gelatinas de trabalho humano, então a nossa análise reduz as mesmas à abstração de valor, sem dar-lhes, porém, qualquer forma de valor diferente de suas formas naturais. A coisa é diferente na relação de valor de uma mercadoria à outra. Seu caráter de valor revela-se aqui por meio de sua própria relação à outra mercadoria (MARX, 1983, p. 56).

A produção de mercadorias pressupõe uma intensa divisão social do trabalho, em que os distintos trabalhos concretos são realizados por diversos produtores individuais atomizados, constituindo-se, portanto, como condição que impulsiona as trocas entre distintos produtos. Na produção capitalista as relações de troca entre as mercadorias tornam-se um fator intensificador da divisão social do trabalho precedente, que já se desenvolvia nas antigas corporações de ofícios. As relações de trocas entre as mercadorias desencadeiam o necessário desenvolvimento da divisão social do trabalho especificamente fundada pela diversidade do “trabalho humano em geral”.

Na verdade, a alfaiataria que faz o casaco é uma espécie de trabalho concreto diferente da tecelagem que faz o linho. Porém, a equiparação com a tecelagem reduz a alfaiataria realmente àquilo em que ambos são iguais, a seu caráter comum de trabalho humano. Indiretamente é então dito que também a tecelagem, contanto que ela teça valor, não possui nenhuma característica que a diferencie da alfaiataria, e é, portanto, trabalho humano abstrato. Somente a expressão de equivalência de diferentes espécies de mercadoria revela o caráter específico do trabalho gerador de valor, ao reduzir, de fato, os diversos trabalhos contidos nas mercadorias diferentes a algo comum neles, ao trabalho humano em geral (MARX, 1983, p. 56).

A produção de inúmeras mercadorias é demandada pela satisfação de diferentes necessidades humanas, as quais se tornam cada vez mais complexas à medida que surge o modo de produção capitalista. Além do caráter social de satisfação das necessidades humanas através do trabalho útil concreto, no capitalismo, o trabalho humano abstrato se concretiza através da relação de troca, como lei reguladora que se interpõe entre as necessidades concretas dos produtores. A peculiaridade destacada pelo autor (1983, p. 61) a respeito da forma equivalente do valor é que, neste caso, o trabalho concreto se converte na forma de manifestação de seu contrário, ou seja, materializa o trabalho humano abstrato contido na mercadoria que é forma relativa do valor. Segundo Marx,

na medida em que esse trabalho concreto, [por exemplo] a alfaiataria, funciona como mera expressão de trabalho humano indiferenciado, possui ele a forma da igualdade com outro trabalho, o trabalho contido no linho, e é, portanto, ainda que trabalho privado, como todos os outros, trabalho que produz mercadorias, por conseguinte, trabalho em forma diretamente social. Por isso mesmo, apresenta-se ele num produto que é diretamente trocável por outra mercadoria. (1983, p. 61).

Nos exemplos dados pelo autor, a alfaiataria e a tecelagem - processos de trabalho qualitativamente distintos - efetivamente representam profissões específicas no âmbito da divisão social do trabalho. Vale dizer que as mercadorias enquanto produtos dos distintos trabalhos só se permutam mediadas pelo trabalho humano abstrato, produtor de valor. Marx analisa a divisão social do trabalho como parte constitutiva da produção de mercadorias, pois a intensificação do desenvolvimento da divisão social do trabalho é o pressuposto para a generalização da mercadoria. Nesse sentido, o entendimento da função social e da particularidade da divisão social do trabalho capitalista é reciprocamente relacionado ao entendimento da produção de mercadoria.

Para Marx (1983, p. 50), o complexo “mundo das mercadorias” que expressa a relação entre a forma relativa e o seu reflexo nas formas equivalentes possíveis revela a igualdade do trabalho humano, determinado pelo tempo socialmente cristalizado nas mercadorias.

Na totalidade dos vários tipos de valores de uso ou corpos de mercadorias aparece uma totalidade igualmente diversificada, de acordo com gênero, espécie, família, subespécie, variedade, de diferentes trabalhos úteis — uma divisão social do trabalho. **Ela [a divisão social do trabalho] é**

**condição de existência para a produção de mercadorias, embora, inversamente, a produção de mercadorias não seja a condição de existência para a divisão social do trabalho.** (MARX, 1983, p. 50, grifo nosso).

Nesse sentido, podemos notar que o autor revela o caráter universal da divisão social do trabalho, de modo que a diversidade dos trabalhos realizados possa existir sem necessariamente haver a produção de mercadorias. Afinal, é a divisão social do trabalho que é o pressuposto histórico da produção de mercadorias e não o contrário. Marx (1983, p. 61-62) afirma que apenas no modo de produção capitalista, em que a “mercadoria é a forma geral do produto de trabalho, por conseguinte também a relação das pessoas umas com as outras enquanto possuidoras de mercadorias é a relação social dominante”, há a possibilidade de se descobrir a substância que equipara a troca entre as mercadorias e as condições que possibilitam a sua produção.

O autor (1983, p. 63) também revela que o produto de trabalho em todas as épocas históricas é objeto de uso, todavia, apenas em uma época historicamente determinada, os trabalhos aparecem enquanto trabalhos dispendidos como trabalhos produtores de valor, transformando o valor de uso em mercadoria. Trata-se, portanto, daquilo que Marx designa como o duplo caráter do trabalho representado na mercadoria: trabalho concreto e trabalho abstrato. Se para o autor a divisão social do trabalho pode existir sem a existência da produção de mercadorias, por outro lado, não há possibilidades da existência da produção de mercadorias sem o desenvolvimento da divisão social do trabalho. E essa relação de dependência entre a produção de mercadorias e o desenvolvimento da divisão social do trabalho revela a especificidade da produção capitalista. De acordo com o autor,

numa sociedade cujos produtos assumem, genericamente, a forma de mercadoria, isto é, numa sociedade de produtores de mercadorias, desenvolve-se essa diferença qualitativa dos trabalhos úteis, executados independentemente uns dos outros, como negócios privados de produtores autônomos, num sistema complexo, numa divisão social do trabalho (MARX, 1983, p. 50).

Desse modo, a divisão social do trabalho ganha uma forma particular na sociedade capitalista porque está diretamente conectada à dinamização do processo de trabalho, desenvolve as diversas formas da forma equivalente do valor e potencializa a produção do valor. Como afirma Marx (1983, p. 50), os distintos

valores de uso não podem defrontar-se como mercadorias sem possuírem trabalhos úteis qualitativamente diferentes. A divisão social do trabalho quando da generalização da forma mercadoria potencializa a tendência à complexificação, surgindo incessantemente novos trabalhos úteis cuja finalidade reside em efetivar o valor de troca contido nas mercadorias.

Os trabalhos privados são realizados de forma independente uns dos outros, mas nos lembra Marx (1983, p. 73) que eles são “universalmente interdependentes, como membros da divisão social do trabalho”. Assim, os produtores privados da esfera produtiva são apenas aparentemente autônomos, porque fundamentalmente eles se relacionam no mundo das mercadorias e são interdependentes por serem determinados pelo trabalho humano igual. Em outros termos, os produtores “autônomos” têm a necessidade de se relacionarem no mercado como condição para o consumo de valores uso diversos.

Como vimos, o valor das mercadorias é determinado pela quantidade de trabalho abstrato nelas cristalizado. Dito isto, Marx indaga acerca da possibilidade de diversos produtores individuais de um mesmo valor de uso possuírem habilidades distintas, o que dotariam seus valores de uso idênticos de valores distintos. Nessas condições de “forças de trabalho individuais” diferentes, o valor da mercadoria será determinado pela “força de trabalho socialmente média” (1983, p. 48). Nesse sentido, a importância histórica que a divisão social do trabalho adquire no capitalismo está intrinsecamente relacionada à produção de valor, que se revela como uma imposição impessoal determinada pelo mercado.

A relação da produção de mercadorias com a forma particular da divisão social do trabalho tem conexão direta com a importância que a grandeza temporal do trabalho socialmente necessário adquire na sociedade capitalista. O tempo de trabalho socialmente necessário despendido é a forma concreta do valor, logo a dinamização do processo de trabalho ganha importância vital para esse sistema. Como explica Marx,

tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho. [...] o valor de uma mercadoria está para o valor de cada uma das outras mercadorias assim como o tempo de trabalho necessário para a produção de uma está para o tempo de trabalho necessário para a produção de outra (1983, p. 48).

A importância que adquire o tempo socialmente necessário para se produzir não somente os valores de uso, mas especialmente o valor, se relaciona com as modificações da força produtiva de trabalho. Isso significa que “quanto maior a força produtiva do trabalho, tanto menor o tempo de trabalho exigido para a produção de um artigo, tanto menor a massa de trabalho nele cristalizada, tanto menor o seu valor” (MARX, 1983, p. 49). Nesse sentido, foi importante verificar a relação de dependência entre o desenvolvimento da divisão social do trabalho e a produção de mercadorias como forma social predominante do modo de produção capitalista. A divisão social do trabalho é uma relação pressuposta, pois é condição de existência para o desenvolvimento da produção de mercadorias.

A relação entre os elementos constitutivos do processo de trabalho e o de produção do valor para o modo de produção capitalista é mistificada pelo “véu nebuloso” e fetichizado das relações entre coisas. Observaremos que Marx, ao desvendar o fetichismo das relações sociais capitalistas, revela também a complexidade dos fenômenos que se articulam reciprocamente reproduzindo a sociabilidade fundada pelo trabalho abstrato. As relações sociais entre coisas e o caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias, serão analisadas no próximo item, tentando evidenciar como o trabalhador no processo de trabalho adentra na esfera produtiva como uma mercadoria ao vender sua força de trabalho ao capitalista. Além disso, evidenciaremos, segundo os estudos de Marx que, a complexa divisão social do trabalho é pré-condição para a produção de mercadorias e expressa o caráter fetichista da mercadoria.

#### **1.4 O processo de valorização, o fetichismo da mercadoria e a divisão social do trabalho**

Ao analisar inicialmente a produção de mercadorias, Marx revela que “as mercadorias vêm ao mundo sob a forma de valores de uso ou de corpos de mercadorias” e esta é a sua forma natural. Na medida em que são mercadorias, os produtos do trabalho possuem a duplicidade de serem valor de uso e ao mesmo tempo portadores de valor. Os valores de uso, apresentam-se sob forma natural por serem objetividades palpáveis. Ressalta o autor (1983, p. 54): “em direta oposição à

palpável e rude objetividade dos corpos das mercadorias, não se encerra nenhum átomo de matéria natural na objetividade de seu valor.”

Podemos virar e revirar uma mercadoria, como queiramos, como coisa de valor ela permanece imperceptível. Recordemo-nos, entretanto, que as mercadorias apenas possuem objetividade de valor na medida em que elas sejam expressões da mesma unidade social de trabalho humano, pois sua objetividade de valor é puramente social e, então, é evidente que ela pode aparecer apenas numa relação social de mercadoria para mercadoria. Partimos, de fato, do valor de troca ou da relação de troca das mercadorias para chegar à pista de seu valor aí oculto. (MARX, 1983, p. 54).

Desse modo, Marx esclarece que o valor é difícil de ser verificado, podendo apenas ser revelado empiricamente nas relações de troca. Relata que se analisarmos a mercadoria enquanto objeto que satisfaz as diferentes necessidades humanas, e, portanto, encerra em si trabalho humano produtor de valor de uso, não há complicação ou algo misterioso. Nosso autor explica que o “caráter místico da mercadoria não provém, portanto, de seu valor de uso” (1983, p. 70). O mistério da mercadoria se revela através da forma social específica à produção de mercadorias. O enigma que adquire o produto do trabalho no capitalismo expressa que nessa forma particular de sociedade a produção social se volta para a combinação de homens que trabalham uns para os outros, de maneira estranha, sem o reconhecimento entre a realização do processo de trabalho e os produtores.

Historicamente, Marx (1983, p. 149) analisa que, na sociedade capitalista, o trabalho aparece como a própria utilização da força de trabalho. O trabalho é realizado por uma classe e o seu produto é apropriado por outra classe social que a domina e explora. No processo de transição do feudalismo para o capitalismo Marx afirma que “a estrutura econômica da sociedade capitalista proveio da estrutura econômica da sociedade feudal” (1984, p. 262). O trabalho específico e peculiar ao modo de produção capitalista pressupõe a separação entre os produtores e os proprietários privados dos meios de produção e, nesse sentido, o processo de consolidação das “eternas leis naturais” do modo de produção capitalista tem como base fundante a relação de assalariamento, na qual o comprador da força de trabalho – o burguês – consome esta mercadoria ao fazer trabalhar o vendedor da força de trabalho – o operário.

O processo histórico de separação entre os produtores e os meios de produção significou a expropriação dos produtores diretos. Como explica nosso autor (1984, p. 292), significou “a expropriação da grande massa da população de sua base fundiária, de seus meios de subsistência e instrumentos de trabalho, essa terrível e difícil expropriação da massa do povo constitui a pré-história do capital”. A constituição da propriedade privada especificamente capitalista se baseia na exploração do trabalho alheio, mas como afirma Marx (1984, p. 293), esse trabalhador tem a sua força de trabalho formalmente livre. Os produtores da sociedade feudal se transformaram em proletários e as suas condições de trabalho em capital, através de um longo e complexo processo de transição. As transformações sociais que revolucionaram as antigas relações feudais foram erguidas pela revolução burguesa, a qual transformou as relações econômicas, políticas, sociais, culturais e históricas da sociedade feudal.

Tão logo esse processo de transformação tenha decomposto suficientemente, em profundidade e extensão, a antiga sociedade, tão logo os trabalhadores tenham sido convertidos em proletários e suas condições de trabalho em capital, tão logo o modo de produção capitalista se sustente sobre seus próprios pés, a socialização ulterior do trabalho e a transformação ulterior da terra e de outros meios de produção em meios de produção socialmente explorados, portanto, coletivos, a conseqüente expropriação ulterior dos proprietários privados ganha nova forma. O que está agora para ser expropriado já não é o trabalhador economicamente autônomo, mas o capitalista que explora muitos trabalhadores. (MARX, 1984, p. 293).

O processo sócio-histórico que cria a relação social-capital no capitalismo pressupõe a separação do trabalhador das condições de seu trabalho, transformando os meios sociais de produção em capital, e os trabalhadores assalariados em vendedores de sua única mercadoria: sua própria força de trabalho. “Dinheiro e mercadoria, desde o princípio, são tão pouco capital quanto os meios de produção e de subsistência. Eles requerem sua transformação em capital” (1984, p. 262). A relação predominante das sociedades de classes baseada na “exploração do homem pelo homem” no capitalismo se ergue sob o fundamento da relação social capital.

De acordo com Marx, o capital “só surge onde o possuidor de meios de produção e de subsistência encontram o trabalhador livre como vendedor de sua

força de trabalho no mercado, e essa é uma condição histórica que encerra uma história mundial” (1983, p. 141). Segundo o autor, com a polarização entre proprietários privados dos meios de produção e os produtores destituídos das condições objetivas do trabalho, estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista.

A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apóie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. (MARX, 1984, p. 262).

Marx afirma que no modo de produção capitalista a produção da riqueza aparece como “uma imensa coleção de mercadorias” e individualmente a mercadoria aparece como forma elementar da riqueza. O produto do processo de trabalho é o valor de uso e, no capitalismo, esse produto é apropriado privadamente pelo capitalista. Embora a produção de diversos valores de uso produzidos por diferentes processos de trabalho constitua um progresso para o desenvolvimento sócio-histórico da humanidade, Marx (1983, p. 155) ironiza enfatizando que “embora as botas, por exemplo, constituam de certo modo a base do progresso social e nosso capitalista seja um decidido progressista, não fabrica as botas por causa delas mesmas.” Os valores de uso são produzidos porque para o capitalista importa que esses valores de uso sejam portadores do valor de troca. O capitalista tem o objetivo de produzir mercadoria, ou seja, um valor de uso que seja o substrato material portador do valor de troca. Além disso, o capitalista quer obter um valor maior que o capital adiantado através de salários e meios de produção, para a realização da produção pelos trabalhadores.

[O capitalista] quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. [...] ele quer produzir uma mercadoria cujo valor seja mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-la, os meios de produção e a força de trabalho, para as quais adiantou seu bom dinheiro no mercado. Quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também mais-valia. (MARX, 1983, p. 155).

Marx analisou o detalhamento do processo de formação do valor revelando a essência do processo de produção capitalista. A duplicidade do caráter da produção está materializada no processo de produção da mercadoria: por um lado é processo de trabalho, e por outro lado é processo de formação de valor. De acordo com o autor, “o valor de toda mercadoria é determinado pelo “*quantum* de trabalho” materializado em seu valor de uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção” (MARX, 1983, p. 155). O autor afirma que “isso vale também para o produto que nosso capitalista obteve como resultado do processo de trabalho. De início, tem-se, portanto de calcular o trabalho materializado nesse produto” (MARX, 1983, p. 155).

Ao citar como exemplo a fabricação do fio, o autor afirma que para se fabricar esse produto são necessários: matéria-prima, meios de trabalho, etc. Vale dizer que o valor de determinada mercadoria tem trabalho passado, o qual se apresenta no valor das mercadorias utilizadas como matéria-prima – *algodão*, e meio de trabalho – *fuso*. Isso porque o tempo de trabalho socialmente cristalizados nessas mercadorias irão retornar no valor da nova mercadoria que é a mercadoria *fio*. Para Marx (1983, p. 156), há um acúmulo de trabalho entre os processos anteriores de trabalho para produção de algodão e do fuso. O autor ressalta que o tempo de trabalho necessário para a sua produção, ou seja, o valor do fio condensa o trabalho para a produção do algodão e do fuso de modo que o processo de trabalho concentra diversas fases.

Portanto, viu-se que o fio condensa fases de trabalho (trabalho para produzir o algodão, trabalho para produzir o fuso) que antecedem o processo de produção do fio, mas, estas fases representam diversas fases do mesmo processo de trabalho. Segundo Marx (1983, p. 156), “todo trabalho contido no fio é trabalho passado”, porque os valores dos meios de produção são partes integrantes do valor do fio ou do valor do novo produto criado. As condições necessárias para a produção do fio e o valor do fio pressupõem que algodão e fuso possam ser elementos para a produção de outro valor de uso. A realização do trabalho para a produção do fio pressupõe uma conexão com os diferentes trabalhos passados tanto para a produção do fuso como para a extração do algodão. É importante verificar que o autor analisa a especificidade do processo de trabalho capitalista como processo global de trabalho.

Marx ressalta que esse trabalho deve ser observado diferentemente de como foi considerado na sua análise sobre o processo de trabalho em sentido universal. No processo de trabalho para se produzir o fio, trata-se de uma “atividade orientada a um fim de transformar como o exemplo, algodão em fio.” Segundo o autor, se as circunstâncias permanecerem inalteradas e quanto mais esse trabalho adequado, melhor será a qualidade do fio.

O trabalho do fiandeiro era especificamente diferente de outros trabalhos produtivos, e a diversidade manifestava-se subjetiva e objetivamente no fim particular da fiação, em seu modo particular de operar, na natureza particular de seus meios de produção, no valor de uso particular de seu produto. Algodão e fuso servem de meios de subsistência do trabalho de fiar, [...]. Na medida em que o trabalho do fiandeiro é, pelo contrário, formador de valor, isto é, fonte de valor, não se distingue em nada do trabalho do perfurador de canhões, ou, que está aqui mais próximo, dos trabalhos do plantador de algodão e do produtor de fusos, realizados nos meios de produção do fio. É apenas por causa dessa identidade que plantar algodão, fazer fusos e fiar podem formar partes apenas quantitativamente diferentes do mesmo valor total, do valor do fio. Aqui já não se trata da qualidade, da natureza e do conteúdo do trabalho, mas apenas de sua quantidade. É fácil calculá-la. Pressupomos que o trabalho de fiar é trabalho simples, trabalho social médio. (MARX, 1983, p. 157).

Durante o processo de produção do fio enquanto valor de uso, algodão e fuso, como meios de produção, são meios de subsistência do trabalho de fiar. O trabalho do fiandeiro se distingue especificamente dos demais trabalhos produtivos, pois se utilizam diferentes meios de produção e se produzem diferentes produtos, diferentes valores de uso e meios de subsistência diversos. Com a representação do trabalho enquanto fonte de valor, a forma específica e particular de, por exemplo, fiar, desaparece. O que importa de fato para o processo de valorização é o quanto pode ser despendido da força de trabalho para a produção do fio. Diz Marx que:

durante o processo de trabalho, o trabalho se transpõe continuamente da forma de agitação para a de ser, da forma de movimento para a de objetividade. Ao fim de 1 hora, o movimento de fiar está representado em determinado *quantum* de fio, portanto determinado *quantum* de trabalho, 1 hora de trabalho, está objetivado no algodão. Dizemos hora de trabalho, isto é, o dispêndio da força vital do fiandeiro durante 1 hora, pois o trabalho de fiar apenas vale aqui enquanto dispêndio de força de trabalho e não enquanto trabalho específico de fiação. (1983, p. 157).

Segundo Marx, o importante no processo de valorização é que durante o processo de transformação de algodão em fio, o tempo de trabalho socialmente

necessário “conta como formando valor” (1983, p. 157). Os meios de trabalho que cristalizaram trabalho passado agregam valores no novo processo de trabalho e entram na nova produção com funções diferentes, como afirma:

a matéria-prima funcionou aqui apenas como algo que absorve determinado *quantum* de trabalho. Por meio dessa absorção transforma-se, de fato, em fio, porque a força de trabalho foi despendida e lhe foi acrescentada sob a forma de fiação. Mas o produto, o fio, é agora apenas uma escala graduada que mede o trabalho absorvido pelo algodão. [...] Quantidades de produto determinadas, verificadas pela experiência, representam agora nada mais que determinadas quantidades de trabalho, determinada massa de tempo de trabalho solidificado. São apenas a materialização de 1 hora, de 2 horas, de 1 dia de trabalho social. (MARX, 1983, p. 157).

Para o autor (1983, p. 157), não importa que o trabalho seja fiar, que o seu material de produção seja o algodão, que o seu meio de trabalho seja o fuso e que o produto seja o fio. Muito menos se ao invés de o processo de trabalho se realizar na matéria-prima ou em um objeto de trabalho. O que interessa para o processo de valorização é que o novo produto criado representará determinado “*quantum* de trabalho absorvido.” Apesar de ser produzido na esfera da produção, o valor se realiza através do valor de troca, na esfera da circulação. O capitalista produz a mercadoria para vendê-la, e este é seu único interesse quando a produz. Como afirma Marx (1983, p. 160), o capitalista procede “segundo as leis eternas do intercâmbio de mercadorias”. O que passa a predominar são as relações de troca de valor por valor. O valor possui efetividade concreta; sua objetividade social revela-se na troca, ou seja, se materializa no intercâmbio de mercadorias.

Já em relação à força de trabalho, Marx sinaliza algumas questões fundamentais sobre a troca entre trabalho despendido pelos trabalhadores e o salário que recebem. O autor afirma que o salário, ou o valor da força de trabalho se expressa no tempo de trabalho para produzir a soma média dos meios diários de subsistência do trabalhador. O salário pago pela jornada de trabalho expressa o valor de sua reprodução. Todavia, o fundamental dessa relação é que o trabalhador além de produzir o valor de seu salário, produz trabalho excedente para além de sua reprodução. Segundo o autor, “o valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho são, portanto, duas grandezas distintas. Essa diferença de

valor o capitalista tinha em mente quando comprou a força de trabalho” (MARX, 1983, p. 159).

Marx chama atenção para “o produto do processo prolongado de trabalho”, ou seja, para o tempo de trabalho em que o trabalhador despende sua força de trabalho *a mais* do que o valor da reprodução e produção dos seus meios de subsistência. Por exemplo: se o trabalhador durante meia jornada de trabalho produzir o valor de sua força de trabalho, nada o impedirá, “de modo algum, de trabalhar uma jornada inteira” (MARX, 1983, p. 159). A propriedade útil da mercadoria força de trabalho,

de poder fazer fio ou botas, era apenas uma *conditio sine qua non*, pois o trabalho para criar valor tem de ser despendido em forma útil. Mas o decisivo foi o valor de uso específico dessa mercadoria ser fonte de valor, e de mais valor do que ela mesma tem. (MARX, 1983, p. 159).

O capitalista compra a força de trabalho e o trabalhador a vende como sua única forma de sobrevivência no capitalismo. As leis de troca foram postas em prática, pois se intercambiou equivalente por equivalente; o salário pela jornada de trabalho despendida pelo trabalhador. Segundo o autor, as relações de assalariamento no capitalismo pressupõem uma forma de produção que tenha “desde o princípio o trabalhador assalariado livre, que vende sua força de trabalho ao capital” (MARX, 1983, p. 265). A relação de assalariamento como pressuposição das condições de desenvolvimento do modo de produção capitalista é indispensável para se entender a especificidade do processo de trabalho capitalista. A separação dos meios de produção do trabalhador, historicamente, se inicia com o processo violento de expulsão dos servos das áreas agrícolas medievais. Porém esta separação se intensifica na medida em que vai se desenvolvendo a forma de produção do capital no interior do processo de trabalho especificamente capitalista.

Marx afirma que é no processo de consumo da força de trabalho; ao mesmo tempo, processo de produção da mercadoria que o capitalista transforma o dinheiro que foi antecipado na compra de meios de produção e força de trabalho, em capital. Como explica:

o capitalista, ao transformar dinheiro em mercadorias, que servem de matérias constituintes de um novo produto ou de fatores do processo de trabalho, ao incorporar força de trabalho viva à sua objetividade morta,

transforma valor, trabalho passado, objetivado, morto em capital, em valor que se valoriza a si mesmo, um monstro animado que começa a “trabalhar” como se tivesse amor no corpo. (MARX, 1983, p. 161).

Segundo Marx (1983, p. 161), o processo de trabalho “consiste no trabalho útil, que produz valores de uso.” Já o processo de formação de valor,<sup>21</sup> consiste na objetivação do mais-trabalho que o trabalhador despende muito além do tempo que reproduz a sua força de trabalho. O autor ressalta que a distinção é qualitativa quanto ao objetivo e conteúdo, seu modo e maneira particular do processo de trabalho em relação ao processo de formação de valor. “O mesmo processo de trabalho apresenta-se no processo de formação de valor somente em seu aspecto quantitativo” (MARX, 1983, p. 161). Para o processo de formação de valor, o processo de trabalho aparece apenas como “o tempo que o trabalho precisa para sua operação ou da duração na qual a força de trabalho é despendida de forma útil” (MARX, 1983, p. 161).

Em relação às condições de desenvolvimento do processo de trabalho no capitalismo e quanto ao controle do capitalista sobre o trabalhador, Marx afirma:

a força de trabalho tem de funcionar em condições normais.[...] O caráter normal dos fatores materiais de trabalho não depende, porém, do trabalhador, mas do capitalista. Outra condição é o caráter normal da própria força de trabalho. No ramo que se aplica deve possuir o grau médio de habilidade, destreza e rapidez. Mas nosso capitalista comprou no mercado força de trabalho de qualidade normal. Essa força tem de ser despendida no grau médio habitual de esforço, com o grau de intensidade socialmente usual. Sobre isso o capitalista exerce vigilância com o mesmo temor que manifesta de que nenhum tempo seja desperdiçado, sem trabalho. Comprou a força de trabalho por prazo determinado. Insiste em ter o que é seu. Não quer ser roubado. Finalmente — e para isso tem ele seu próprio *code pénal* — não deve ocorrer nenhum consumo desnecessário de matéria-prima e meios de trabalho, porque material e meios de trabalho desperdiçados representam quantidades despendidas em excesso de trabalho objetivado, que, portanto, não contam nem entram no produto da formação de valor. (1983, p. 161).

---

<sup>21</sup> Marx (1983, p. 161) afirma que o processo de formação de valor e processo de valorização têm distinções. Diz ele: “se comparamos o processo de formação de valor com o processo de valorização, vemos que o processo de valorização não é nada mais que um processo de formação de valor prolongado além de certo ponto. Se este apenas dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um novo equivalente, então é um processo simples de formação de valor. Se ultrapassa esse ponto, torna-se processo de valorização” (MARX, 1983, p. 161).

É importante notar que o capitalista possuidor dos meios de produção e comprador da força de trabalho exerce a função de “vigilância” durante o desenvolvimento do trabalho e, além disso, controla as condições de trabalho, como o funcionamento normal e em grau médio da força de trabalho, além de inibir o desperdício dos fatores materiais de trabalho. Para o autor (1983, p. 70-71), o caráter do trabalho social total no capitalismo aparece quando “homens trabalham uns para os outros de alguma maneira” e os produtos do trabalho adquirem nas relações de troca “uma objetividade de valor socialmente igual, separada de sua objetividade de uso.” Há uma cisão entre valores de uso e valores de troca.

Além disso, o autor afirma que o caráter peculiar da forma social que produz mercadoria evidencia uma relação social transfigurada em uma relação natural, uma relação “fantasmagórica” entre objetos, entre coisas. O fetichismo da mercadoria expressa para Marx a relação de autonomização do produto do trabalho, ou seja, o produto do trabalho – a mercadoria – aparece como possuidora de vida própria, exercendo autonomia em relação ao trabalhador.

Como os produtores somente entram em contato social mediante a troca de seus produtos de trabalho, as características especificamente sociais de seus trabalhos privados só aparecem dentro dessa troca. Em outras palavras, os trabalhos privados só atuam, de fato, como membros do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio dos mesmos, entre os produtores. Por isso, aos últimos aparecem as relações sociais entre seus trabalhos privados como o que são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, senão como relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre as coisas. (MARX, 1983, p. 71).

Segundo o autor, o caráter fetichista do “mundo das mercadorias” tem sua origem no próprio caráter social peculiar do trabalho que produz a mercadoria. A especificidade do processo de trabalho que produz a mercadoria dá origem ao seu caráter fetichista. A especificidade capitalista do trabalho social reside no fato de que o processo de trabalho que produz objetos de uso que se tornam mercadorias são produtos de trabalhos privados, “exercidos independentemente uns dos outros”. Assim, para Marx “o complexo desses trabalhos privados forma o trabalho social total” (1983, p. 71).

Essa cisão do produto de trabalho em coisa útil e coisa de valor realiza-se apenas na prática, tão logo a troca tenha adquirido extensão e importância

suficientes para que se produzam coisas úteis para serem trocadas, de modo que o caráter de valor das coisas já seja considerado ao serem produzidas. A partir desse momento, os trabalhos privados dos produtores adquirem realmente duplo caráter social. Por um lado, eles têm de satisfazer determinada necessidade social, como trabalhos determinados úteis, e assim provar serem participantes do trabalho total, do sistema naturalmente desenvolvido da divisão social do trabalho. (MARX, 1983, p. 71-72).

Marx revela o caráter social dos trabalhos privados a partir do momento da troca. Por um lado, cumpre à função de satisfazer determinada necessidade social como trabalhos sociais úteis, participantes do trabalho total, do sistema naturalmente desenvolvido da divisão social do trabalho. Por outro lado, a satisfação das necessidades dos produtores só acontece porque “cada trabalho privado é permutável por toda outra espécie de trabalho privado, portanto lhe equivale” (1983, p. 72). Segundo o autor, a relação de igualdade entre diferentes trabalhos privados “só pode consistir numa abstração de sua verdadeira desigualdade, na redução ao caráter comum que eles possuem como dispêndio de força do trabalho do homem, como trabalho humano abstrato” (MARX, 1983, p. 72).

Para Marx (1983, p. 72), é de suma importância analisar as características gerais e específicas do trabalho humano abstrato e “a tardia descoberta científica, de que os produtos de trabalho, enquanto valores são apenas expressões materiais do trabalho humano despendido em sua produção”. Confirma o autor que tal descoberta, “faz época na história do desenvolvimento da humanidade, mas não dissipa, de modo algum, a aparência objetiva das características sociais do trabalho” (MARX, 1983, p. 72). De maneira que para o trabalho específico ao modo de produção capitalista, o trabalho humano abstrato vale somente para a produção de mercadoria. Para essa forma particular de produção vale apenas o caráter especificamente social dos trabalhos privados, que apesar de independentes entre si, se igualam e se relacionam tão somente por possuírem a igualdade no trabalho humano (MARX, 1983, p. 72).

Vale notar, de acordo com Marx (1983, p. 73), que para a produção de mercadorias totalmente desenvolvida “os trabalhos privados empreendidos de forma independente uns dos outros, mas universalmente interdependentes como membros naturalmente desenvolvidos da divisão social do trabalho”, são reduzidos o tempo todo à sua medida socialmente proporcional. Ou seja, na produção das mercadorias,

os diferentes trabalhos privados compõem a divisão social do trabalho de forma universal e interdependente, pois são reduzidos ao tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção.

Para Marx (1983, p. 73), a lei que impera nas relações de troca das mercadorias é a medida socialmente proporcional, ou seja, é “a determinação da grandeza de valor pelo tempo de trabalho”. Esta determinação “é, por isso, um segredo oculto sob os movimentos manifestos dos valores relativos das mercadorias” (MARX, 1983, p.73). Apesar de serem independentes entre si, os diferentes trabalhos privados são universalmente interdependentes, e fazem parte da divisão social do trabalho reduzidos à relação de igualdade entre grandezas de valor – ao tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção.

Os distintos trabalhos são realizados para satisfação de distintas necessidades humanas. Mas, no modo de produção capitalista o caráter peculiar da forma social que produz a mercadoria impulsiona a fetichização que inverte a relação entre homens numa relação entre coisas. Diferentes produtos do trabalho, ou diferentes trabalhos privados são realizados independentes uns dos outros e têm conexão somente no momento da troca.

Essa cisão entre produtores privados que realizam trabalhos independentes uns dos outros é condição e pressuposto para a produção de mercadoria. Por isso, o trabalho social total que produz a mercadoria faz com que a divisão social do trabalho seja condição necessária para a relação de troca das mercadorias, para o processo de valorização. Como membros da divisão social do trabalho os trabalhadores que realizam diversos tipos de trabalho se relacionam com a equivalência entre os tempos socialmente necessários à produção de seus produtos. É importante notar que a diversidade dos diversos tipos de processos de trabalho encontra a sua conexão na relação entre as diversas mercadorias. A conexão entre os distintos processos de trabalho, membros desenvolvidos da divisão social do trabalho será realizada no mercado através da troca de mercadorias.

Vale dizer, que para Marx, a intrínseca relação entre a produção de mercadoria e a divisão social do trabalho traz consigo a possibilidade de expressão das características do fetichismo da mercadoria, porque expressa a relação aparente de produtores independentes, mas que são na realidade, interdependentes

e objetivam o valor através da troca. O processo de trabalho se divide em distintas etapas e processos produtivos, como membros desenvolvidos na divisão social do trabalho. Historicamente, os diferentes trabalhos realizados por diferentes trabalhadores se expressam no âmbito da sociedade através da fragmentação da totalidade do processo de trabalho.

Assim, afirma o autor que diferentes profissões são originadas e se constituem enquanto “elos autônomos” da cadeia produtiva ao se relacionarem enquanto fatores independentes das formas específicas de distintas mercadorias. Nesse sentido, numa sociedade que tem como base a produção de mercadoria, a divisão social do trabalho aparece como condição *sine qua non* da expressão reificada da mercadoria. A transformação do produto do trabalho em mercadoria traz o caráter específico do trabalho no capitalismo que é a sua realização como processos de trabalho privados, independentes uns dos outros, os quais se relacionam do processo de troca entre as mercadorias, através da divisão social do trabalho.

Ressalta Marx que, para a economia burguesa, a forma dinheiro representa a forma acabada que objetivamente vela, ao invés de revelar, o caráter social dos trabalhos privados e as relações sociais entre os distintos trabalhos privados. A relação entre diferentes trabalhos se realiza no mundo das mercadorias no confronto das mercadorias como formas relativas e equivalentes de valor e expressam a corporificação geral de trabalho humano abstrato (MARX, 1983, p. 73). De acordo com o autor, em sua figura de valor, “a mercadoria desfaz-se de qualquer vestígio de seu valor de uso natural e do trabalho útil particular ao qual deve sua origem, para se metamorfosear na materialização uniforme de trabalho humano indistinto” (MARX, 1983, p. 97),

É mediante a troca de diferentes mercadorias que a divisão social do trabalho desempenha a função social específica para a realização do trabalho humano igual específico à sociedade capitalista. Os produtos de trabalho se identificam com as mercadorias e com o seu valor a partir da equivalência entre distintos trabalhos socialmente necessários e cristalizados para serem trocados. Isso, porque, como já foi citado na análise de Marx, “o caráter fetichista da mercadoria provém do caráter social peculiar do trabalho” (1983, p. 71). O trabalho que objetiva valor tem como

produto a mercadoria e as relações sociais advindas de sua realização assume a forma de relação entre coisas, entre objetos.

A divisão social do trabalho, enquanto função social encerra um pressuposto necessário para a subjugação do trabalhador como mero produtor de coisas a serem intercambiadas. A subjugação do trabalhador como produtor de mercadoria encontra na divisão social do trabalho uma forma específica de realizar a conexão de distintos trabalhos que no âmbito do processo de trabalho global da sociedade capitalista expressa “a corporificação geral de trabalho humano abstrato” (MARX, 1983, p. 73). É importante, porém atentar que as condições sociais do modo de produção capitalista impõem uma relação de dependência entre a mercadoria e a divisão social do trabalho. Para que exista a produção de mercadorias é pressuposto que exista o desenvolvimento da divisão social do trabalho. De acordo com Marx:

A divisão social do trabalho torna tão *unilateral* seu trabalho quanto *multilaterais* suas necessidades. Por isso mesmo, seu produto serve-lhe apenas de valor de troca. Mas ele somente obtém a forma equivalente geral, socialmente válida, como dinheiro e o dinheiro encontra-se em bolso alheio. Para tirá-lo de lá, a mercadoria tem de ser, sobretudo, valor de uso para o possuidor do dinheiro, que o trabalho despendido nela, portanto, tenha sido despendido em forma socialmente útil ou que se confirme como **elo** da divisão social do trabalho (1983, p. 95, grifo nosso).

De acordo com nosso autor, o pressuposto para a produção de mercadoria é a existência da divisão social do trabalho. O desenvolvimento da divisão social do trabalho e a complexidade que adquire demandada pelas múltiplas necessidades através da realização de trabalhos privados e independentes torna o trabalho unilateral e expressa o caráter de fragmentação do processo de trabalho. A conexão desses “elos” compostos por necessidades multilaterais satisfeitas por distintos trabalhos unilaterais desenvolvidos na divisão social do trabalho se realiza apenas nas relações de troca. Na troca de mercadorias há uma relação entre coisas, entre distintas mercadorias que possuem autonomia frente ao produtor. A exaustiva busca da produção do valor que é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário faz com que a divisão social do trabalho se desenvolva historicamente de maneira intensa e expansiva.

Vale ressaltar na análise de Marx (1983, p. 73), sobre a divisão social do trabalho, que na formação social na qual a produção de mercadorias se torne totalmente desenvolvida,

[...] os trabalhos privados empreendidos, de forma independente uns dos outros, mas universalmente interdependentes como membros naturalmente desenvolvidos da divisão social do trabalho, são o tempo todo reduzidos à sua medida socialmente proporcional porque, nas relações casuais e sempre oscilantes de troca dos seus produtos, o tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção se impõe com violência como lei natural reguladora, do mesmo modo que a lei da gravidade, quando a alguém a casa cai sobre a cabeça. (MARX, 1983, p. 73).

Os trabalhos fragmentados de forma autônoma são o tempo todo reduzidos, como lei natural, “à sua medida socialmente proporcional”, ou seja, ao tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. Os produtores “independentes”, segundo o autor (1983, p. 96), “são membros dispersos no sistema da divisão do trabalho”, do organismo social de produção capitalista.

Nossos possuidores de mercadorias descobrem por isso que a mesma divisão de trabalho, que os torna produtores privados independentes, torna independentes deles mesmos o processo social de produção e suas relações dentro desse processo, e que a independência recíproca das pessoas se complementa num sistema de dependência reificada universal. (MARX, 1983, p. 96).

Nota-se, que para o autor, o processo de trabalho especificamente capitalista encontra na divisão social do trabalho uma forma peculiar de desenvolvimento dos distintos trabalhos unilateralizados que são realizados por produtores privados independentes. Além disso, tornam o próprio processo social de produção e suas relações independentes dos próprios trabalhadores que produzem as mercadorias. Portanto, a divisão social do trabalho cumpre a função social de ser fundamental no que se refere à reificação e naturalização da troca de mercadorias. É na troca de mercadorias que a conexão, dependência reificada e universal dos trabalhadores serão realizadas. Marx revela a particularidade da divisão social do trabalho capitalista como pressuposto para o desenvolvimento da produção da mercadoria. Se o trabalho é dividido entre diferentes atividades e por isso surgem diferentes

profissões, num processo em que o trabalho humano abstrato é mistificado sob a forma de trabalho simples, a divisão social do trabalho potencializa o desenvolvimento social das relações fetichizadas. Segundo Marx, especificamente no capitalismo, “a divisão do trabalho transforma o produto do trabalho em mercadoria” [...] (MARX, 1983, p. 96). A divisão do trabalho como organismo de produção apresentará características específicas no âmbito do desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Como analisamos no item anterior, Marx afirma que o trabalho comum realizado exclusivamente para a satisfação das necessidades e sobrevivência humana, se realiza através de diferentes trabalhos que produzem distintos produtos. Porém, nessas comunidades que se organizam coletivamente para produzirem seus meios de vida, o que determina as funções sociais distintas entre os membros que realizam o trabalho comum são as características e habilidades puramente fisiológicas. Os membros dessas comunidades se organizam numa divisão do trabalho através da distribuição dos trabalhos, de acordo com as necessidades dos próprios trabalhos requeridos. Como vimos o desenvolvimento da divisão do trabalho no interior das comunidades que se reproduziam com base na propriedade comunal, ainda no limiar da civilização, baseava-se numa forma organizativa condicionada pelos aspectos de idade, de sexo e de acordo com as condições naturais do trabalho influenciadas pelas estações do ano.

De acordo com Marx, o processo de trabalho realizado nessas comunidades se desenvolve de forma coletiva e consciente para todos os produtores. Percebemos então que a função social da divisão social do trabalho não cumpre a função de cindir os trabalhos diferentes de forma autônoma e universalmente interdependente no intercâmbio de mercadorias. Desse prisma de análise, a divisão social do trabalho em sentido universal, tem o papel fundamental de revelar que o produto social do trabalho é usufruído de acordo com as necessidades distintas dos produtores, sem que o produto do trabalho se torne mercadoria. Marx revela que os trabalhadores podem produzir sem que seus produtos de trabalho se tornem mercadorias, ou mesmo tenha um conteúdo social pautado na exploração entre os homens. Portanto, para o autor, pode haver uma organização produtiva que se baseie na divisão social do trabalho que não tenha como finalidade a produção de mercadorias e a dominação entre os homens.

Como pudemos expor no primeiro item, o homem historicamente realizou trabalho sem o objetivo de reduzir o produto do seu trabalho em mercadorias. Isto porque a necessária relação entre a sobrevivência da humanidade e a realização do processo de trabalho sempre existirá. A orgânica relação entre o homem e a natureza existirá independente das diferentes formas sociais que esta relação possa adquirir na história.

Diante disso, após analisarmos os principais aspectos gerais evidenciados por Marx acerca da divisão do trabalho e o processo de trabalho no capitalismo, tentamos delinear os principais aspectos da particularidade histórica da relação entre o desenvolvimento da divisão social do trabalho e sua função social no modo de produção capitalista. Na próxima seção, iremos expor como se desenvolvem as particularidades e determinações sócio-históricas da divisão do trabalho no contexto do desenvolvimento do modo de produção capitalista.

## **2 A DIVISÃO DO TRABALHO E O DESENVOLVIMENTO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: MANUFATURA E GRANDE INDÚSTRIA**

Esta seção pretende esboçar os principais elementos constitutivos do modo de produção capitalista e sua relação com o desenvolvimento da divisão do trabalho no interior das relações de produção. Seguindo o percurso elaborado por Marx, ao analisar a cooperação, a produção manufatureira e a divisão do trabalho até a consolidação da grande indústria, pretende-se percorrer historicamente como a divisão do trabalho ganha o caráter específico nesse modo de produção.

Como analisado na primeira parte da dissertação, vimos que de acordo com Marx há uma relação de dependência da produção da mercadoria com a divisão social do trabalho. Desse modo tentaremos elucidar nesta seção de que forma a produção capitalista consegue generalizar o seu predomínio ao se consolidar enquanto modo de produção. Inicialmente delinearemos os principais aspectos da forma especificamente capitalista da cooperação e suas particularidades relacionadas às necessidades da produção de mercadoria.

Num segundo momento evidenciaremos a análise que Marx confere ao desenvolvimento da produção da manufatura como forma especificamente capitalista, além de analisar a divisão manufatureira do trabalho. Veremos a relação entre a divisão manufatureira do trabalho e o desenvolvimento da divisão do trabalho na sociedade como formas recíprocas de desenvolvimento. Assinalaremos também as principais características da organização do processo de trabalho no período manufatureiro destacando a constituição do trabalhador coletivo como produtor exclusivo de mercadorias.

Por fim, trataremos da divisão do trabalho no interior da grande indústria e delinearemos os aspectos especificamente consolidados no capitalismo a partir da predominância da maquinaria na produção. Vale ressaltar que para o estudo da função social da divisão do trabalho no capitalismo, foi imprescindível a pesquisa sobre as determinações sociais da divisão social específica ao capitalismo, como veremos a seguir.

## 2.1 A cooperação como unidade capitalista de produção

Ao analisarmos, partindo de Marx, os aspectos gerais das formas de divisão social do trabalho anteriores à sociedade capitalista verificamos que pode existir o desenvolvimento da divisão social do trabalho como organismo de produção que se desenvolve naturalmente simultâneo ao processo de trabalho.

Marx evidencia que enquanto organismo produtivo, a divisão social do trabalho é parte constitutiva da produção. Isso pode ser comprovado nos exemplos dados pelo autor ao verificar formas ainda muito simples de produção, como o trabalho realizado pelas tribos ou famílias acompanhadas de um baixíssimo grau de desenvolvimento das forças produtivas. Nessas formas simples de produção e organização do trabalho pode-se evidenciar que tanto o trabalho como a sua organização, e principalmente, as determinações sociais da divisão do trabalho, eram realizadas de modo a atender as necessidades comuns ao grupo social.

Marx (1983, p.75) afirma que apesar de existir um conjunto de diferentes tipos de trabalhos que resultavam em produtos para o uso tribal ou familiar, esses produtos não eram mercadorias. As atividades eram organizadas no interior de antigas comunidades a partir da divisão do trabalho com a distribuição de diferentes funções sociais de acordo com as características fisiológicas dos indivíduos do grupo. Aqui reside uma afirmação importante do ponto de vista do trabalho como atividade universal e eterna para a humanidade. Para Marx, como pudemos analisar, a forma como os homens se organizam e produzem seus meios de sobrevivência ao transformarem a natureza, representa uma atividade essencialmente específica aos homens. No ato de realização dessa atividade especificamente humana, os homens se relacionam e ao produzirem sua sobrevivência reproduzem todo o conjunto das relações sociais. A própria relação social que os homens estabelecem entre si no processo de trabalho representa uma forma especificamente humana de cooperação e socialidade.

Vale dizer que Marx, ao analisar o processo de trabalho, enumera características essenciais que diferenciam o trabalho humano das atividades instintivas dos animais. O autor afirma que uma das principais características refere-

se ao fato de o homem ao realizar o trabalho, transforma a natureza e controla toda a sua ação na totalidade desse processo. Como já analisamos na primeira seção, o homem através do trabalho, põe em movimento as suas forças naturais e transforma a natureza de forma consciente porque ele medeia, regula e controla a sua ação.

Por outro lado, diferentemente do trabalho realizado nas corporações de ofício, o trabalho realizado no capitalismo consiste na perda do controle do processo produtivo pelos trabalhadores. Pois quem irá controlar o processo de trabalho será o capital para que se produza maior quantidade de mercadorias e, portanto, maiores proporções de valor. Veremos que o processo de extirpação do controle dos produtores sobre a produção capitalista se desenvolverá como um processo que será determinado pela necessidade de o capital encontrar “métodos particulares” de dominação e exploração dos trabalhadores, como salientou Marx (1983, p. 255).

Marx (1983, p. 257) afirma que a produção capitalista é iniciada a partir do momento em que um determinado capital individual emprega ao mesmo tempo um número maior de trabalhadores, em que amplia a extensão do processo de trabalho, que quantitativamente, é dinamizado. O capital individual faz com que no “campo de trabalho” amplie a extensão do trabalho e dinamize a produção numa escala quantitativa maior, aumentando os produtos produzidos. Caracteristicamente o ponto de partida da produção capitalista, histórica e conceitualmente, se dá através da produção de uma mesma espécie de mercadoria, num mesmo espaço e tempo, concentrando um maior número de trabalhadores sob o comando do mesmo capitalista.

O conjunto de trabalhadores aparece então, apenas como o conjunto de diversas forças de trabalho que serão despendidas por determinado tempo de trabalho. Além do tempo em que cada trabalhador irá produzir seus meios de subsistência, através de sua jornada de trabalho, cada trabalhador irá despende a sua força de trabalho muito além do tempo de reprodução de sua sobrevivência. Trata-se de uma relação de exploração e o produtor que realiza o processo de trabalho aparece enquanto “coisa de valor” que sob o controle de um capital individual irá produzir mercadorias, valorizando os meios de produção concentrados e de propriedade privada do capitalista.

Nesta sociedade, o objetivo do trabalhador quando vende sua força de trabalho é, através do salário pago pelo capitalista, obter seus meios de subsistência. Todavia, como já demonstrado por Marx, o trabalhador realiza o trabalho além dos limites do trabalho necessário e nesse dispêndio de força de trabalho extra, ele gera a mais-valia. Esse trabalho objetivado é um “coágulo de tempo de trabalho excedente”. “Apenas a forma pela qual esse mais-trabalho é extorquido do produtor direto, do trabalhador, diferencia as formações sócio-econômicas, por exemplo, a sociedade da escravidão da do trabalho assalariado” (MARX, 1983, p. 176-177).

Segundo o autor, a mais-valia é determinada pela parte “excedente da jornada de trabalho”. A mais-valia é a parte da jornada de trabalho que o trabalhador realiza para além do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de determinada mercadoria. O trabalhador só possui a sua força de trabalho para vender e garantir seu meio de sobrevivência. E o trabalhador labuta além do trabalho necessário a sua reprodução, trabalhando de forma “livre” e produzindo o trabalho excedente ao valorizar o capital. O capitalista, como comprador de sua força de trabalho tem o direito de fazer o uso desta mercadoria e fazê-la trabalhar pela duração pela qual foi comprada. O trabalhador durante a jornada de trabalho produz o conteúdo material da riqueza social, ou seja, o conjunto de todos os valores de uso produzidos e ainda produz a valorização do capital através da incessante produção de mais-valia. Marx revela o interesse ineliminável do capital:

o capital tem um único impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais-valia, de absorver com sua parte constante, os meios de produção, a maior massa possível de mais-trabalho. O capital é trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo chupa. O tempo durante o qual o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou. (MARX, 1983, p. 188-189).

Revela o autor que, desde o início da produção capitalista, a produção manufatureira, em relação à indústria artesanal, difere apenas através do aumento do número de trabalhadores ocupados ao mesmo tempo pelo mesmo capital. “A oficina do mestre artesão é apenas ampliada” (MARX, 1983, p. 257). Inicialmente, a diferença se dá a nível quantitativo, pelo número de trabalhadores e pela produção

da massa de mais-valia, porque como explica Marx, a mais-valia produzida por um trabalhador individual pode ser multiplicada pela quantidade de trabalhadores ocupados.

Para o autor, há uma significativa mudança na organização da produção. No período de transição em que o caráter artesanal da manufatura predominava o processo de trabalho representava um conjunto de partes contínuas de uma operação global. Marx salienta que o processo de trabalho característico do período artesanal gradativamente vai se modificando. O trabalho realizado baseado na cooperação de diversos trabalhadores que exercem funções parciais expressam características importantes do trabalho no capitalismo. Segundo o autor, a cooperação capitalista de diversos trabalhadores que exercem funções parciais expressa uma forma específica de organização do trabalho objetivado em valor.

De acordo com Marx (1983, p. 257), diante das diferentes formas de execução e de habilidade dos trabalhadores, “o trabalho objetivado em valor, é o trabalho de qualidade social média, portanto a manifestação de uma força de trabalho média.” Para ele, o trabalho social médio inicia-se a partir do movimento de muitos trabalhadores com um “determinado mínimo de eficiência” para realização de seus trabalhos, individualmente. A nova forma de organização da produção faz com que o capitalista disponha de um conjunto de trabalhadores que realizam uma jornada de trabalho social média. No capitalismo, o trabalho objetivado em valor é trabalho social médio.

Portanto, a lei geral da valorização só se realiza completamente para o produtor individual tão logo ele produza como capitalista, empregue muitos trabalhadores, ao mesmo tempo, pondo assim em movimento, desde o início, trabalho social médio. (MARX, 1983, p. 258).

Marx também afirma que “dentro de certos limites” podem-se verificar algumas mudanças nas condições objetivas do trabalho, visto que um maior número de trabalhadores realiza uma jornada de trabalho social média e consomem menor parte dos meios de produção em comum.<sup>22</sup> Para Marx (1983, p. 258-259), esta

---

<sup>22</sup> “Meios de produção utilizados em comum cedem parte menor do seu valor ao produto individual, seja por que o valor global que transferem se repete simultaneamente por uma massa maior de produtos, seja porque, comparado com os meios de produção isolados, entram no processo de produção com um valor que, embora seja absolutamente maior, considerando sua escala de ação, é relativamente menor.” (MARX, 1983, p. 259).

economia do uso dos meios de produção e em consequência a redução do valor da mercadoria, adquirem um duplo sentido, pois primeiramente a força de trabalho torna-se mais barata e em segundo lugar, modifica a relação entre o capital constante e o capital variável, modificando a proporção entre mais-valia e o capital global. Para o autor, não há mudanças no modo de trabalho, mas o “consumo comum dos meios de produção” no processo de trabalho, por um número grande de trabalhadores, “efetua uma revolução nas condições objetivas do processo de trabalho” (1983, p. 258).

Essa economia no emprego dos meios de produção decorre apenas de seu consumo coletivo no processo de trabalho de muitos. E eles adquirem esse caráter de condições do trabalho social ou condições sociais do trabalho em contraste com os meios de produção dispersos e relativamente custosos de trabalhadores autônomos isolados ou pequenos patrões, mesmo quando os muitos apenas trabalham no mesmo local, sem colaborar entre si. (MARX, 1983, p. 259).

Marx ressalta que o trabalho realizado pelos artesãos da indústria artesanal das corporações se realizava de forma individual e isolada. A cooperação de muitos trabalhadores através do trabalho realizado ao mesmo tempo e no mesmo lugar para produzirem mercadorias sob o comando de um mesmo capitalista impõem determinações sociais novas. Primeiro porque cria uma força de trabalho social média, e segundo, porque realiza trabalho social médio “objetivado em *valor*” (MARX, 1983, p. 257). Essa forma peculiar de organizar a produção concentrando tanto os meios de produção como os produtores num mesmo local, é algo que revolucionou, segundo o autor, as condições objetivas do processo de trabalho.

Para Marx, a cooperação como forma especificamente capitalista de organização da produção de mercadorias potencializa a separação dos meios de produção dos produtores.

[...] com efeito, as condições de trabalho se colocam em face do trabalhador de forma autônoma, o economizá-las apresenta-se também como uma operação particular, que em nada lhe interessa e que por isso se separa dos métodos que elevam sua produtividade pessoal. A forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas, conexos, chama-se cooperação. (MARX, 1983, p. 259).

A concentração dos meios de produção são condições de trabalho que se encontram como propriedade privada do capitalista em face aos domínios do trabalhador, nas suas palavras, “se colocam *em face* do trabalhador de forma *autônoma*” (MARX, 1983, P. 259). Marx evidencia a particularidade desse modo de produção, pois apesar de os trabalhadores cooperarem entre si, de forma a desenvolverem uma cooperação, a única conexão existente entre os trabalhadores, no capitalismo, é que trabalham para o mesmo capitalista.

A potência embutida no processo de trabalho, a partir da cooperação não cria apenas a dinamização do aumento da força produtiva individual, mas, cria “uma força produtiva que tem de ser, em si e para si, uma força de massas” (MARX, 1983, p. 260). Nesse sentido, a partir das operações individuais que fazem parte de uma operação global, através da cooperação há a constituição de um trabalho combinado, que dinamiza o processo de trabalho, potencializando, através da execução de diferentes fases, o próprio processo de trabalho. A jornada de trabalho de cada trabalhador parcial passa a ter qualidade social média.

Segundo Marx, a constituição da forma mais simples de *trabalhador coletivo* representa a constituição da forma específica de produção no capitalismo. Através de um aglomerado de trabalhadores desenvolvendo o mesmo trabalho ao mesmo tempo, diminui o tempo de trabalho necessário para produzir determinada mercadoria e, além disso, a produção passa a ser realizada sob a junção de diversos processos de trabalho e com a concentração dos meios de produção.

Assim, por exemplo, quando pedreiros formam uma fila de mãos para levar tijolos do pé ao alto do andaime, cada um deles faz o mesmo, mas não obstante as operações individuais formam partes contínuas de uma operação global, fases específicas, que cada tijolo tem de percorrer no processo de trabalho, e pelas quais, digamos, as 24 mãos do trabalhador coletivo o transportam mais rapidamente do que as 2 mãos de cada trabalhador individual que subisse e descesse o andaime. O objeto de trabalho percorre o mesmo espaço em menos tempo. Por outro lado, ocorre combinação de trabalho quando, por exemplo, uma construção é iniciada, ao mesmo tempo, de vários lados, embora os que cooperam façam o mesmo ou algo da mesma espécie. (MARX, 1983, p. 261).

Marx ao comparar a dinâmica de um determinado somatório de jornadas de trabalho individuais, com uma jornada de trabalho combinada, afirma que esta última produz maior quantidade de valores de uso, ou seja, diminui o tempo de trabalho

necessário para a produção. Segundo o autor, a cooperação faz com que o desenvolvimento do processo de trabalho dinamize a eficiência dos trabalhos. Em consonância com o objetivo do processo de trabalho especificamente capitalista, ou seja, a constante necessidade de autovalorização do capital e produção de mais-valia, o trabalhador coletivo potencializa este objetivo.

Acentuamos que os muitos que se completam mutuamente fazem o mesmo ou algo da mesma espécie, porque essa forma mais simples de trabalho coletivo desempenha, mesmo na forma mais desenvolvida da cooperação, papel importante. Se o processo de trabalho é complicado, a simples massa dos que trabalham juntos permite distribuir as diferentes operações entre diferentes braços e, portanto, executá-las simultaneamente e em virtude disso encurtar o tempo de trabalho necessário para fabricar o produto global. (MARX, 1983, p. 260-261).

No capitalismo, o trabalho combinado eleva o desenvolvimento das forças produtivas, mas em contrapartida, o grau de cooperação requer que o capitalista individual empregue antecipadamente uma grandeza de capital para o dispêndio do valor de compra da força de trabalho, e é o que determina a quantidade dos trabalhadores e o grau de cooperação. Os trabalhadores assalariados, só poderão realizar o trabalho cooperado a partir da aglomeração de trabalhadores e através da contratação, ou seja, da compra da força de trabalho.

Se o trabalhador vende sua força de trabalho ao capitalista, este, segundo Marx, recebe pelo uso dessa mercadoria força de trabalho, a produção da mais-valia. O trabalhador através da venda da sua força de trabalho recebe um salário – o preço do valor de sua subsistência, ou seja, o valor de sua força de trabalho despendida durante uma jornada de trabalho. Todavia, o trabalhador trabalha além do tempo necessário à sua reprodução e despende mais-trabalho para a produção da mais-valia. Como explica o autor:

o segundo período do processo de trabalho, em que o trabalhador labuta além dos limites do trabalho necessário, embora lhe custe trabalho, dispêndio de força de trabalho, não cria para ele nenhum valor. Ela gera a mais-valia, que sorri ao capitalista com todo o encanto de uma criação do nada. Essa parte da jornada de trabalho chamo de tempo de trabalho excedente, e o trabalho despendido nela: mais-trabalho (*surplus labour*). Assim como, para a noção do valor em geral, é essencial concebê-lo como mero coágulo de tempo de trabalho, como simples trabalho objetivado, é igualmente essencial para a noção de mais-valia concebê-la como mero coágulo de tempo de trabalho excedente, como simples mais-trabalho objetivado. (MARX, 1983, p. 176).

O desenvolvimento das forças produtivas faz com que se produza em determinado período de tempo maior extração de mais-valia e reduza o tempo de reprodução da força de trabalho. Por isso, para esse sistema é central a dinamização exaustiva da produção e o empenho na redução dos custos dos componentes da produção, ou seja, a redução dos custos com os meios de produção e do valor da força de trabalho. Nas palavras do autor:

Genericamente, quanto maior a força produtiva do trabalho, tanto menor o tempo de trabalho exigido para a produção de um artigo, tanto menor a massa de trabalho nele cristalizada, tanto menor o seu valor. Inversamente, quanto menor a força produtiva do trabalho, tanto maior o tempo de trabalho necessário para a produção de um artigo, tanto maior o seu valor (MARX, 1983, p. 49).

Marx ressalta a relação entre o desenvolvimento das forças produtivas com a produção da mercadoria e evidencia a forma específica de cooperação através do trabalhador coletivo na produção capitalista. Nas palavras do autor, a cooperação:

[...] obtém essa força produtiva mais elevada por aumentar a potência das forças mecânicas do trabalho, ou por estender sua escala espacial de ação, ou por estreitar o campo espacial de produção em relação à escala da produção, ou por mobilizar no momento crítico muito trabalho em pouco tempo, ou por provocar a emulação entre os indivíduos e excitar seus espíritos vitais, ou por imprimir às operações semelhantes de muitos o cunho da continuidade e da multiplicidade, ou por executar diversas operações ao mesmo tempo, ou por economizar os meios de produção mediante seu uso coletivo, ou por emprestar ao trabalho individual o caráter de trabalho social médio, em todas as circunstâncias a força produtiva específica da jornada de trabalho combinada é força produtiva social do trabalho ou força produtiva do trabalho social. (MARX, 1983, p. 262).

Os trabalhadores ao efetuarem o processo de trabalho através da cooperação, superam suas limitações particulares e desenvolvem suas capacidades enquanto espécie, enquanto produtores unilaterais de desenvolvimento da produção de mais-valia. Nessa passagem já se verifica que o trabalhador coletivo representa para o modo de produção capitalista uma forma concreta de dominação do capital, porque ele é a expressão da separação entre os trabalhadores que realizam o processo de trabalho dos meios sociais de produção.

A concentração de grandes quantidades de meios de produção em mãos de capitalistas individuais é, portanto, a condição material para a cooperação de trabalhadores assalariados, e a extensão da cooperação, ou a escala da produção, depende do grau dessa concentração. Inicialmente, certa grandeza mínima de capital individual pareceu ser necessária para que o número de trabalhadores simultaneamente explorados, portanto a massa de mais-valia produzida fosse suficiente para libertar o próprio empregador do trabalho manual, para fazer do pequeno patrão um capitalista e estabelecer assim formalmente o capital como relação. Esse mínimo aparece agora como condição material para a transformação de muitos processos de trabalho individuais, dispersos e independentes entre si em um processo de trabalho social combinado. (MARX, 1983, p. 262).

O que determina materialmente o grau, extensão e escala da produção dos trabalhadores assalariados em cooperação será a concentração dos meios de produção do capitalista individual. Entretanto, o que seria apenas condicionado por determinado início da transformação do trabalho individual, torna-se uma condição material ineliminável da produção capitalista. Ou seja, numa mesma área a junção de diversos processos de trabalho e a concentração dos meios de produção amplia a capacidade de exploração do capital sobre os trabalhadores. O processo de trabalho social combinado através da cooperação se torna algo indispensável para a produção capitalista, é “condição material para a transformação de muitos processos de trabalhos individuais” (MARX, 1983, p. 262).

Além disso, Marx esclarece que a condição material desenvolvida através da consolidação do trabalhador coletivo possibilitou que se objetivasse o capital como relação social. O “pequeno patrão” da indústria artesanal das corporações, que dispõe de uma grandeza mínima de capital individual ao empregar simultaneamente os trabalhadores, se “liberta do trabalho manual” transformando-se em capitalista e estabelece formalmente o capital como relação. Vale notar que historicamente o capital surge no capitalismo como uma relação social que concentra tanto os meios de trabalho, como também detém o domínio de empregar grande número de trabalhadores ao comprar suas forças de trabalho e explorá-las.

Nessa sociedade a cooperação será condição para a execução do próprio processo de trabalho capitalista. Com maior precisão na sua análise, para Marx a cooperação capitalista representa uma condição material de desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista. Torna-se importante para nossa investigação observar que o desenvolvimento da divisão do trabalho no interior da produção será realizado pelo trabalhador coletivo que através da cooperação

representará a forma material encontrada pelo capital de organizar o processo de trabalho especificamente capitalista.

O capital, que tem em seu horizonte o aumento da produção da mais-valia e a sua autovalorização intensa e crescente, faz o trabalhador despende tempo de trabalho socialmente necessário para além de sua reprodução. O trabalhador não produz valores de uso para si mesmo, não satisfaz as suas reais necessidades, mas, trabalha para o capitalista e sob sua exploração. Além disso, Marx ressalta que o domínio do processo de produção não é apenas específico à natureza do processo social do trabalho. A determinação essencial e geral da exploração capitalista concretizada entre quem explora: o capitalista, e os explorados: os trabalhadores, ganha forma particular. Explica o autor que

[...] o comando do capital sobre o trabalho parecia originalmente ser apenas consequência formal do fato de o trabalhador trabalhar, em vez de para si, para o capitalista e, portanto, sob o capitalista. Com a cooperação de muitos trabalhadores assalariados, o comando do capital converte-se numa exigência para a execução do próprio processo de trabalho, numa verdadeira condição da produção. As ordens do capitalista no campo de produção tornam-se agora tão indispensáveis quanto as ordens do general no campo de batalha. (MARX, 1983, p. 262-263).

Marx (1983, p. 263) enfatiza que “todo trabalho diretamente social ou coletivo executado em maior escala requer em maior ou menor medida uma direção”. No entanto, nesse modo específico de produção, se desenvolve uma *direção* alheia aos domínios do trabalhador. Isso porque a direção do processo de trabalho não é realizada diretamente pelo produtor. Essa direção tem a função de estabelecer a “harmonia entre as atividades individuais e executa as funções gerais que decorrem do movimento do corpo produtivo total, em contraste com o movimento de seus órgãos autônomos” (MARX, 1983, p. 263).

De acordo com Marx, no modo de produção capitalista, “essa função de dirigir, superintender e mediar torna-se função do capital, tão logo o trabalho a ele subordinado torna-se cooperativo” (MARX, 1983, p. 263). A função de dirigir o processo social de produção torna-se função específica do capital e ao passo que esse modo de produção se desenvolve, essa função de direção adquire características específicas. É válido esclarecer que diante da análise de Marx, ainda

no início do processo de produção especificamente capitalista o autor já evidencia a divisão entre quem executa o “trabalho manual” e as funções de direção do processo de trabalho exercido pelo capital.<sup>23</sup> O autor (1893, p. 264) ressalta que “o capitalista não é capitalista porque ele é dirigente industrial, ele torna-se comandante industrial porque ele é capitalista”.

Como pessoas independentes, os trabalhadores são indivíduos que entram em relação com o mesmo capital, mas não entre si. Sua cooperação começa só no processo de trabalho, mas no processo de trabalho eles já deixaram de pertencer a si mesmos. Com a entrada no mesmo eles são incorporados ao capital. Como cooperadores, como membros de um organismo que trabalha, eles não são mais do que um modo específico de existência do capital. A força produtiva que o trabalhador desenvolve como trabalhador social é, portanto, força produtiva do capital. (MARX, 1983, p. 264).

Os trabalhadores desprovidos dos meios de produção tornam-se “dependentes dos capitalistas”, porque sua única forma de sobrevivência é a venda de sua força de trabalho, e dessa forma a liberdade formal de assalariamento revela seus limites intrínsecos. Explica o autor que “proprietário de sua força de trabalho é o trabalhador, enquanto como vendedor da mesma mercadeja com o capitalista, e ele só pode vender o que possui sua força de trabalho individual isolada” (MARX, 1983, p. 264). A cooperação capitalista desenvolve as forças produtivas do modo de produção e pressupõe que o conjunto de “trabalhadores parciais unilaterais” que compõem o trabalhador coletivo seja desprovido da propriedade dos meios de produção (MARX, 1983, p. 269). Pressupõe que tanto o conjunto da sua força de trabalho, como também o seu trabalho sejam “incorporados ao capital” (MARX, 1983, p. 264). Uma das principais diferenças apontada por Marx entre as antigas formas sociais e a sociedade capitalista é que antes o trabalhador produzia a partir de uma relação de dominação direta. Já na sociedade moderna, o trabalhador encontra-se “livre” para vender o que lhe resta como sua única forma de sobrevivência, a sua força de trabalho, em troca de salário.

---

<sup>23</sup> Na terceira seção retomaremos a análise da divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual de forma mais detalhada. Nesse momento nos interessa saber que a separação entre as funções de executar o trabalho, realizadas pelos produtores e a função de direção social do processo de trabalho realizada pelo capital, é condição da realização da produção capitalista. Como afirma Marx, “o comando do capital converte-se numa exigência para a execução do próprio processo de trabalho” (1983, p. 263).

Desse modo, a cooperação capitalista historicamente aparece como aponta Marx (1983, p. 265) “[...] não como forma histórica específica da cooperação, mas a cooperação mesma aparece como uma forma histórica peculiar do processo de produção capitalista que o distingue especificamente.” O ponto de partida da produção capitalista é o trabalho simultâneo (no mesmo processo de trabalho) de inúmeros trabalhadores, sob o domínio e direção despótica de um mesmo capital.

Do mesmo modo que a força produtiva social do trabalho desenvolvida pela cooperação aparece como força produtiva do capital, a própria cooperação aparece como forma específica do processo de produção capitalista, em contraposição ao processo de produção de trabalhadores isolados independentes ou mesmo dos pequenos mestres. É a primeira modificação que o processo de trabalho real experimenta pela sua subordinação ao capital. (MARX, 1983, p. 265).

Aqui se verifica que Marx caracteriza a cooperação especificamente capitalista<sup>24</sup> como força produtiva do capital porque é a forma encontrada pelo capital de fazer com que os trabalhadores produzam de forma combinada e se organizem a partir da concentração dos meios sociais de produção que pertencem apenas ao capitalista. A cooperação capitalista desenvolve, ainda de maneira inicial, as bases desse modo de produção, ou seja, através dela enquanto força produtiva do capital se desenvolve o trabalho peculiar ao capitalismo. Para Marx, o trabalhador coletivo, como forma de organização do trabalho capitalista é um elemento específico de existência do capital.

Essa necessidade histórica de transformação do processo de trabalho em uma forma social de organização especificamente capitalista – o trabalhador coletivo – é um método que o capital encontrou para aumentar sua força produtiva e explorar ao máximo o trabalhador. Seu objetivo é aumentar exaustivamente sua dominação despótica com o aumento da sua força produtiva e exploração lucrativa do processo de trabalho. O trabalhador coletivo representa a instauração do novo modo de

---

<sup>24</sup> Destacamos que o próprio trabalho possui ontologicamente uma característica de cooperação entre os produtores, e historicamente, existem formas precedentes de cooperação. Como afirma Marx (1983, p. 265) “A cooperação no processo de trabalho, como a encontramos nas origens culturais da humanidade, predominantemente nos povos caçadores ou eventualmente na agricultura da comunidade indiana, fundamenta-se, por um lado, na propriedade comum das condições de produção e, por outro, na circunstância de que o indivíduo isolado desligou-se tão pouco do cordão umbilical da tribo ou da comunidade como a abelha individual da colmeia. Ambos diferenciam-na da cooperação capitalista.”

produção em que diferentemente do trabalho realizado pelos artesãos das corporações de ofício, os trabalhadores passam a executar o processo de trabalho através apenas através da cooperação e não mais individualmente como nas corporações.

Nesse sentido, Marx (1983, p. 266) afirma que desde o início da produção artesanal manufatureira a cooperação coincide com as primeiras formas de produção em maior escala, sem, contudo, representar uma época particular fixa no desenvolvimento do modo de produção capitalista. Desse modo, a cooperação “continua sendo ainda a forma predominante nos ramos de produção em que o capital opera em grande escala, sem que a divisão do trabalho ou a maquinaria desempenhem papel significativo” (MARX, 1983, p. 266). Ou seja, a cooperação é a forma elementar do modo de produção capitalista.

No próximo item trataremos das formas encontradas pelo capital para desenvolver e complexificar a cooperação a partir do desenvolvimento da divisão do trabalho no interior da produção manufatureira. Vale lembrar que o desenvolvimento e as mudanças das forças produtivas alteram significativamente as formas de extração de mais-valia e exploração do trabalho pelo capital.

## **2.2 A produção da manufatura e o desenvolvimento da divisão do trabalho**

Marx afirma que “a cooperação baseada na divisão do trabalho adquire sua forma clássica na manufatura.” (1983, p. 267). Segundo nosso autor, as mudanças nas forças produtivas do trabalho, dentre tantos fatores combina formas de organização, desenvolvimento unilateral do grau de habilidade dos trabalhadores; desenvolvimento tecnológico e científico, condições naturais, volume e eficácia dos meios de produção. Além disso, afirma também que as formas de “combinação social do processo de produção” representa, quando modificadas, tantas outras formas encontradas pelo capital para desenvolver as forças produtivas no capitalismo (MARX, 1983, p. 48).

A cooperação baseada na divisão do trabalho como forma característica do processo de produção capitalista predomina praticamente todo o período manufatureiro, aproximadamente dois séculos, do século XVI ao XVIII. A cooperação de trabalhadores que desempenham diferentes ofícios e estão aglomerados em uma mesma oficina para a produção da mesma mercadoria representa uma nova forma de organização da produção que gradativamente vai transformando as relações sociais e decompondo as antigas corporações artesanais de ofício. A divisão do trabalho que se desenvolve na manufatura é “uma espécie particular de cooperação” (MARX, 1983, p. 269), e representa uma nova forma de organização do trabalho, qualitativamente distinta da divisão do trabalho desenvolvida pelas corporações.

Ao exemplificar a produção de carruagens, Marx (1983, p. 267) enfatiza que o produto global do trabalho – a carruagem precisa de um grande número de artífices independentes, uma diversidade de diferentes trabalhos úteis num mesmo local de trabalho onde eles colaboram uns com os outros. “Até aí estamos ainda no campo da cooperação simples que encontra preexistente seu material humano e de coisas.” (MARX, 1983, p. 267). Todavia, há uma mudança significativa e essencial na produção. Relata o autor que os diferentes produtores de diferentes trabalhos, como:

o costureiro, o serralheiro, o correeiro etc., que se ocupam apenas com a feitura de carruagens, perdem pouco a pouco com o costume a capacidade de exercer seu antigo ofício em toda a sua extensão. Por outro lado, a sua atividade tornada unilateral adquire a forma mais adequada para a sua restrita escala de ação. Originalmente, a manufatura de carruagens aparecia como uma combinação de ofícios autônomos. Progressivamente, ela se transforma em divisão da produção de carruagens em suas diversas operações particulares, em que cada operação cristaliza-se em função exclusiva de um trabalhador, e a sua totalidade é executada pela união desses trabalhadores parciais. (MARX, 1983, p. 267).

Vale atentar, segundo o autor, que a divisão do trabalho adquire uma nova característica, pois ela é desenvolvida como forma de “ossificação” unilateral de um trabalho parcial (MARX, 1983, p. 268). Do ponto de vista da totalidade do processo do trabalho, o trabalhador perde seu controle, mediação e regulação do processo global do trabalho, “em toda a sua extensão”. Ao descrever o processo de produção da manufatura, Marx afirma que o processo se dá através da divisão do trabalho em operações fragmentadas e particulares em que o trabalhador coopera de forma

unilateral e trabalha de forma parcial. As bases materiais de produção fazem com que o trabalhador perca o domínio da totalidade do processo de trabalho, porque ele “perde a capacidade de exercer seu antigo ofício” no processo global de produção.

De outro modo, afirma Marx (1983, p. 268) que a constituição da manufatura pode também partir da cooperação de artesãos da mesma espécie, os quais dividem o trabalho em partes específicas da totalidade do mesmo processo de trabalho até o momento em que tais parcelas tornem-se específicas de determinados trabalhadores. Verifica-se, portanto, segundo o autor (MARX, 1983, p. 268), a gênese da divisão social do trabalho na produção capitalista. Para ele, a divisão do trabalho dinamiza a produção e potencializa de forma inovadora a capacidade de desenvolvimento do processo de trabalho. De acordo com o autor, circunstâncias externas, como por exemplo: grande quantidade de mercadorias em menor período de tempo. Apesar de trabalharem de acordo com o antigo modo artesanal, modifica-se “a concentração dos trabalhadores no mesmo local e a simultaneidade de seus trabalhos” (MARX, 1983, p. 268).

O trabalho é por isso dividido. Em vez de o mesmo artífice executar as diferentes operações dentro de uma seqüência temporal, elas são desprendidas umas das outras, isoladas, justapostas no espaço, cada uma delas confiada a um artífice diferente e todas executadas ao mesmo tempo pelos cooperadores. Essa divisão accidental se repete, mostra suas vantagens peculiares e ossifica-se pouco a pouco em *divisão sistemática do trabalho*<sup>25</sup>. (MARX, 1983, p. 268, grifo nosso).

A produção da mercadoria se torna o produto global do trabalhador coletivo<sup>26</sup>, que ao dividir o processo de trabalho, aumenta a produtividade, ou seja, dinamiza o trabalho para produzir mais em menor espaço de tempo. O processo de trabalho é desmembrado em diferentes etapas, formando um conjunto de distintas operações executadas ao mesmo tempo pelos trabalhadores. Cabe a cada trabalhador a unilateralidade de uma função parcial do processo global de trabalho. Vale ressaltar que a base de execução do trabalho no período manufatureiro permanece artesanal,

---

<sup>25</sup> Verificamos que na Edição original “Das Kapital” (1962, p. 357), Marx afirma: “systematischen Teilung der Arbeit”, portanto, não há discordância na tradução da edição da Editora Abril Cultural (MARX, 1983, p. 268).

<sup>26</sup> Marx afirma que o trabalhador coletivo é o mecanismo vivo da manufatura e a sua composição é de trabalhadores parciais unilaterais. O trabalhador coletivo eleva a produtividade do trabalho, porque “o trabalhador que executa a sua vida inteira uma única função simples, transforma todo o seu corpo em órgão automático unilateral dessa operação e portanto necessita para ela menos tempo que o artífice, que executa alternadamente toda uma série de operações” (MARX, 1983, p. 269).

mas a divisão do trabalho na manufatura “é uma espécie particular da cooperação” (MARX, 1983, p. 269).

Nesse sentido, segundo Marx, a divisão do trabalho autonomiza determinadas operações de diferentes etapas do trabalho para a produção da manufatura, isola e “ossifica” as etapas divididas do trabalho. A cooperação na manufatura em que se baseia a divisão do trabalho faz com que as partes do trabalho sejam “[...] mais subdivididas, isoladas e tornadas autônomas como funções exclusivas de trabalhadores individuais” (MARX, 1983, p. 268). O autor afirma que:

a origem da manufatura, sua formação a partir do artesanato, é portanto dúplice. De um lado, ela parte da combinação de ofícios autônomos de diferentes espécies, que são despidos de sua autonomia e tornados unilaterais até o ponto em que constituem apenas operações parciais que se complementam mutuamente no processo de produção de uma única e mesma mercadoria. De outro lado, ela parte da cooperação de artífices da mesma espécie, decompõe o mesmo ofício individual em suas diversas operações particulares e as isola e as torna autônomas até o ponto em que cada uma delas torna-se função exclusiva de um trabalhador específico. Por um lado a manufatura introduz, portanto, a divisão do trabalho em um processo de produção ou a desenvolve mais; por outro lado, ela combina ofícios anteriormente separados. Qualquer que seja seu ponto particular de partida, sua figura final é a mesma — um mecanismo de produção, cujos órgãos são seres humanos. (MARX, 1983, p. 268).

Como explica Marx (1983, p. 268), ao analisarmos o processo de trabalho na manufatura observamos que se introduz a divisão do trabalho na produção ou de outra forma se faz a combinação de ofícios que anteriormente nas corporações artesanais estavam separados. A questão essencial sobre a divisão do trabalho na produção manufatureira reside, segundo Marx, na forma como a consolidação da simplificação de funções parciais do processo de trabalho. Os trabalhadores das antigas corporações de ofício desenvolviam o trabalho em toda a sua extensão, podendo percorrer todo o processo de elaboração até chegar ao produto. Na produção capitalista a distinção se evidencia na medida em que o trabalhador individual parcial que compõe o trabalhador coletivo realiza apenas uma etapa do trabalho. A divisão manufatureira do trabalho “transforma todo o seu corpo em órgão automático unilateral dessa operação e portanto necessita para ela menos tempo que o artífice, que executa alternadamente toda uma série de operações” (MARX, 1983, p. 269). A divisão do trabalho capitalista unilateraliza o trabalhador que

executa uma etapa do processo global de produção e, portanto, não se reconhece neste processo global de trabalho.

Marx faz uma afirmação de fundamental importância:

para o entendimento correto da divisão do trabalho na manufatura é essencial atentar para os seguintes pontos: antes de mais nada (*sic*), a análise do processo de produção em suas fases particulares coincide inteiramente com a decomposição de uma atividade artesanal em suas diversas operações parciais. Composta ou simples, a execução continua artesanal e portanto dependente da força, habilidade, rapidez e segurança do trabalhador individual no manejo de seu instrumento. O ofício permanece a base. Essa *estreita base técnica* exclui uma análise verdadeiramente científica do processo de produção, pois cada processo parcial percorrido pelo produto tem que poder ser realizado como trabalho parcial artesanal. (MARX, 1983, p. 268-269, grifo nosso).

Observa-se, de acordo com Marx, que o trabalho da produção manufatureira é executado de forma artesanal porque ainda “depende da habilidade, força, rapidez e segurança do trabalhador individual para o manejo dos instrumentos” (MARX, 1983, 269). Assim, o trabalhador com a sua habilidade manual constitui a base do processo de produção e de acordo com o autor, a sua força de trabalho será apropriada e “transformada por toda a vida em órgão dessa função parcial”. De maneira detalhada, o trabalhador desempenha funções unilaterais, constituindo-se enquanto parte que compõe o trabalhador coletivo. Nas palavras de Marx (1983, p. 269): “o trabalhador coletivo combinado, que constitui o mecanismo vivo da manufatura, compõe-se, porém apenas de tais trabalhadores parciais unilaterais” (MARX, 1983, p. 269). A execução simples e contínua durante toda a sua vida de uma mesma operação por este trabalhador é aperfeiçoada, e requer cada vez menos gasto de força e de tempo, conseqüentemente, aumenta a força produtiva do trabalho.

O método do trabalho parcial também se aperfeiçoa, após tornar-se autônomo, como função exclusiva de uma pessoa. A repetição contínua da mesma ação limitada e a concentração da atenção nela ensinam, conforme indica a experiência, a atingir o efeito útil desejado com um mínimo de gasto de força. Mas como diferentes gerações de trabalhadores sempre convivem simultaneamente e cooperam nas mesmas manufaturas, os truques técnicos do ofício assim adquiridos se consolidam, acumulam e transmitem rapidamente. (MARX, 1983, p. 269).

Percebe-se que com a limitação da “estreita base técnica”<sup>27</sup> da produção manufatureira, a predominância do processo de trabalho parcial cristaliza a autonomização das diferentes funções específicas para a produção dividida. A divisão do trabalho no interior da manufatura une o trabalhador individual a cada detalhe da produção parcial e o conhecimento existente sobre o processo produtivo é passado pela experiência adquirida na própria atividade laboral para subseqüentes gerações de trabalhadores.

Há um complexo processo de “ossificação” da divisão sistemática do trabalho<sup>28</sup>, a qual não acontece de forma voluntária, ou espontânea, mas é imposta aos trabalhadores. Esta imposição quanto às etapas relativas à forma de desenvolvimento da divisão do trabalho une o trabalhador a apenas uma etapa do trabalho, destituindo-o da totalidade da produção social. Marx faz referência à divisão do trabalho que já se encontra desenvolvida na sociedade e afirma que a manufatura produz a “virtuosidade do trabalhador detalhista, ao reproduzir, dentro da oficina, a diferenciação naturalmente desenvolvida dos ofícios, que já encontrou na sociedade, e ao impulsioná-la sistematicamente ao extremo” (MARX, 1983, p. 269). A divisão social do trabalho dentro da sociedade que tem no conjunto das profissões a sua expressão mais direta é impulsionada ao extremo na oficina capitalista, pois desenvolve a divisão do trabalho na manufatura e reciprocamente se influenciam.

A especialização adquirida quanto à produção isolada por um artesão é substituída pela especialização exclusiva de determinada parcela de trabalho, pois a produção manufatureira produz o trabalhador que se une a um único detalhe na execução de seu trabalho parcial. O que se pretende é economizar ao extremo o tempo de conexão entre as diferentes atividades, assim, segundo Marx, “o aumento da produtividade se deve aqui ao dispêndio crescente de força de trabalho em dado

---

<sup>27</sup> Vale dizer que a limitação da “estreita base técnica” da manufatura, segundo Marx (1983, p. 269) ainda não possibilita uma análise “verdadeiramente científica do processo de produção”, porque tem a limitação do trabalho parcial artesanal. Tem-se ainda a habilidade manual como base do processo de produção. Todavia, cria-se a base material que dará origem à divisão entre o trabalho manual e intelectual na fábrica, como analisaremos posteriormente, principalmente na seção 3.

<sup>28</sup> Ressalta-se, segundo Marx (1983, p. 269), que “[...] a transformação do trabalho parcial na profissão por toda vida de um ser humano corresponde à tendência de sociedades anteriores de tornar hereditários os ofícios, de petrificá-los em castas ou, caso determinadas condições históricas produzissem no indivíduo uma variabilidade que contradissesse o sistema de castas, de ossificá-los em corporações. Castas e corporações surgem da mesma lei natural que regula a diferenciação de plantas e animais em espécies e subespécies, só que em determinado grau de desenvolvimento a hereditariedade das castas e a exclusividade das corporações são decretadas como lei social”.

espaço de tempo, portanto, crescente intensidade de trabalho ou decréscimo do dispêndio improdutivo da força de trabalho” (MARX, 1983, p. 270).

Ademais, para o autor (1983, p. 270) a parcelização do trabalho contribui para que o trabalhador identifique as diferentes, aperfeiçoadas, ou mesmo especializadas ferramentas para realizar sua atividade. Os meios de trabalho são modificados com a dissociação das etapas de trabalho, pois a “mão do trabalhador parcial e sua forma exclusivista de utilizar as ferramentas” se transformam. Assim como o processo de trabalho é dividido em distintas operações, modificam-se também as ferramentas utilizadas nesse processo.

A diferenciação dos instrumentos de trabalho, que atribui aos instrumentos da mesma espécie formas fixas particulares para cada emprego útil particular, e sua especialização, que faz com que cada um desses instrumentos particulares só atue com total plenitude na mão de trabalhadores parciais específicos, caracterizam a manufatura. (MARX, 1983, p. 270).

O desenvolvimento da manufatura intensifica o aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho em relação ao seu melhoramento, à diversificação e simplificação dos instrumentos e a partir da particularização adquirida pelas etapas de trabalho divididas entre os “trabalhadores parciais”<sup>29</sup>. A consequência deste processo de especialização dos instrumentos será um dos condicionantes materiais para o desenvolvimento da maquinaria, como veremos posteriormente. A constituição elementar da manufatura está na configuração do *trabalhador detalhista* e sua *ferramenta especializada*. De modo que para o autor (1983, p. 271), o período manufatureiro cria “uma das condições materiais da maquinaria, que consiste numa combinação de instrumentos simples.”

O autor exemplifica as duas formas fundamentais da manufatura explicando ao mesmo tempo a divisão manufatureira do trabalho<sup>30</sup>. A confecção do relógio segundo Marx (1983, p. 271) é o exemplo da primeira forma fundamental da

---

<sup>29</sup> Como afirma Marx, “o trabalhador coletivo combinado” compõe-se de trabalhadores parciais unilaterais (1983, p. 269).

<sup>30</sup> Em alemão, verificamos que Marx ao se referir à “divisão manufatureira do trabalho”, na versão brasileira da Editora Abril Cultural (1983, 1984), emprega os termos: “manufakturmäßige Teilung der Arbeit”; “manufakturmäßigen Teilung der Arbeit”; “manufakturmäßiger Teilung der Arbeit”. “Das Kapital”, (MARX, 1962, pp. 362/371/375).

manufatura: a heterogênea. Nesta, o produto social de inúmeros trabalhadores parciais, os quais de forma parcelada desempenham trabalhos independentes e complementares são reunidos apenas por um trabalhador parcial que combina a totalidade da produção do relógio.<sup>31</sup> Como afirma:

só poucas partes do relógio passam por diferentes mãos, e todos esses *membra disjecta* [membros dispersos] são reunidos somente na mão que os combina finalmente para formar um todo mecânico. Essa relação externa do produto acabado com seus elementos de diferentes espécies torna aqui, como em fabricações semelhantes, acidental a combinação dos trabalhadores parciais na mesma oficina. Os trabalhos parciais podem mesmo ser executados como ofícios independentes entre si, como no cantão de Waadt e Neuchâtel, enquanto em Genebra, por exemplo, existem grandes manufaturas de relógios, isto é, realiza-se a cooperação direta dos trabalhadores parciais sob o comando de um capital. (1983, p. 271-272, tradução nossa).

A segunda forma fundamental, que é a manufatura orgânica, realiza a produção a partir de processos gradativos e interligados. Como explica o autor (1983, p. 272), a conexão de diferentes etapas da produção requer que se gaste menos tempo para interligar essas etapas, bem como o trabalho entre essas etapas. Conseqüentemente, em comparação com a produção artesanal, se ganha força produtiva, característica geral da cooperação na manufatura. A divisão do trabalho no interior da produção manufatureira é determinada pela necessidade de se reduzir o tempo socialmente necessário para a produção de determinada mercadoria, mas ao mesmo tempo é também determinante no processo de desenvolvimento das forças produtivas e aumento da produtividade.

Marx revela que no âmbito da produção global na oficina, “[...] a matéria-prima se encontra simultaneamente em todas as suas fases de produção de uma vez” (1983, p. 272). Assim, a divisão do trabalho na produção manufatureira dinamiza o processo produtivo numa escala muito maior da que até então se verificava na produção artesanal das corporações de ofício.

---

<sup>31</sup> Segundo Marx (1983, p. 272), há ainda uma denominada forma de produção da manufatura que pode ser realizada em casa, como no acabamento do relógio, as etapas da produção se fragmentam em numerosos processos heterogêneos e os trabalhadores produzem em domicílio, entretanto, eles trabalham e dão lucros para o capitalista, que economiza em capital constante.

Por outro lado, seu princípio peculiar da divisão de trabalho causa um isolamento das diferentes fases de produção, que como outros tantos trabalhos parciais artesanais se autonomizam reciprocamente. Estabelecer e manter a conexão entre as funções isoladas requer transporte ininterrupto do artigo de uma mão para outra e de um processo para outro. Do ponto de vista da grande indústria, isso se apresenta como uma limitação característica, custosa e imanente ao princípio da manufatura. (MARX, 1983, p. 272).

A divisão do trabalho na manufatura proporciona a autonomização das etapas de produção potencializando o processo de trabalho com a produção de várias mercadorias no mesmo espaço em menor período de tempo. Porém, o autor revela as limitações da produção manufatureira ao afirmar que os deslocamentos entre os trabalhos parciais encontravam dificuldades de conexões. Essa limitação na circulação da matéria-prima no processo global do trabalho entre os distintos trabalhadores parciais constitui a característica da manufatura, a qual só poderá ser superada com o desenvolvimento da engrenagem automática da grande indústria.

No que se refere ao trabalhador coletivo e sua constituição devido à combinação de inúmeros trabalhadores, Marx afirma que se consegue esse nível de organização social da produção somente a partir da união do mesmo trabalhador ao mesmo detalhe. Os trabalhos parciais se conectam numa relação de dependência em termos de caracterização da matéria-prima em cada etapa da produção. O produto de cada trabalhador individual, ou de grupo de trabalhadores, pode representar a matéria-prima para o trabalhador subsequente. Com isso, é estabelecida uma relação de dependência entre as etapas de trabalho, sendo exigida globalmente, no processo de produção da manufatura uma padronização do tempo de cada etapa do trabalho fragmentado.

Somente sob esse pressuposto os diferentes processos de trabalho, que se complementam mutuamente, podem prosseguir espacialmente lado a lado, simultaneamente e sem interrupção. É claro que essa dependência direta dos trabalhos e portanto dos trabalhadores entre si obriga cada indivíduo a empregar só o tempo necessário à sua função, produzindo-se assim uma continuidade, uniformidade, regularidade, ordenamento e nomeadamente também intensidade de trabalho totalmente diferentes das vigentes no ofício independente ou mesmo na cooperação simples. (MARX, 1983, p. 273).

É de fundamental importância perceber, segundo o autor, que a partir do desenvolvimento da manufatura orgânica, a cooperação simples começa a ser potencializada até se tornar uma cooperação complexa, porque o controle do tempo necessário para produção de determinada mercadoria passa a ser “lei técnica de todo o processo de produção” (MARX, 1983, p. 273). Por isso, a divisão do trabalho em etapas parciais e fragmentadas pressupõe que determinadas fases do trabalho sejam executadas em diferentes períodos de tempo, de acordo com suas especificidades. Sob tal raciocínio, Marx expõe que para equacionar as etapas de produção, aplica-se à produção determinadas quantidades proporcionais de trabalhadores para cada atividade desempenhada. O objetivo, portanto, é a partir do trabalhador coletivo desenvolver ao mesmo tempo as etapas do trabalho interligadas de maneira global. Nesse sentido, afirma o autor que

a divisão manufatureira do trabalho simplifica e diversifica portanto não só os órgãos qualitativamente diferenciados do trabalhador coletivo social, mas também cria uma proporção matemática fixa para o volume quantitativo desses órgãos, isto é, para o número relativo de trabalhadores ou para a grandeza relativa dos grupos de trabalhadores em cada função particular. Ela desenvolve com a articulação qualitativa a regra quantitativa e a proporcionalidade do processo de trabalho social. (MARX, 1983, p. 273-274).

O período manufatureiro “proclama conscientemente como princípio a diminuição do tempo de trabalho necessário para a produção de mercadorias” (MARX, 1983, p. 275). Segundo o autor, é essencial entender a progressiva dissolução do antigo trabalho artesanal das corporações de ofício e as novas relações de produção que instauram “a maquinaria específica do período manufatureiro [...] que é o próprio trabalhador coletivo, combinação de muitos trabalhadores parciais” (MARX, 1983, p. 275). Como explica:

depois da separação, autonomização e isolamento das diferentes operações, os trabalhadores são separados, classificados e agrupados segundo suas qualidades dominantes. Se suas peculiaridades naturais formam a base sobre a qual se monta a divisão do trabalho, a manufatura desenvolve, uma vez introduzida, forças de trabalho que por natureza só são aptas para funções específicas unilaterais. O trabalhador coletivo possui agora todas as propriedades produtivas no mesmo grau de virtuosidade e ao mesmo tempo as despende da maneira mais econômica, empregando todos os seus órgãos, individualizadas em trabalhadores ou grupos de trabalhadores determinados, exclusivamente para suas funções

específicas. A unilateralidade e mesmo imperfeição do trabalhador parcial tornam-se sua perfeição como membro do trabalhador coletivo. O hábito de exercer uma função unilateral transforma-o em seu órgão natural e de atuação segura, enquanto a conexão do mecanismo global o obriga a operar com regularidade de um componente de máquina. (MARX, 1983, p. 275-276).

Portanto, a partir do desenvolvimento da divisão manufatureira do trabalho elevam-se as forças produtivas do trabalho e se consolida a cristalização da execução parcial do trabalho no âmbito global do trabalhador coletivo. Significa dizer que há uma redução do trabalho operado pelo artesão de ofícios a apenas uma etapa do trabalho parcial determinado pela divisão do trabalho na manufatura. O trabalhador coletivo se caracteriza como “órgão produtivo” da produção especificamente capitalista. Marx explica que os “trabalhadores parciais” compõem parte de uma “grande máquina”; a combinação de muitos trabalhadores parciais compõe o trabalhador coletivo que é a “maquinaria específica do período manufatureiro” (1983, p. 275).

Por outro lado, a manufatura impõe uma “hierarquia” no processo de produção e, portanto, no assalariamento, a qual pressupõe a separação entre “trabalhadores capazes e trabalhadores não capazes.” Nesse sentido, “a manufatura desenvolve [...] uma hierarquia das forças de trabalho, à qual corresponde uma escala de salários” (MARX, 1983, p. 276). A essa parcela de trabalhadores considerados “não capazes”, a aprendizagem é dissociada por completo, já com relação aos “trabalhadores capazes”, Marx acentua que estes não são tão especializados quanto os artesãos, visto que desempenham funções bastante simplificadas. Em ambas as classificações quanto à capacidade dos trabalhadores, sua força de trabalho é barateada, se tomarmos como exemplo para comparação o artesão especializado que executava alternadamente toda uma série de operações. Marx afirma que

a desvalorização relativa da força de trabalho, que decorre da eliminação ou da redução dos custos de aprendizagem, implica diretamente uma valorização maior do capital, pois tudo que reduz o tempo de trabalho necessário para reproduzir a força de trabalho amplia os domínios do mais-trabalho (1983, p. 276).

De acordo com o autor, se instaura um processo de perda do domínio do trabalhador sobre a totalidade do processo de trabalho, porque ele perde a sua

especialidade completa no processo produtivo global, em virtude da “*ossificação de funções exclusivas*” que é desencadeada a partir da divisão do trabalho na manufatura (MARX, 1983, p. 276). O trabalhador da antiga corporação de ofício se destitui de sua especialidade e totalidade de acompanhar a execução de todo o processo produtivo para desempenhar agora na manufatura uma etapa do processo produtivo integrada à divisão do trabalho.

Diante do que expusemos acerca da divisão do trabalho especificamente desenvolvida na manufatura, procuramos caracterizar as especificidades e determinações sócio-históricas da divisão do trabalho que se desenvolve no modo de produção capitalista. A cooperação baseada na divisão do trabalho adquire a sua forma clássica na manufatura e, de acordo com Marx, adquire características específicas que confere particularidade distinta da cooperação que se realizava no período das corporações de ofício.

No próximo item, será fundamental abordar a relação recíproca entre a divisão do trabalho dentro da manufatura e a divisão social do trabalho dentro da sociedade. De acordo com a análise de Marx, será importante analisarmos que a intensificação da divisão social do trabalho na sociedade capitalista é condicionada originalmente pelo intenso desenvolvimento da divisão manufatureira do trabalho.

### **2.3 A relação entre a divisão do trabalho na manufatura e a divisão do trabalho na sociedade**

De acordo com Marx, como analisamos até o momento, “a base geral de toda a produção de mercadorias é a divisão social do trabalho” (1983, p. 277). Historicamente, a partir do momento em que há trocas mediadas pelas diferentes produções, o elemento fundamental destacado por Marx (1983, p. 278) é que “a base de toda divisão do trabalho desenvolvida e mediada pelo intercâmbio de mercadorias é a separação entre cidade e campo.”<sup>32</sup> Essa foi a forma inicial de divisão social do trabalho, a qual se complexificou historicamente expondo as

---

<sup>32</sup> De acordo com Marx, “o movimento da antítese entre cidade x campo resume toda a história econômica da sociedade” (1983, p. 278).

contradições e oposição de interesses nas sociedades patriarcais, escravistas, feudais, capitalistas.

Nos marcos da sociedade de classe capitalista, que é o nosso foco de investigação, Marx revela que a diversidade dos trabalhos, ou as diversas funções produtivas demandadas para o atendimento das satisfações humanas se realiza através da produção de mercadorias. A produção que se baseia na produção do “mundo das mercadorias” imerso no desenvolvimento complexo da divisão social do trabalho não produz apenas os meios de subsistência necessários para a satisfação humana. Ao contrário, nessa sociedade os produtores através de mercadorias particulares irão estabelecer relações de troca, no caso do trabalhador, terá de vender sua força de trabalho ao capitalista e, através de seu salário, comprar seus meios de subsistência.

Na divisão social do trabalho dentro da sociedade a realização de diferentes tipos de trabalhos criam novas mercadorias complexificando também as relações de troca. Na totalidade dos diferentes trabalhos e diferentes espécies de mercadorias reside a relação entre a divisão do trabalho dentro da manufatura e a divisão do trabalho dentro da sociedade. De acordo com nosso autor, a divisão manufatureira do trabalho já encontra a divisão social do trabalho desenvolvida no âmbito da sociedade com a separação de diferentes profissões. Mas, a divisão manufatureira do trabalho consiste numa forma específica de desenvolvimento da divisão do trabalho no interior da produção com a cooperação de diversos trabalhadores parciais que dividem o trabalho e produzem um único produto (MARX, 1983, p. 277).

Sendo a produção e circulação de mercadorias o pressuposto geral do modo de produção capitalista, a divisão manufatureira do trabalho exige que a divisão do trabalho tenha amadurecido até certo grau de desenvolvimento no interior da sociedade. Inversamente, a divisão manufatureira do trabalho desenvolve e multiplica por *efeito recíproco* aquela divisão social do trabalho. (MARX, 1983, p. 278, grifo nosso).

Observa-se que Marx relaciona o desenvolvimento da divisão do trabalho na sociedade com a divisão do trabalho no interior da manufatura de maneira recíproca. Pressupõe-se a divisão social do trabalho na sociedade amadurecida a tal ponto que se desenvolva a divisão do trabalho dentro da manufatura, no âmbito produtivo.

Assim como a divisão manufatureira do trabalho intensifica a divisão social do trabalho por complexificar a produção elevando as forças produtivas por potencializar progressivamente o desenvolvimento da produtividade do trabalho.

Vale ressaltar que o processo de trabalho se converte em uma forma de exploração lucrativa para o capitalista e para que isso ocorra com regularidade a direção do capital se torna condição indispensável para sua execução. Além disso, a correspondente limitação dos indivíduos a esferas profissionais particulares com a divisão manufatureira do trabalho concretiza-se trabalho que é objetivado em valor, específico à sociedade capitalista.

De acordo com Marx, a produção capitalista, verifica que o dispêndio da força de trabalho enquanto forma de mensurar a grandeza de valor representa uma das descobertas mais importantes para o desenvolvimento da produtividade capitalista. A divisão social do trabalho enquanto pressuposto essencial para a produção de mercadorias desenvolve um complexo conjunto de profissões cristalizadas, fixas ou petrificadas. Tal como analisou a divisão do trabalho dentro da manufatura, “solda-se o trabalhador ao mesmo detalhe”, ou seja, petrifica-se o trabalhador parcial a uma parte do trabalho que fora dividido.

Segundo o autor, a divisão do processo de trabalho, representa a forma encontrada pelo sistema do capital para dinamizar o desenvolvimento de suas forças produtivas, aumentando a produtividade do trabalho, mas, por outro lado, implica também na consolidação do capital enquanto relação social predominante no capitalismo. Há uma relação mútua entre a subordinação do trabalhador às condições de exploração e o desenvolvimento das forças produtivas. Na medida em que o desenvolvimento das forças produtivas se dá através da necessidade de encurtamento do tempo de reprodução da força de trabalho, o desenvolvimento da divisão do trabalho reciprocamente representará para o modo de produção capitalista um método particular de extração de mais-valia de forma crescente. Mas, não é a divisão do trabalho que determinará linearmente a subordinação do trabalhador à exploração do capital. Marx explica que é a exploração capitalista que determinará o desenvolvimento da divisão do trabalho na produção por elevar a força produtiva do trabalho (1983, p. 269).

Para Marx, a predominância do capital enquanto relação social e a consolidação da produção da mercadoria igualam os distintos ofícios. Através do desenvolvimento da divisão do trabalho no interior da produção, trabalhos com qualidades sociais distintas que produzem diferentes mercadorias são equiparados pela quantidade de trabalho socialmente necessário à produção. Apesar de se dividir o processo de produção e cristalizar as funções produtivas em diversas profissões, o trabalho humano abstrato representa trabalho humano igual indiferenciado.

Explica o autor que o modo de produção capitalista pressupõe o desenvolvimento de uma complexa divisão social do trabalho com um conjunto de distintas profissões e distintos trabalhos desenvolvidos, mas apesar disso, a conexão desses distintos trabalhos será realizada através da universalização da mercadoria que expressa a valorização do capital. Conforme analisa o autor:

se o trabalho específico produtivo do trabalhador não fosse o de fiar, ele não transformaria o algodão em fio e, portanto, não transferiria os valores do algodão e do fuso ao fio. Se, no entanto, o mesmo trabalhador mudar de profissão e se tornar marceneiro, agregará, depois como antes, valor a seu material mediante uma jornada de trabalho. Agrega valor, portanto, mediante seu trabalho não por ser trabalho de fiação ou de marcenaria, mas por ser trabalho abstrato, social geral, e agrega determinada grandeza de valor não por ter seu trabalho um conteúdo particular, útil, mas porque dura um tempo determinado. Portanto, em virtude de sua propriedade abstrata, geral, como dispêndio de força de trabalho humana, o trabalho do fiandeiro agrega novo valor aos valores do algodão e do fuso, e em virtude de sua propriedade concreta, específica, útil, como processo de fiação, transfere o valor desses meios de produção ao produto e recebe assim seu valor no produto. (MARX, 1983, p. 166).

Para o autor, a produção e circulação de mercadorias na sociedade capitalista exige um grau de consolidação e de desenvolvimento da divisão do trabalho na sociedade. Tanto a divisão do trabalho na sociedade deve estar amadurecida como o próprio desenvolvimento da divisão manufatureira do trabalho a multiplica através de seu desenvolvimento. Ademais, afirma o autor que a divisão do trabalho se deu também por diferentes regiões geográficas, de acordo com a particularidade de cada lugar, e de acordo com o desenvolvimento da “divisão territorial do trabalho”<sup>33</sup>. O

---

<sup>33</sup> Na versão original em alemão “Das Kapital”, encontramos “territoriale Teilung der Arbeit” (MARX, 1962, p. 374).

período manufatureiro compreende um complexo cenário global, com a colonização e expansão do mercado mundial consagrado pela expansão marítima.

As mudanças no processo de trabalho geram por todas as esferas sociais “o avanço das especializações; de especialidades do trabalho parcial”. A divisão do trabalho na manufatura desenvolve intensamente as profissões que se inseriam na divisão social do trabalho. Desencadeia, principalmente, o avanço de um processo de desenvolvimento da divisão do trabalho complexificando as formas de trabalhos parciais. Nas palavras do autor (1983, p. 278):

com a diferenciação dos instrumentos de trabalho diferenciam-se cada vez mais os ofícios que produzem esses instrumentos. Se a empresa manufatureira apossa-se de um ofício, que até então era ligado a outros, como atividade principal ou acessória, sendo exercido pelo mesmo produtor, ocorre imediatamente uma separação e autonomização recíproca. Se ela se apossa de uma fase específica de produção de uma mercadoria, então suas diferentes fases de produção transformam-se em diferentes ofícios independentes. Já verificamos que, quando o artigo é um todo composto puramente mecânico de produtos parciais, os trabalhos parciais podem autonomizar-se por sua vez em ofícios próprios. Para realizar mais perfeitamente a divisão do trabalho dentro de uma manufatura, o mesmo ramo de produção é, conforme a diversidade de suas matérias-primas ou das formas diferentes que a mesma matéria-prima pode assumir, dividido em manufaturas diferentes, em parte inteiramente novas.

Outro elemento importante é que a unidade entre a divisão do trabalho na manufatura e a divisão do trabalho na sociedade é condição de existência dos produtos como mercadorias. A divisão do trabalho na sociedade e a divisão do trabalho na produção manufatureira têm características particulares. Como aponta Marx (1983, p. 279), o trabalhador parcial peculiar à manufatura não produz mercadoria, apenas o produto comum dos trabalhadores parciais pode se transformar em mercadoria. Na “sociedade do modo de produção capitalista a anarquia da divisão social do trabalho e o despotismo da divisão manufatureira do trabalho se condicionam reciprocamente” (MARX, 1983, p. 280). Trata-se de uma relação recíproca na qual se complexifica a divisão do trabalho já encontrada na sociedade e se desenvolve a divisão manufatureira do trabalho específica ao modo de produção capitalista.

Apesar de analisar a divisão do trabalho especificamente capitalista, aquela que é condição material para a produção de mercadorias, Marx explica as

características essenciais e as diferenças peculiares quanto à divisão do trabalho na sociedade, a divisão manufatureira do trabalho e a divisão social do trabalho. Cada termo, apesar de não serem idênticos, representa essencialmente a divisão do trabalho que se desenvolve na sociedade em que se consolida a produção da mercadoria. Os termos trazem elementos significativos no que se refere às determinações sócio-históricas, como explica Marx:

a divisão do trabalho no interior da sociedade é mediada pela compra e venda dos produtos de diferentes ramos de trabalho, a conexão dos trabalhos parciais na manufatura pela venda de diferentes forças de trabalho ao mesmo capitalista, que as emprega como força de trabalho combinada. A divisão manufatureira do trabalho pressupõe concentração dos meios de produção nas mãos de um capitalista, a divisão social do trabalho, fracionamento dos meios de produção entre muitos produtores de mercadorias independentes entre si. (1983, p. 279-280).

No período manufatureiro de forma inovadora relacionam-se a divisão do trabalho na oficina manufatureira com a divisão do trabalho na sociedade. Na sociedade se generaliza a troca de produtos como mercadorias no âmbito da divisão social do trabalho, e no âmbito do processo de trabalho, os produtores vendem a força de trabalho ao capitalista que os reúne sob sua dominação. A divisão social do trabalho no capitalismo fraciona os meios de produção dos produtores de mercadorias que são qualitativamente distintos dos mestres das antigas corporações de ofício. Por um lado a divisão do trabalho na manufatura instaura uma nova forma de organização do trabalho, especificamente capitalista com a constituição do trabalhador coletivo (1983, p. 269). De outro lado, a divisão do trabalho na sociedade se desenvolve intensamente pela ampliação do processo de produção desencadeado pelos distintos produtores de mercadorias.

Ao considerar apenas o trabalho, explica Marx, pode-se verificar a separação da produção social em seus diversos gêneros, como agricultura, indústria, etc. Ao se considerar a “divisão do trabalho em geral, a diferenciação desses gêneros de produção em espécies e subespécies, de divisão do trabalho em particular, e a divisão do trabalho dentro de uma oficina, de divisão do trabalho em detalhe” (MARX, 1983, p. 277). Nesse sentido, verifica-se que o desenvolvimento da divisão do trabalho na produção da manufatura potencializa o desenvolvimento dos distintos trabalhos parciais. A utilização da força de trabalho de forma combinada através do trabalhador coletivo é, portanto complexificada a partir do desenvolvimento intenso

da divisão do trabalho no interior da manufatura. O que se evidencia na produção da manufatura é a consolidação da concentração dos meios de produção como propriedade exclusiva do capitalista e a constituição do trabalhador coletivo, como o mecanismo vivo da manufatura, “composto pela combinação de trabalhadores parciais unilaterais” (MARX, 1983, p. 269).

Para Marx (1983, p. 277), a divisão social do trabalho, é a “base geral de toda produção de mercadoria”, o seu desenvolvimento divide o processo de trabalho com o fracionamento dos meios de produção entre os produtores de mercadorias independentes entre si. Esclarece o autor (1983, p. 280) que

a divisão manufatureira do trabalho pressupõe a autoridade incondicional do capitalista sobre seres humanos transformados em simples membros de um mecanismo global que a ele pertence; a divisão social do trabalho confronta produtores independentes de mercadorias, que não reconhecem nenhuma outra autoridade senão a da concorrência, a coerção exercida sobre eles pela pressão de seus interesses recíprocos [...].

A fase de transição da passagem das corporações artesanais de ofício à predominância da produção capitalista manufatureira se desenvolve mediada pela lei da concorrência entre os produtores de mercadorias. A divisão do trabalho na produção manufatureira no interior da oficina e a divisão social do trabalho desenvolvida no interior da sociedade se relacionam de forma recíproca e se complementam. De acordo com o autor, “[...] na sociedade do modo de produção capitalista a anarquia da divisão social do trabalho e o despotismo da divisão manufatureira do trabalho se condicionam reciprocamente” (1983, p. 280).

Marx ressalta que a subordinação do trabalho ao capital é remetida a uma nova forma de organização social do trabalho, - a constituição do trabalhador coletivo - que eleva as forças produtivas realizando o objetivo do capital de autovalorização constante ao explorar os trabalhadores. No próximo item poderemos explicitar melhor como se deu o processo de complexificação do trabalhador coletivo através da expansão dos limites subjetivos até então configurados pela limitação da base técnica da manufatura e ampliação do desenvolvimento técnico científico na produção industrial.

No que se refere aos aspectos gerais e universais da divisão social do trabalho, vale dizer que se desenvolve o complexo conjunto de distintos trabalhos demandados pelas necessidades humanas, estas “constituindo diferentes massas de necessidades num sistema naturalmente desenvolvido” (MARX, 1983, p. 280). Em formas sociais anteriores, a particularização dos ofícios, segundo Marx, se desenvolveu naturalmente, de acordo com as características fisiológicas. Como analisamos na primeira seção deste texto, o desenvolvimento da divisão social do trabalho se realizava através da divisão dessas tarefas por sexo, ou mesmo por idade, a partir das potencialidades de homens e mulheres peculiares a cada tipo de costume ou comportamento das comunidades primitivas, por exemplo.

O que é importante entender é que Marx ao retratar as corporações de ofício do período artesanal afirma que “em geral, o trabalhador e seus meios de produção permaneciam unidos como o caracol e sua concha, e faltava assim a base principal da manufatura, a autonomização dos meios de produção como capital perante o trabalhador” (1983, p. 282). A partir do desenvolvimento da divisão manufatureira do trabalho consolida-se a separação dos meios de produção do trabalhador artesanal. A produção artesanal das corporações de ofício tinham o artesanato e as habilidades manuais como base, assim como a produção manufatureira. Todavia, o período em que se predominou a corporação de ofício se excluía a possibilidade de desenvolvimento da divisão manufatureira do trabalho porque o artesão não se confrontava com os seus instrumentos de trabalho como propriedade do capital (MARX, 1983, p. 282).

Nesse sentido, o elemento fundamental destacado por Marx é que a divisão manufatureira da produção constitui uma forma de divisão do trabalho específica à sociedade capitalista. Como afirma o autor:

enquanto a divisão do trabalho no todo de uma sociedade, seja ou não mediada pelo intercâmbio de mercadorias, existe nas mais diferentes formações socioeconômicas, a divisão manufatureira do trabalho é uma criação totalmente específica do modo de produção capitalista. (1983, p. 282).

A divisão manufatureira do trabalho tem características especificamente capitalistas, o que lhe confere uma forma particular de divisão do trabalho no desenvolvimento do modo de produção capitalista. O trabalho é como já

expusemos anteriormente, propriedade do capital - na medida em que vende a sua força de trabalho ao capitalista. Nesse sentido, Marx afirma que há um conflito constante entre o capital e a relação de subordinação que se impõe ao trabalhador parcial que compõe o trabalhador coletivo.

No período da produção manufatureira eleva-se a força produtiva do trabalho em detrimento do empobrecimento do trabalhador. Segundo o autor (1983, p. 284), “na manufatura, o enriquecimento do trabalhador coletivo e, portanto, do capital em força produtiva social é condicionado pelo empobrecimento do trabalhador em forças produtivas individuais.” Se por um lado apresenta-se como positivo o desenvolvimento das forças produtivas, de outro, porém, esse progresso representou um método empregado pelo capital para explorar o trabalho de forma mais lucrativa. “A divisão do trabalho marca o trabalhador manufatureiro com ferro em brasa, como propriedade do capital” (MARX, 1983, p. 283).

A processualidade histórica da divisão do trabalho iniciada na cooperação, desenvolvida na manufatura e consolidada na grande indústria expressa a dominação do capital sobre o trabalho. No próximo item, debateremos como o processo de trabalho se desenvolve na grande indústria, detalhando o desenvolvimento da divisão do trabalho na produção fabril.

## **2.4 A divisão do trabalho na fábrica**

Ao analisar os métodos particulares de produção da mais-valia relativa<sup>34</sup>, Marx investiga as formas de organização, controle na realização do processo de trabalho capitalista. Marx observa como vimos nessa seção, que a cooperação

---

<sup>34</sup> Se no prolongamento da jornada de trabalho o capital extraía a mais-valia absoluta, com o desenvolvimento e progresso da maquinaria passa a converter a grandeza extensiva do trabalho, a extração da mais-valia absoluta em grandeza intensiva, a extração da mais-valia reativa. O método de produção da mais-valia relativa, segundo Marx (1984, p. 33) consiste em capacitar o trabalhador para produzir mais com o mesmo dispêndio de trabalho num mesmo período de tempo. “Assim que a revolta cada vez maior da classe operária obrigou o Estado a reduzir à força a jornada de trabalho e a ditar, inicialmente às fábricas propriamente ditas, uma jornada normal de trabalho, a partir desse instante, portanto, em que se impossibilitou de uma vez por todas a produção crescente de mais-valia mediante o prolongamento da jornada de trabalho, o capital lançou-se com força total e plena consciência à produção de mais-valia relativa por meio do desenvolvimento acelerado do sistema de máquinas” (MARX, 1984, p. 33).

enquanto unidade elementar do modo de produção capitalista reúne num mesmo local o trabalhador coletivo que enquanto conjunto de forças de trabalho compradas pelo capital despende trabalho em determinado tempo, produzindo a mercadoria e essencialmente produzindo mais-valia e valorizando o capital.

Marx analisa o trabalhador coletivo como forma de organização do trabalho caracterizando-o como a cooperação específica à produção da manufatura. Nesse sentido o autor revela como a divisão do trabalho realizada pelo trabalhador coletivo aumenta a produtividade da produção, reproduzindo também a contradição ineliminável desse sistema. Essa contradição materializa-se quando o trabalhador se depara com os meios de trabalho como capital e os domínios que outrora eram desenvolvidos na totalidade do processo de trabalho se torna unilateral. O controle e domínio que o trabalhador da antiga corporação de ofício tinha em toda a extensão do trabalho, através da consolidação da divisão do trabalho torna as operações particulares cristalizadas em funções exclusivas executadas por trabalhadores parciais.

A divisão do trabalho na produção da manufatura, segundo Marx (1983, p. 283) é específica a esse modo de produção porque tem a função social de separar o trabalhador dos meios de produção, fazendo-o perder também seu domínio no âmbito da totalidade da produção global. Além disso, desenvolve a separação das “potências intelectuais do processo material de produção” tornando-as propriedade do capital que exercem o poder que domina os trabalhadores parciais (MARX, 1983, p. 283). A cisão entre trabalhador e meios de produção traz o elemento novo importante: a autonomização dos meios de produção e a sua consolidação enquanto capital. A divisão do trabalho na produção da manufatura consolida a apropriação dos meios de produção, enquanto propriedade privada dos capitalistas, enquanto base material de produção.

Na produção manufatureira o trabalhador parcial que compõe o trabalhador coletivo coopera de forma combinada e desempenha uma atividade que se autonomiza potencializando a totalidade do processo produtivo. A divisão do trabalho faz com que o trabalho se realize de forma parcial e essa organização da produção requer maior número de trabalhadores sob o comando de um mesmo capital. Essa determinação decorre de uma necessidade material do

desenvolvimento da divisão manufatureira do trabalho. Se por um lado, solicita o emprego de uma massa maior de força de trabalho, por outro lado, irá demandar também um intenso desenvolvimento de ferramentas empregadas para a produção.

A força produtiva social do trabalho que é desenvolvida vale ressaltar, é força produtiva do capital. Na medida em que se evidencia a evolução da humanidade com o progresso advindo do desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho, Marx enfatiza que é o capital que detém o bônus desse progresso. Almeja-se a crescente autovalorização através da superexploração do trabalho pelo capital, que busca incessantemente métodos para aumentar sua força produtiva.

A manufatura cria as condições de desenvolvimento em inúmeros aspectos do processo produtivo para além de sua própria produção. O trabalho dividido que se realiza por “toda a vida” como uma parte do processo produtivo pelo trabalhador parcial desenvolve detalhadamente cada etapa dessa produção. O trabalhador aprimora suas ferramentas e dinamiza a produção, todavia, “a manufatura nem podia apossar-se da produção social em toda a sua extensão, nem revolucioná-la em sua profundidade.” Veja que Marx enfatiza os limites e as possibilidades proporcionadas pela produção manufatureira, evidenciando a passagem da manufatura para a grande indústria. Para o autor “[...] sua própria base técnica estreita, ao atingir certo grau de desenvolvimento, entrou em contradição com as necessidades de produção que ela mesma criou” (1983, p. 288). No entanto, o aprimoramento dos meios de trabalho cria condições para que oficinas se especializem e passem a produzir os próprios instrumentos de trabalho. Nesse contexto, segundo Marx o

produto da divisão manufatureira do trabalho produziu, por sua vez — máquinas. Elas superam a atividade artesanal como princípio regulador da produção social. Assim, por um lado, é removido o motivo técnico da anexação do trabalhador a uma função parcial, por toda a vida. Por outro lado, caem as barreiras que o mesmo princípio impunha ao domínio do capital. (1983, p. 289).

Essa máquina passa a executar, segundo o autor, diversas operações que um mesmo artesão executava com a sua ferramenta. Se no processo manufatureiro de trabalho, diversos trabalhadores desempenhavam diferentes etapas do processo de produção da manufatura, a partir da grande indústria, a máquina passa a

desenvolver através de uma combinação de diferentes ferramentas o processo global do trabalho.

O processo global, dividido e realizado dentro da manufatura numa série sucessiva, é realizado aqui por uma máquina de trabalho que opera por meio da combinação de diferentes ferramentas. Se, agora, tal máquina de trabalho é apenas a ressurreição mecânica de uma ferramenta manual mais complicada ou a combinação de diferentes instrumentos mais simples particularizados manufatureiramente — na fábrica, isto é, na oficina fundada na utilização da máquina, reaparece toda vez a cooperação simples e, antes de mais nada (abstraímos aqui do trabalhador), como conglomeração espacial de máquinas de trabalho da mesma espécie, operando simultaneamente em conjunto. (MARX, 1984, p. 12).

Marx acentua que se trata de um sistema que possui uma unidade técnica por ter um motor em comum e um sistema de mecanismo transmissor, em parte também em comum. Além disso, o autor afirma que a cooperação de muitas máquinas de trabalho da mesma espécie funciona como se as diversas ferramentas fizessem parte como órgãos de um mesmo mecanismo motor. “Um sistema de máquinas apenas substitui a máquina autônoma individual quando o objeto de trabalho percorre uma sequência conexa de diferentes processos graduados” (MARX, 1984, p. 12). As etapas do processo produtivo são realizadas por distintas máquinas-ferramentas, que se complementam na totalidade do produto. Aqui “reaparece a cooperação por meio da divisão do trabalho, peculiar à manufatura, mas agora como combinação de máquinas de trabalho parciais” (MARX, 1984, p. 12).

No período da produção manufatureira cada trabalhador parcial possuía as ferramentas atribuídas por seus diversos trabalhos. Marx (1984, p. 13) afirma que tais ferramentas exclusivas a cada tipo de trabalho serão transformadas em “ferramentas de máquinas de trabalho especificadas, das quais cada uma constitui um órgão específico para uma função específica no sistema do mecanismo combinado de ferramentas” (MARX, 1984, p. 13). Significa dizer, de acordo com o autor, que a produção manufatureira fornece ao sistema de máquinas, “o fundamento naturalmente desenvolvido da divisão e, portanto, da organização do processo de produção” (MARX, 1984, p. 13).

Apesar de a produção manufatureira influenciar de maneira significativa o sistema de máquinas distintas e a divisão do trabalho que se realiza na produção

mecanizada, há diferenças essenciais. Como ressalta o autor (1984, p. 13, grifos nossos):

na manufatura, trabalhadores precisam, individualmente ou em grupos, executar cada processo parcial específico com sua ferramenta manual. *Embora o trabalhador seja adequado ao processo, também o processo é adaptado antes ao trabalhador. Esse princípio subjetivo da divisão é suprimido na produção mecanizada.* O processo global é aqui considerado objetivamente, em si e por si, analisado em suas fases constituintes, e o problema de levar a cabo cada processo parcial e de combinar os diversos processos parciais é resolvido por meio da aplicação técnica da Mecânica, Química etc., no que, naturalmente, a concepção teórica precisa ser depois como antes aperfeiçoada pela experiência prática acumulada em larga escala.

Vale dizer que com a produção mecanizada, se perde o “princípio subjetivo” da divisão manufatureira do trabalho, quando o trabalhador perde a capacidade de aprimorar e adaptar a produção por meio de sua experiência ou habilidade manual. Marx (1984, p. 13) enfatiza que à medida que se desenvolve a estrutura de conexão entre as distintas máquinas que atuam de forma combinada, mais o produto vai se realizando de forma autônoma sem a adaptação do trabalhador ao processo de trabalho mecanizado. Perde-se o “princípio subjetivo” de adequar o trabalhador a cada etapa do processo de trabalho e reciprocamente cada etapa do trabalho se adaptar antes a cada trabalhador.

A produção mecanizada é analisada em si, e por si, objetivamente, nas suas diversas fases constituintes do processo produtivo. A atividade de resolver os problemas de desenvolvimento de cada etapa parcial do processo e de combinar esses diversos processos parciais da produção é agora realizada por meio da aplicação técnica e pela diversidade do conhecimento científico. Conseqüentemente, o desenvolvimento da “concepção teórica precisa ser depois como antes aperfeiçoada pela experiência prática acumulada [...]” como um processo estranho ao trabalhador (1984, p. 13).

Cada máquina fornece à máquina seguinte mais próxima sua matéria-prima e, como todas elas atuam simultaneamente, o produto se encontra continuamente nas diversas fases de seu processo de formação, bem como na transição de uma para outra fase de produção. Assim como na manufatura a cooperação direta dos trabalhadores parciais estabelece determinadas proporções entre os grupos particulares de trabalhadores, também no sistema articulado das máquinas a contínua utilização das máquinas parciais umas pelas outras estabelece uma relação determinada entre seu número, seu tamanho e sua velocidade. A máquina de trabalho combinada, agora um sistema articulado de máquinas de trabalho

individuais de diferentes espécies e de grupos das mesmas, é tanto mais perfeita quanto mais contínuo for seu processo global, isto é, com quanto menos interrupções a matéria-prima passa de sua primeira à sua última fase, quanto mais, portanto, em vez da mão humana, o próprio mecanismo a leva de uma para outra fase da produção. (MARX, 1984, p. 13).

Marx analisa o sistema de máquinas e faz uma comparação com a produção baseada na divisão do trabalho na manufatura. Para o autor, o isolamento dos processos particulares, ou seja, o isolamento das etapas do trabalho era para a produção manufatureira “um princípio dado pela própria divisão do trabalho”, já na “fábrica desenvolvida, domina, pelo contrário, a continuidade dos processos particulares” (1984, p. 13). Um sistema articulado de maquinaria, baseado numa cooperação de máquinas de trabalho da mesma espécie, numa combinação de máquinas de trabalho distintas, constitui segundo o autor, “em si e por si um grande autômato”, movido por um motor.

A partir do momento em que a máquina de trabalho executa todos os movimentos necessários ao processamento da matéria-prima sem ajuda humana, precisando apenas de assistência humana, temos um sistema de maquinaria automático, capaz de ser continuamente aperfeiçoado em seus detalhes. (MARX, 1984, p. 14).

A maquinaria desenvolvida representa para o trabalhador não mais um mero instrumento ou ferramenta de trabalho. O complexo sistema de máquinas se constitui enquanto um autômato, no qual o trabalhador ao invés de intervir diretamente sobre a matéria-prima (objeto de trabalho) presta assistência à máquina e as suas conexões automáticas.

Como sistema articulado de máquinas de trabalho, que recebem seu movimento apenas de um autômato central através de uma maquinaria de transmissão, a produção mecanizada possui sua forma mais desenvolvida. No lugar da máquina individual surge aqui um monstro mecânico, cujo corpo enche prédios fabris inteiros e cuja força demoníaca, de início escondida pelo movimento quase festivamente comedido de seus membros gigantesco, irrompe no turbilhão febril de seus inúmeros órgãos de trabalho propriamente ditos. (MARX, 1984, p. 14).

O autor diz que as grandes invenções da grande indústria só foram possíveis devido à “habilidade de trabalhadores mecânicos fornecidos prontos pelo período manufatureiro” (MARX, 1984, p. 14). Os trabalhadores eram artesãos autônomos específicos de diversas profissões da produção manufatureira. Nesses ramos da

manufatura, a virtuosidade unilateral unia o trabalhador por toda a sua vida a uma etapa da produção desenvolvida detalhadamente. Na unilateralidade dos diversos ofícios da manufatura “a divisão do trabalho imperava com especial rigor” (MARX, 1984, p. 14). No que se refere ao processo de desenvolvimento da produção Marx explica que

com o aumento das invenções e a crescente procura pelas máquinas recém-inventadas, desenvolveu-se cada vez mais, por um lado, a separação da fabricação de máquinas em diversificados ramos autônomos, por outro lado, a divisão do trabalho no interior das manufaturas que construíam máquinas. Vislumbramos, portanto, na manufatura o fundamento técnico imediato da grande indústria. Aquela produziu a maquinaria, com a qual esta superou o artesanato e a manufatura nas esferas de produção de que primeiro se apoderou. A produção mecanizada ergueu-se portanto de maneira natural sobre uma base material que lhe era inadequada. Em certo grau de desenvolvimento ela teve de revolucionar essa base inicialmente encontrada pronta e depois aperfeiçoada em sua antiga forma e criar para si nova base, correspondente a seu próprio modo de produção. (1984, p. 14).

Mesmo que a divisão do trabalho tenha provocado efeitos progressistas no desenvolvimento da produção manufatureira, esta ainda se deparava com os limites físicos dos trabalhadores e com a própria base material inadequada para produzir intensamente e em grande escala. Todavia, Marx afirma que a diversificação da produção de máquinas, a autonomização de ramos específicos a essa produção e o desenvolvimento intenso da divisão do trabalho na manufatura, constituíram o fundamento técnico para o desenvolvimento da grande indústria. O autor retrata os aspectos relevantes do período de transição da predominância da produção manufatureira à consolidação da grande indústria. Explica o autor que:

[...] a expansão da indústria já movida a máquina e a penetração da maquinaria em novos ramos da produção permaneceram, assim, inteiramente condicionadas pelo crescimento de uma categoria de trabalhadores que, devido à natureza semi-artística de sua atividade, só podia ser ampliada pouco a pouco e não aos saltos. Mas, em certo grau de desenvolvimento, a grande indústria entrou também tecnicamente em conflito com sua base artesanal e manufatureira. Expansão do tamanho das máquinas-motrizes, do mecanismo de transmissão e das máquinas-ferramentas; maior complicação, diversidade e regularidade mais rigorosa de seus componentes, à medida que a máquina-ferramenta se desprendia do modelo da ferramenta artesanal, que originalmente dominava sua construção, e obtinha configuração livre, determinada apenas por sua tarefa mecânica; aperfeiçoamento do sistema automático e aplicação cada vez mais inevitável de material difícil de dominar, por exemplo, ferro em vez de madeira — a solução de todas essas tarefas originadas naturalmente chocou-se por toda parte com as limitações pessoais, que também o

peçoal de trabalho combinado na manufatura só rompe em grau, não em essência. (MARX, 1984, p. 15).

É importante ressaltar, de acordo com Marx (1984, p. 15), que o revolucionamento do modo de produção em determinada esfera desencadeia o revolucionamento em outros ramos industriais de produção. O autor afirma que o desenvolvimento e revolucionamento do modo de produção na indústria e na agricultura impulsionaram o revolucionamento de toda a produção social, como nas esferas de comunicação e de transporte.<sup>35</sup> Além disso, a grande indústria teve que começar a produzir máquinas, “teve de apoderar-se de seu meio característico de produção, a própria máquina e produzir máquinas por meio de máquinas” (MARX, 1984, p. 16). Isso fez com que a grande indústria produzisse a sua base técnica adequada e se firmasse sobre a sua própria forma característica de produção. Segundo Marx, o impulso ao desenvolvimento desencadeado pela consolidação da grande indústria ao produzir sua própria base técnica desencadeou também um intenso desenvolvimento científico. Essa produção do conhecimento passou a ser demandada pela dinâmica da produção industrial mecanizada exigindo constantes estudos e aprimoramento da maquinaria e desenvolvimento de partes da máquina que gradativamente iam substituindo a própria mão humana.

Como maquinaria, o meio de trabalho adquire um modo de existência material que pressupõe a substituição da força humana por forças naturais e da rotina empírica pela aplicação consciente das ciências da Natureza. Na manufatura, a articulação do processo social de trabalho é puramente subjetiva, combinação de trabalhadores parciais; no sistema de máquinas, a grande indústria tem um organismo de produção inteiramente objetivo, que o operário já encontra pronto, como condição de produção material. Na cooperação simples e mesmo na especificada pela divisão do trabalho, a supressão do trabalhador individual pelo socializado aparece ainda como sendo mais ou menos casual. A maquinaria, com algumas exceções a serem aventadas posteriormente, só funciona com base no trabalho imediatamente socializado ou coletivo. *O caráter cooperativo do processo*

---

<sup>35</sup> “Os meios de comunicação e de transporte, de uma sociedade cujo pivô, para usar uma expressão de Fourier, eram a pequena agricultura com sua indústria acessória doméstica e o artesanato urbano, já não podiam satisfazer, de forma alguma, às necessidades de produção do período manufatureiro com sua divisão ampliada do trabalho social, com sua concentração de meios de trabalho e trabalhadores, e com seus mercados coloniais e, por isso, também foram de fato revolucionados. Da mesma maneira, os meios de transporte e de comunicação oriundos do período manufatureiro, logo se transformaram em insuportáveis entraves para a grande indústria, com sua velocidade febril de produção, sua escala maciça, seu contínuo lançamento de massas de capital e de trabalhadores de uma esfera da produção para a outra e suas recém-estabelecidas conexões no mercado mundial” (MARX, 1984, p. 15-16).

*de trabalho torna-se agora, portanto, uma necessidade técnica ditada pela natureza do próprio meio de trabalho.* (MARX, 1984, p. 17, grifos nossos).

O autor afirma que o trabalhador coletivo passa a ser condição para o funcionamento da maquinaria. O organismo da produção composto pelo conjunto complexo de máquinas na grande indústria é materializado de forma objetiva e alheia ao operário. O operário já encontra o organismo de produção e a articulação do processo social do trabalho prontos. Vale ressaltar que não são os operários que constituem o trabalhador coletivo que irão desenvolver o organismo de produção e nem mesmo a articulação da produção social, porque ele já o encontra como objetividade do capital. Voltaremos a essa constatação na terceira seção com maior detalhe, no momento, precisamos apenas observar a distinção da articulação subjetiva do processo social do trabalho da manufatura e o caráter objetivo que ganha na grande indústria. Este organismo de produção inteiramente objetivo é externo aos domínios dos operários, porque não são eles quem o constrói, ao contrário, já o encontram pronto.

Marx (1984, p. 17) afirma que o desenvolvimento das forças produtivas decorrentes da cooperação e da divisão do trabalho não custa nada para o capital. Aparecem como forças naturais decorrentes do trabalho social, assim como as próprias forças naturais, como o vapor, a água, como força motriz, nada custa ao capital. Todavia, “assim como o homem precisa de um pulmão para respirar, ele precisa de uma ‘criação da mão humana’ para consumir produtivamente forças da natureza” (MARX, 1984, p. 17). Sobre o progressivo desenvolvimento dos instrumentos de trabalho, o autor afirma:

*de uma ferramenta anã do organismo humano, ela aumenta em tamanho e número, tornando-se ferramenta de um mecanismo criado pelo homem. Em vez de trabalhar com a ferramenta manual, o capital põe o operário a trabalhar agora com uma máquina, que conduz por si mesma suas ferramentas.* (MARX, 1984, p. 17).

O intenso e extraordinário desenvolvimento da grande indústria impulsionou o domínio das forças naturais e apropriação da ciência. Além do consumo produtivo das forças da natureza, há o domínio do conhecimento científico e o seu uso produtivo. O desenvolvimento da maquinaria não substitui o uso das ferramentas, mas ao contrário potencializa o seu uso de forma mais ampla, e intensa, expandindo

as suas dimensões ocasionando o que Marx denominou de “revolucionamento das forças produtivas” do trabalho. De outro modo, no que se refere ao sistema articulado de máquinas, Marx (1984, p. 39) afirma que “a maquinaria aumenta o material humano explorável pelo capital, [...] confisca todo o tempo de vida do operário” com a intensificação da exploração da força de trabalho. Para o autor, a maquinaria utilizada na fábrica capitalista serve como meio sistemático de liberar mais trabalho, ou seja, explorar a força de trabalho de forma cada vez mais intensa.<sup>36</sup>

O sistema industrial de fábricas modernas representou a consolidação do capital enquanto base objetiva de dominação. Marx analisa que na fábrica automática, por um lado representa a aplicação da maquinaria em grande escala. O conjunto dos trabalhadores coopera e vigia o sistema de máquinas, “o trabalhador coletivo combinado ou corpo social de trabalho aparece como sujeito transcendental e o autômato mecânico como objeto” (MARX, 1984, p. 40). Por outro lado, o sistema de máquinas aparece como um grande autômato que caracteriza a aplicação capitalista da maquinaria moderna. “O próprio autômato é o sujeito e os operários são apenas órgãos conscientes, coordenados com seus órgãos inconscientes e subordinados, com os mesmos, à força motriz central” (MARX, 1984, p.40).

À medida que na fábrica automática ressurgem a divisão de trabalho, ela é, antes de tudo, distribuição dos trabalhadores entre as máquinas especializadas e de massas de trabalhadores, que no entanto não formam grupos articulados, entre os diversos departamentos da fábrica, onde trabalham em máquinas-ferramentas [sic] da mesma espécie, enfileiradas umas ao lado das outras. (MARX, 1984, p. 41).

Na fábrica, surge um aparente nivelamento dos trabalhos, porque se transfere a virtuosidade do trabalhador parcial detalhista da manufatura para a maquinaria. A divisão do trabalho na fábrica concretiza-se na distribuição dos trabalhadores nas máquinas que são especializadas a desempenhar um tipo de trabalho cristalizado.

---

<sup>36</sup> No que se refere às condições de trabalho do operário, o autor descreve que “a economia nos meios sociais de produção, artificialmente amadurecida apenas no sistema de fábrica, torna-se ao mesmo tempo, na mão do capital, roubo sistemático das condições de vida do operário durante o trabalho, roubo de espaço, de ar, de luz e de meios de proteção de sua pessoa física contra condições que oferecem perigo de vida ou são nocivas à saúde no processo de produção, isso sem sequer falar de instalações para a comodidade do trabalhador” (MARX, 1984, p. 46).

Marx afirma que o grupo articulado de trabalhadores da produção manufatureira é substituído pelo operário que realiza o trabalho na fábrica em conexão com alguns auxiliares.

No que se refere a importante divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, Marx afirma que esta divisão se origina desde quando os empregadores capitalistas atingem uma grandeza mínima de capital para *desprendê-los do trabalho manual* e os consolidar como capitalistas (MARX, 1983, p. 263-264, grifos nossos). A função de dirigir, superintender e mediar o processo de trabalho, no capitalismo, torna-se função exclusiva do capital. A direção do capitalista, na medida em que gradativamente se desenvolvem as forças produtivas do trabalho, passa a ser exercida por uma “espécie particular de assalariados” (MARX, 1983, p. 264), que comandam em nome do capital.

Na análise sobre a divisão do trabalho na manufatura, verificamos que para o autor a divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual já lançava as suas bases. “É um produto da divisão manufatureira do trabalho opor-lhes as forças intelectuais do processo material de produção como propriedade alheia e poder que os domina” (MARX, 1983, p. 283). Os trabalhadores parciais da manufatura perdem essas potências intelectuais, as quais se tornam propriedade do capital que as concentra e as colocam como forma de poder e o domínio sobre o trabalho (MARX, 1983, p. 283).

Marx (1984, p. 43) afirma que na fábrica se no início da produção industrial moderna a divisão do trabalho persistia enquanto traços característicos do período manufatureiro, na fábrica ela ganhará notoriedade significativa por se consolidar enquanto meio de exploração do capital. Desde a produção manufatureira, Marx esclarece que a direção social do processo de produção se consolida como poder que domina os trabalhadores. A separação entre os trabalhadores que realizam o trabalho manual e os assalariados que realizam o controle e direção do processo de trabalho em nome do capital se constitui no período manufatureiro e se intensifica como funções exclusivas no âmbito da fábrica peculiar à grande indústria.

Embora a maquinaria descarte agora, tecnicamente, o velho sistema da divisão do trabalho, este persiste inicialmente como tradição da manufatura, por hábito, na fábrica, para ser, depois, reproduzido e consolidado sistematicamente pelo capital como meio de exploração da força de

trabalho de forma ainda mais repugnante. Da especialidade por toda a vida em manejar uma ferramenta parcial surge, agora, a especialidade por toda a vida em servir a uma máquina parcial. Abusa-se da maquinaria para transformar o próprio trabalhador, desde a infância, em parte de uma máquina parcial. (MARX, 1984, p. 43).

Um dos elementos fundamentais para o entendimento imanente dos efeitos que a máquina faz no operário é que na cooperação simples e na divisão manufatureira do trabalho o operário utilizava as ferramentas no processo produtivo, contudo, na fábrica, é o operário que irá servir a máquina. Nesse sentido, Marx (1984, p. 43) conclui que a força de trabalho é incorporada ao capital constante “como apêndice vivo”. O trabalhador é quem se adapta antecipadamente à dinâmica da maquinaria da produção industrial. Se no período manufatureiro o trabalhador se adequava permanentemente àquela função cristalizada executada durante muito tempo, ao longo de gerações, na grande indústria essa fixação de função não será mais necessária. Explica Marx (1984, p. 42):

à medida que a própria maquinaria coletiva constitui um sistema de máquinas variadas, atuando ao mesmo tempo e de modo combinado, a cooperação nela baseada exige também uma divisão de diferentes grupos de trabalhadores entre as diferentes máquinas. Mas a produção mecanizada supera a necessidade de fixar à moda da manufatura essa divisão por meio da apropriação permanente do mesmo trabalhador à mesma função.

Isso porque na totalidade global do trabalho realizado na fábrica é a máquina e o trabalhador como “apêndice vivo” que cristaliza o impulso ao movimento da produção, que não dependerá exclusivamente do trabalhador e sua ferramenta. Se na manufatura o trabalhador realizava uma função fixa de acordo com seu trabalho durante muito tempo, na fábrica, o operário realiza o trabalho de acordo com as necessidades do meio de trabalho e nesse sentido, a maquinaria transforma o trabalhador em “parte de uma máquina parcial”. O próprio desenvolvimento científico e tecnológico das máquinas é planejado de forma externa ao conjunto que apenas executam o trabalho manual.<sup>37</sup> Os operários de fábrica encontram os meios de produção e a regularidade eficientemente desenvolvida para a execução já projetada

---

<sup>37</sup> Esta problemática é apenas levantada aqui, mas será aprofundada na seção 3.

antecipadamente e prontos. Os trabalhadores se adaptam às condições materiais de produção que antecipadamente, de forma alheia, lhes são impostas materializando os interesses do capital.

O trabalho se torna uma atividade penosa e extenuante como uma tortura que é imposta. Como retrata Marx (1984, p. 43-44),

toda produção capitalista, à medida que ela não é apenas processo de trabalho, mas ao mesmo tempo processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é o trabalhador quem usa as condições de trabalho, mas, que, pelo contrário, são as condições de trabalho que usam o trabalhador: só, porém, com a maquinaria é que essa inversão ganha realidade tecnicamente palpável. Mediante sua transformação em autômato, o próprio meio de trabalho se confronta, durante o processo de trabalho, com o trabalhador como capital, como trabalho morto que domina e suga a força de trabalho viva.

É importante ressaltar que para Marx (1983, p. 263), a divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual na esfera fabril cumpre função social de reproduzir os domínios do capital sobre o trabalho. Além disso, a cisão entre execução e planejamento do processo de trabalho adquire função social específica no capitalismo. Segundo Marx, a função de dirigir, mediar, superintender e controlar o processo de trabalho se transforma em forças estranhas aos domínios dos produtores, cristalizada como função do capital.

A configuração autonomizada e alienada que o modo de produção capitalista imprime em geral às condições de trabalho e ao produto do trabalho em confronto com o trabalhador desenvolve-se, pois com a maquinaria, numa antítese completa. Daí, pela primeira vez, com ela, a revolta brutal do trabalhador contra o meio de trabalho. O meio de trabalho mata o trabalhador. Esta antítese direta aparece, no entanto, de maneira mais evidente sempre que a maquinaria recém-introduzida concorre com a produção artesanal e manufatureira tradicional. (MARX, 1984, p. 49).

A forma peculiar do trabalho que objetiva valor - o trabalho abstrato, por um lado desenvolve as forças produtivas, ampliando a produção do conteúdo material da riqueza social e, por outro lado, ratifica o seu caráter alienador. O desenvolvimento do modo de produção capitalista determina também o processo de dilaceramento material e espiritual da classe trabalhadora. Nesse sentido, pode-se afirmar partindo da análise de Marx que, a divisão do trabalho no sistema articulado de máquinas da fábrica se consolida representando a forma material de dominação

do capital. A maquinaria é, antes de tudo, a consolidação do meio de trabalho que cristaliza a dominação do capital enquanto base material de exploração capitalista.

Após analisarmos o percurso histórico da consolidação das relações de produção capitalista, tendo como foco as determinações sócio-históricas do desenvolvimento da divisão social do trabalho, evidenciamos as condições e pressupostos da produção da mercadoria. Caracterizamos as condições sociais do trabalho especificamente capitalista, o trabalho abstrato e a partir da análise de Marx, sua relação com a processualidade da divisão do trabalho no capitalismo. Na próxima seção, veremos os aspectos essenciais que caracterizam a relação entre a função social da processualidade histórica da divisão do trabalho no capitalismo e o despotismo do capital.

### **3 A DIVISÃO DO TRABALHO COMO EXPRESSÃO DA EXPLORAÇÃO DO CAPITAL SOBRE O TRABALHO**

Retomaremos a análise de Marx acerca dos principais aspectos relacionados à produção industrial a partir da consolidação da Grande Indústria e os efeitos dessas mudanças na organização do processo de produção. Serão levantadas algumas das principais contribuições de Marx, ao afirmar que o processo de trabalho especificamente capitalista possui a dualidade em ser trabalho produtor de valores de uso e trabalho específico ao capitalismo, enquanto valorizador de capital.

Vale salientar que além de expormos os aspectos gerais sobre a teorização de Marx acerca da separação entre o planejamento e a execução do trabalho capitalista, será seguido também o seu percurso de comparação e distinção da divisão do trabalho que era realizada no período manufatureiro e sua transição para o período fabril. O autor analisa os principais aspectos da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual revelando a relação de “oposição como inimigos” como característica da divisão do trabalho desenvolvida no capitalismo maduro.

Vale ressaltar que partindo da análise de Marx, buscou-se priorizar as determinações imanentes quanto ao método, organização e transição da produção manufatureira à consolidação do sistema fabril moderno. Diante dessa análise, procuramos observar como a função social da divisão do trabalho capitalista se instaura e como se desenvolve no seio da produção e da sociedade capitalista. Por fim, procuramos evidenciar como se concretiza a função social da divisão social do trabalho capitalista como expressão da exploração do trabalho pelo capital por ser pressuposto incondicional da produção de mercadorias.

### **3.1 A divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual: cisão entre planejamento e execução**

Como pudemos observar, a partir da análise de Marx, os avanços tecnológicos e científicos na produção capitalista sob o regime consolidado da maquinaria nas fábricas revolucionam todo o modo de produção capitalista e todos os aspectos da vida social. Como já evidenciado pelo autor, essas mudanças acarretaram grandes alterações nas condições de trabalho e de vida do trabalhador. Os impactos da maquinaria na produção social representaram uma espécie de disciplinamento rigoroso e forçado sobre a vida e as condições de produção do operário. Como veremos, para Marx o domínio que é imposto aos produtores é condicionado por uma determinação material do próprio modo de produção social.

Com a industrialização, a divisão do trabalho passou a ser reconhecida enquanto método de exploração do trabalho social de forma mais lucrativa. Na produção, o capital dita a ordem, impõe o controle e a disciplina contra as resistências dos trabalhadores na organização e a potencialização do processo de trabalho. Na manufatura ainda existia a relação de reconhecimento entre o trabalhador e o uso de suas ferramentas, porque a produção exigia sua habilidade e experiência com o manejo e escolha dos instrumentos de trabalho.

Uma vez que a habilidade artesanal continua a ser a base da manufatura e que o mecanismo global que nela funciona não possui nenhum esqueleto objetivo independente dos próprios trabalhadores, o capital luta constantemente com a insubordinação dos trabalhadores. [...] Por todo o período manufatureiro continua, por isso, a queixa sobre a falta de disciplina dos trabalhadores. E se não tivéssemos os testemunhos dos escritores da época, os simples fatos de que do século XVI até a época da grande indústria o capital não conseguiu apoderar-se do tempo total disponível dos trabalhadores manufatureiros, que as manufaturas eram de vida curta e, de acordo com a imigração ou a emigração dos trabalhadores, [...]. (MARX, 1983, p. 288).

Destaca Marx que era peculiar ao período manufatureiro a falta de disciplina dos trabalhadores, porque a separação entre a concepção e execução é um longo e dinâmico processo que perdura e “até a época da grande indústria o capital não conseguiu apoderar-se do tempo total disponível dos trabalhadores manufatureiros”

(1983, p. 288). A partir da produção industrial, essa relação será modificada consolidando o trabalhador, como capital variável, e o complexo industrial da maquinaria, como capital constante. O trabalhador da maquinaria não se reconhecerá nas escolhas e no processo de “manejo” dos meios de trabalho, que minimamente era feito na manufatura. Isso porque com a produção da grande indústria, antecipadamente a maquinaria será cientificamente planejada. A sua experiência a partir da habilidade manual, central na produção manufatureira, será substituída pela condição de mero apêndice da maquinaria específica à produção industrial.

Vale ressaltar, segundo o autor, que a maquinaria elevou a força produtiva do trabalho e implicou também no desenvolvimento intenso dos meios de produção e alterações significativas dos métodos de trabalho empregados. A divisão do trabalho, enquanto forma organizativa da produção condiciona o revolucionamento das forças produtivas capitalistas. A produção industrial possibilita a extração da mais-valia relativa, ou seja, mesmo que o tempo de trabalho seja reduzido, haverá a “correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho” (MARX, 1983, p. 251), ou seja, do tempo de trabalho socialmente necessário e a mais-valia.

O desenvolvimento da força produtiva do trabalho, no seio da produção capitalista, tem por finalidade encurtar a parte da jornada de trabalho durante a qual o trabalhador tem de trabalhar para si mesmo, justamente para prolongar a outra parte da jornada do trabalho durante a qual pode trabalhar gratuitamente para o capitalista. (MARX, 1983, p. 255).

De acordo com Marx (1984, p. 28), a maquinaria “é o meio mais poderoso de elevar a produtividade do trabalho, isto é, de encurtar o tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria.” A maquinaria potencializa nas indústrias de imediato o prolongamento da jornada de trabalho para além de qualquer limite natural (MARX, 1984, p. 28). Além disso, ela cria as novas condições que “capacitam o capital a dar livre vazão a essa sua tendência constante e, por outro lado, novos motivos para aguçar seu apetite voraz por trabalho alheio” (MARX, 1984, p. 29).

Com a maquinaria, Marx afirma que tanto o movimento e a atividade operativa, como também o meio de trabalho, se autonomizam face ao operário. O

autor ressalta que para o trabalhador da manufatura, “o número de instrumentos de trabalho com que ele pode operar ao mesmo tempo é limitado pelo número de seus instrumentos naturais de produção, seus próprios órgãos corpóreos” (MARX, 1984, p. 29). Todavia, a partir da consolidação da maquinaria na produção, há uma mudança essencial, pois “o número de ferramentas com que a máquina-ferramenta joga simultaneamente está, de antemão, emancipado da barreira orgânica que restringe a ferramenta manual de um trabalhador” (MARX, 1984, p. 09).

Essa condição de ir para além dos limites corpóreos do trabalhador faz com que a grande indústria através da maquinaria se consolide enquanto meio de produção desenvolvido e potencialmente condicionado a dinamizar o processo de trabalho. Se o trabalho era realizado em determinado período de tempo, com a maquinaria pode-se reduzir o tempo de trabalho e aumentar a extração da mais-valia, potencializando e intensificando o trabalho.

Assim que a redução da jornada de trabalho, que cria de início a condição subjetiva para a condensação do trabalho, ou seja, a capacidade do trabalhador em liberar mais força num tempo dado, se torna obrigatória por lei, a máquina, na mão do capitalista, transforma-se no meio objetivo e sistematicamente aplicado de espremer mais trabalho no mesmo espaço de tempo. (MARX, 1984, p. 35).

A utilização capitalista da máquina eleva a produtividade do trabalho e amplia a possibilidade de extração de mais-valia de maneira inovadora. A maquinaria desenvolve inúmeros ramos industriais, complexifica a produção e impulsiona o desenvolvimento da “divisão social do trabalho incomparavelmente mais avante do que a manufatura, pois amplia a força produtiva dos setores de que se apodera em grau incomparavelmente mais elevado” (MARX, 1984, p. 59). A consolidação do meio de trabalho enquanto meio de subordinação do operário ao capital faz da máquina uma ferramenta essencial para a dominação capitalista. A maquinaria, de forma inédita, potencializa o conteúdo e objetivo específico da produção capitalista, intensificando a exploração do trabalho pelo capital ao elevar a extração de mais-trabalho.

A divisão do trabalho no sistema articulado de máquinas gera a organização de novas formas e métodos de produção. Uma das principais mudanças levantadas

por Marx refere-se à consolidação da divisão entre as “potências espirituais do processo de produção e o trabalho manual.” Conforme afirma:

a separação entre as potências espirituais do processo de produção e o trabalho manual, bem como a transformação das mesmas em poderes do capital sobre o trabalho, se completa, como já foi indicado antes, na grande indústria erguida sobre a base da maquinaria. A habilidade pormenorizada do operador de máquinas individual, esvaziado, desaparece como algo ínfimo e secundário perante a ciência, perante as enormes forças da Natureza e do trabalho social em massa que estão corporificadas no sistema de máquinas e constituem com ele o poder do “patrão” (*master*). (MARX, 1984, p. 44).

Observa-se segundo Marx, que do ponto de vista da separação entre as “forças espirituais” e o trabalho manual é uma condição para que estas se transformem em poderes do capital sobre o trabalho na produção fabril. Essa passagem revela que, de acordo com Marx, o desenvolvimento do conhecimento científico corporificado no sistema combinado de máquinas representa o poder do “patrão”. Além disso, indica o autor que o “cérebro” exclusivo representante dos interesses do “patrão” através do monopólio da maquinaria oprime os “braços” dos trabalhadores manuais de modo a concretizar o seu poder. Vale salientar que a constituição do “poder do patrão” e do trabalho social que objetiva *valor*, tem materialidade concreta no conjunto do sistema de máquinas e na organização do trabalho com a divisão entre trabalho manual e intelectual.

O trabalho manual é, portanto, subjugado pelo poder do “patrão” através da nova dinâmica da produção que se consolida através da maquinaria. As potências espirituais do processo de produção são transformadas em poderes do capital sobre o trabalho. A direção social do processo de trabalho é função do capital e se corporifica em força alheia aos domínios do trabalho. É na maquinaria que a subordinação do trabalho ao capital se completa, pois a direção social exercida pelo capital reúne a função de dirigir, regular, controlar e superintender o processo de trabalho. Como afirma Marx, o “corpo total produtivo” situa-se fora dos produtores, cristalizados no capital (1983, p. 263).

A grande indústria rasgou o véu que ocultava aos homens seu próprio processo de produção social e que transformava os diversos ramos da produção, que se haviam naturalmente particularizado, em enigmas de uns para os outros e até mesmo para o iniciado em cada ramo. Seu princípio — dissolver cada processo de produção, em si e para si, e para começar sem nenhuma consideração para com a mão humana, em seus elementos

constitutivos — produziu a bem moderna ciência da tecnologia. As coloridas configurações, aparentemente desconexas e ossificadas, do processo de produção social se dissolveram em aplicações conscientemente planejadas e sistematicamente particularizadas, de acordo com o efeito útil tencionado das ciências naturais (MARX, 1984, p. 88-89).

A maquinaria condicionada pelo intenso progresso do conhecimento científico, principalmente, das ciências naturais, concretiza também, através da extirpação dos produtores “das forças espirituais” do processo de trabalho, a autonomização da maquinaria perante o trabalho manual. Os “braços” subjugados com “desprezo” na fábrica se reconhecem enquanto “apêndice” da maquinaria. E o que é fundamental observar, de acordo com Marx, é que o trabalho manual perde gradativamente os domínios do planejamento, controle, e regulação do processo de trabalho.

A divisão do trabalho peculiar à grande indústria se consolida com a separação entre as forças espirituais e o trabalho manual. O planejamento da produção com a maquinaria adquire uma funcionalidade exclusiva à moderna ciência da tecnologia. Como analisamos no período manufatureiro, a divisão entre o trabalho manual e intelectual já havia se desenvolvido tão logo uma “espécie particular de assalariados passou a comandar em nome do capital” (MARX, 1983, p. 264). O período que compreende a grande indústria complexifica a divisão entre trabalho manual e intelectual e no âmbito fabril consolida a oposição entre os produtores que realizam o processo de trabalho e os assalariados que corporificam os interesses do capital. No que se refere ao desenvolvimento da ciência da tecnologia, e às mudanças na produção, afirma o autor:

a tecnologia descobriu igualmente as poucas formas básicas do movimento, em que necessariamente ocorre todo fazer produtivo do corpo humano, apesar da diversidade dos instrumentos utilizados, assim como a Mecânica não se deixa enganar pela maior complicação da maquinaria quanto à repetição constante das potências mecânicas simples. A indústria moderna nunca encara nem trata a forma existente de um processo de produção como definitiva. [...] Por meio da maquinaria, de processos químicos e de outros métodos, ela revoluciona de forma contínua, com a base técnica da produção, as funções dos trabalhadores e as combinações sociais do processo de produção. Com isso, ela revoluciona de modo igualmente constante a divisão do trabalho no interior da sociedade e lança sem cessar massas de capital e massas de trabalhadores de um ramo da produção para outro. A natureza da grande indústria condiciona, portanto, variação do trabalho, fluidez da função, mobilidade, em todos os sentidos, do

trabalhador. Por outro lado, reproduz em sua forma capitalista a velha divisão do trabalho com suas particularidades ossificadas. (1984, p. 88-89).

Percebe-se que com o complexo desenvolvimento das forças produtivas e dos métodos de organização do trabalho realizados com a “revolução” da grande indústria, se complexifica também a divisão social do trabalho na sociedade. Segundo Marx, a expansão da “divisão internacional do trabalho”<sup>38</sup> gera a multiplicação de produtos para consumo considerados de “luxo”, o intenso desenvolvimento de novas matérias-primas, e o vasto mercado mundial que passará a se desenvolver. A produção industrial se expande de forma considerável.

O processo de trabalho, como analisamos na primeira seção, é a atividade indispensável para a vida humana. Como vimos os homens ao transformarem a natureza, “*medeiam, regulam e controlam*” toda a sua ação no sentido de satisfazer as suas necessidades. Todavia, Marx deixa claro que na medida em que o trabalho se complexifica, novas necessidades vão sendo criadas num processo ininterrupto de evolução e complexificação das relações sociais de produção. O modo de produção capitalista apresenta como necessidade histórica transformar o processo de trabalho em um “processo social” que tem como função explorar o trabalho alheio, para a produção de mais-valia, reproduzindo o objetivo de autovalorização do capital. Nesse sentido, a forma material empreendida pelo capital dissociar as forças espirituais dos produtores, durante o processo de trabalho, ganha uma dimensão imprescindível para se explorar o trabalho com maior êxito.

Marx explica que a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual é um processo que se inicia com a cooperação, desenvolve-se na manufatura e se completa na grande indústria. Nas suas palavras:

as potências intelectuais da produção ampliam sua escala por um lado porque desaparecem por muitos lados. O que os trabalhadores parciais perdem, concentra-se no capital com que se confrontam. É um produto da divisão manufatureira do trabalho opor-lhes as forças intelectuais do processo material de produção como propriedade alheia e poder que os domina. **Esse processo de dissociação começa na cooperação simples**, em que o capitalista representa em face dos trabalhadores individuais a unidade e a vontade do corpo social de trabalho. **O processo desenvolve-se na manufatura**, que mutila o trabalhador, convertendo-o em trabalhador parcial. **Ele se completa na grande indústria**, que separa do trabalho a

---

<sup>38</sup> No original “Das Kapital” temos: “internationale Teilung der Arbeit” (MARX, 1962, p. 475).

ciência como potência autônoma de produção e a força a servir ao capital. (MARX, 1983, p. 283-284, grifos nossos).

O processo de instauração da divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual acontece originalmente na destituição da mediação, regulação e controle que o trabalhador possuía na totalidade do processo de trabalho. Esse processo trouxe inúmeras consequências, desde a cisão entre produtor e o processo produtivo, à sua deterioração física, quanto ao seu empobrecimento material e espiritual. O desenvolvimento processual e histórico da dissociação entre as forças intelectuais dos trabalhadores na totalidade do processo de produção capitalista se materializa na oposição das forças intelectuais como poder alheio que exerce domínio sobre os trabalhadores.

Para Marx (1983, p. 283-284), a dissociação entre trabalho manual e trabalho intelectual começa na cooperação simples, caracterizando o início da forma capitalista de produção, pois a unidade da produção se representa como propriedade do capital. A oposição entre as potências intelectuais da produção e o produtor que realiza o trabalho manual na cooperação simples transforma o antigo mestre das corporações de ofício, no capitalista que detém a unidade do processo de trabalho face aos trabalhadores. No período manufatureiro, esse processo se desenvolve, tendo como produto da divisão manufatureira do trabalho a oposição entre as forças intelectuais do processo material de produção e a composição do trabalhador coletivo pelo conjunto dos trabalhadores parciais que realizam o trabalho manual.

Vale lembrar que, para Marx (1983, p. 260), desde que o trabalho se tornou realização específica do “trabalhador coletivo”, com a cooperação dos trabalhadores parciais combinados, a função social do trabalho especificamente capitalista se consolidou enquanto “trabalho social objetivado em valor” (MARX, 1983, p. 257). Além disso, a constituição do trabalhador coletivo foi condição para que se pudesse libertar o próprio empregador – que investiu capital individual – do trabalho manual. A liberação do empregador da antiga corporação de ofício da execução do trabalho manual consolida-se enquanto relação formal do capital. Marx aponta que desde o início da cooperação, a separação entre trabalho manual e o comando do capital já

estava sendo originada nas oficinas que reuniam os meios de produção concentrados.

Além disso, Marx (1983, p. 262-263) afirma que a separação entre o trabalho manual e o poder do capital torna-se indispensável para a exploração do trabalho pelo capital. “O comando do capital converte-se numa exigência para a execução do próprio processo de trabalho, numa verdadeira condição da produção” (MARX, 1983, p. 263). Assim, a divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual aparece para a consolidação do modo de produção capitalista como condição indispensável ao desenvolvimento de uma produção industrial em massa. Vale dizer, segundo o autor, que a função de direção e comando do processo de trabalho se torna função específica do capital, a qual ao longo do desenvolvimento capitalista assume características particulares.

Como o capitalista, de início, é libertado do trabalho manual, tão logo seu capital tenha atingido aquela grandeza mínima, com a qual a produção capitalista verdadeiramente capitalista apenas começa, assim ele transfere agora a função de supervisão direta e contínua do trabalhador individual ou de grupos de trabalhadores a **uma espécie particular de assalariados**. Do mesmo modo que um exército precisa de oficiais superiores militares, uma massa de trabalhadores, que cooperam sob o comando do mesmo capital, necessita de oficiais superiores industriais (dirigentes, *managers* e suboficiais (*capatazes, foremen, overlookers, contre-maîtres*) que [*sic*] durante o processo de trabalho **comandam em nome do capital**. O trabalho da superintendência se cristaliza em sua função exclusiva. (MARX, 1983, p. 263-264, grifo nosso).

Observa-se, segundo nosso autor, que o poder, o controle e o domínio que o capital exerce sobre o trabalhador têm a sua base material no desenvolvimento histórico da produção capitalista. A extirpação das potências intelectuais do processo material de produção é condição necessária ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Nesse sentido, a dominação do capital se consolida a cada fase da processualidade histórica da divisão do trabalho. Como explica Marx (1983, p. 264), desde que a função de supervisão tornou-se atribuição exclusiva de uma espécie particular de assalariados que representam o comando supremo do capital, já se introduzia a direção despótica do capital na produção. Marx afirma que assim como um exército necessita de “oficiais superiores militares, uma massa de trabalhadores que cooperam sob o comando do mesmo capital”, necessita de superiores industriais que comandam em nome do capital (MARX, 1983, p. 263).

A função de supervisionar e controlar o processo de trabalho se cristaliza como função exclusiva por esses assalariados que controlam os produtores representando e personificando o poder do capital. Marx afirma que “a função de dirigir, superintender e mediar” é realizada por superiores industriais: dirigentes e gerentes; e suboficiais: capatazes, mestres, supervisores e contra-mestres. Nesse sentido, o controle através da supervisão do processo de produção é realizado como função exclusiva de assalariados que exercem o comando em nome do capital.

A organização e o desenvolvimento da produção se realizam de forma alheia e exterior aos operários de fábrica.<sup>39</sup> O trabalho manual é excluído do processo de planejamento, controle e supervisão do processo de trabalho. Além disso, o trabalho desenvolvido na fábrica através da maquinaria faz com que o sistema de máquinas articulado agrida incisivamente a vida do trabalhador, como detalha Marx:

enquanto o trabalho em máquinas agride o sistema nervoso ao máximo, ele reprime o jogo polivalente dos músculos e confisca toda a livre atividade corpórea e espiritual. Mesmo a facilitação do trabalho torna-se um meio de tortura, já que a máquina não livra o trabalhador do trabalho, mas seu trabalho de conteúdo. Toda produção capitalista, à medida que ela não é apenas processo de trabalho, mas ao mesmo tempo processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é o trabalhador quem usa as condições de trabalho, mas, que, pelo contrário, são as condições de trabalho que usam o trabalhador: só, porém, com a maquinaria é que essa inversão ganha realidade tecnicamente palpável. Mediante sua transformação em autômato, o próprio meio de trabalho se confronta, durante o processo de trabalho, com o trabalhador como capital, como trabalho morto que domina e suga a força de trabalho viva. A *separação entre as potências espirituais do processo de produção e o trabalho manual*, bem como a transformação das mesmas em poderes do capital sobre o trabalho, se completa, como já foi indicado antes, na grande indústria erguida sobre a base da maquinaria. (1984, p. 43, grifo nosso).

A *unidade* ontológica entre “*cabeça e mão*” intrínseca do processo de trabalho, tal como analisamos na seção 1, no modo de produção capitalista é cindida e esta divisão do trabalho é caracterizada por ser utilizada como método de dominação do capital. O processo de dissociação entre “*cabeça e mão*” se faz condição essencial para o desenvolvimento do trabalho humano abstrato. Como já

---

<sup>39</sup> É válido ressaltar que a subjetividade e capacidade cognitiva do trabalhador continuam presentes, do ponto de vista de suas características humanas. Todavia, o trabalhador manual perde o controle e os domínios da totalidade do processo global do trabalho e, portanto, as “forças espirituais” do trabalho, sendo a sua subjetividade atrofiada no processo de trabalho alienado. Significa revelar a essência do modo de produção capitalista, a qual tem como base material, na produção fabril, a transformação “do trabalhador em acessório consciente de uma máquina parcelar” (MARX, 1983, p. 263).

analisamos, partindo de Marx, no capitalismo o domínio e controle do capital são exercidos a partir da personificação dos interesses do capital a uma espécie particular de assalariados que realizam a função de controlar, regular e fiscalizar a produção. Segundo Marx, os trabalhadores são “atrofiados pela divisão do trabalho” (1984, p. 56).

Na medida em que o processo de trabalho é puramente individual, o mesmo trabalhador reúne todas as funções que mais tarde se separam. Na apropriação individual de objetos naturais para seus fins de vida, ele controla a si mesmo. Mais tarde ele será controlado. O homem isolado não pode atuar sobre a Natureza sem a atuação de seus próprios músculos, sob o controle de seu próprio cérebro. Como no sistema natural cabeça e mão estão interligados (*sic*), **o processo de trabalho une o trabalho intelectual com o trabalho manual. Mais tarde separam-se até se oporem como inimigos.** (MARX, 1984, p. 105, grifos nossos).

O produtor põe em movimento a sua “corporalidade: braços e pernas, cabeça e mão” como unidade essencial do processo de trabalho em sentido universal (MARX, 1983, p. 149). Na sociedade capitalista, o trabalho se realiza no âmbito do processo de dissociação desta unidade através da divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual. A dissociação desta unidade é fundamental ao processo de dominação do capital sobre o trabalho. A oposição entre inimigos do trabalho manual com o trabalho intelectual se revela na oposição entre uma espécie particular de assalariados que desenvolvem o trabalho intelectual e personificam os interesses do capital contra os interesses do trabalho manual.

A divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, expressa uma relação antagônica entre classes sociais. Essa relação representa a oposição como inimigos entre a burguesia como classe parasitária do trabalho alheio e o proletariado enquanto classe produtora. Para Marx, o trabalho intelectual no modo de produção capitalista se cristaliza como função específica de comando do capital. Assalariados terão a função de controlar e organizar o processo produtivo consolidando o objetivo do capital que é extrair intensamente o mais-trabalho, o trabalho não pago. Já o trabalho manual, possui função social específica de produzir o conjunto de valores de uso, ao realizar a troca material com a natureza. Ou seja, é função exclusiva do trabalho manual transformar a natureza e produzir os meios de

subsistência e os meios de produção úteis à humanidade; o conteúdo material da riqueza produzida socialmente (MARX, 1983, p. 46)<sup>40</sup>.

A divisão do trabalho na fábrica automática é analisada pelo autor como etapa de um processo que completa a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Como afirma Marx, ocorre na fábrica a divisão entre as “classes principais” que são os trabalhadores de máquinas-ferramentas e ajudantes; e de pessoas que exercem o controle do conjunto da maquinaria (1984, p. 42). Além disso, Marx descreve a distinção entre os *operários de fábrica* e os *trabalhadores agregados aos operários* que desempenham funções de controle e reparação da maquinaria. Como explica detalhadamente:

a distinção essencial é entre trabalhadores que efetivamente estão ocupados com as máquinas-ferramentas (adicionam-se a estes alguns trabalhadores para vigiar ou então alimentar a máquina-motriz) e meros ajudantes (quase exclusivamente crianças) desses trabalhadores de máquinas. Entre os ajudantes incluem-se mais ou menos todos os *feeders* (que apenas suprem as máquinas com material de trabalho). Ao lado dessas classes principais, surge um pessoal numericamente insignificante que se ocupa com o controle do conjunto da maquinaria e com sua constante reparação, como engenheiros, mecânicos, marceneiros etc. *É uma classe mais elevada de trabalhadores, em parte com formação científica, em parte artesanal, externa ao círculo de operários de fábrica e só agregada a eles. Essa divisão de trabalho é puramente técnica.*<sup>41</sup> (MARX, 1984, p. 42, grifo nosso).

Observamos que Marx pela primeira e única vez, no Livro primeiro - tomos I e II faz referência à “divisão de trabalho puramente técnica”. Ressalta-se que o autor está apontando as condições materiais em que se realiza o trabalho fabril distinguindo as funções sociais dos trabalhadores do processo produtivo. Para o autor, há uma divisão entre quem executa o processo de trabalho e, portanto, realiza

---

<sup>40</sup> Trabalho aqui é apreendido a partir dos inúmeros exemplos de Marx: nos quais o trabalhador transforma a *natureza* – (objeto de trabalho/matéria-prima) – portanto, realiza o processo de trabalho (tal como analisado por Marx no Capítulo V de O Capital, 1983, pp. 147-163), para produzir valores de uso, que constituem “o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta” (MARX, 1983, p. 46). Como exemplifica o autor, sobre a produção de um casaco: “O casaco é um valor de uso que satisfaz a uma necessidade específica. Para produzi-lo, precisa-se de determinada espécie de atividade produtiva. Ela é determinada por seu fim, modo de operar, objeto, meios e resultado. O trabalho cuja utilidade representa-se, assim, no valor de uso de seu produto ou no fato de que seu produto é um valor de uso chamamos, em resumo, trabalho útil. Sob esse ponto de vista é considerado sempre em relação a seu efeito útil” (MARX, 1983, p. 50).

<sup>41</sup> Na versão original temos: “Diese teilung der Arbeit ist rein technisch” (MARX, 1962, p. 443); tal como na tradução para o português, que nos apoiamos: “Essa divisão de trabalho é puramente técnica” (MARX, 1984, p. 42).

o trabalho manual ao transformar a natureza (objeto de trabalho/matéria-prima); e os trabalhadores com formação científica e artesanal que controlam e repararam a maquinaria.

Segundo o autor, na fábrica, com o desenvolvimento da maquinaria emerge uma pequena parcela de trabalhadores, “um pessoal numericamente insignificante”, que se ocupa exclusivamente das funções de controle da produção. Marx afirma que se trata de “uma classe mais elevada de trabalhadores, [...] externa ao círculo de operários de fábrica e só agregada a eles” (1984, p. 42). Veja que para o autor há uma distinção entre esses trabalhadores: os que compõem o conjunto dos operários de fábrica e os que estão apenas agregados a este conjunto. Essa parcela de trabalhadores externa ao círculo dos operários, não realizam a execução do trabalho manual, e são especializados cientificamente ou artesanalmente e cumprem a função de controlar a maquinaria.

Na grande indústria, como afirma Marx (1983, p. 283), se completa o processo de dissociação entre as forças intelectuais da produção e o trabalho manual. Consolida-se a divisão entre os operários de fábrica que realizam a execução do trabalho manual e os trabalhadores que agregados ao círculo de operários de fábrica que realizam o “controle e reparação” do processo produtivo. Nesse sentido, o sistema fabril possui uma forma particular de divisão do trabalho que constitui as bases materiais de subordinação do operário ao capital, superando a subordinação formal a qual estava submetido no desenvolvimento da divisão do trabalho da produção manufatureira.

A subordinação técnica do operário ao andamento uniforme do meio de trabalho e a composição peculiar do corpo de trabalho por indivíduos de ambos os sexos e dos mais diversos níveis etários geram uma disciplina de caserna, que evolui para um regime fabril completo, e desenvolve inteiramente o trabalho de supervisão, já antes aventado, portanto ao mesmo tempo a divisão dos trabalhadores em trabalhadores manuais e supervisores do trabalho, em soldados rasos da indústria e suboficiais da indústria. (MARX, 1984, p. 44).

Assim, apresentamos a partir da análise de Marx, a especificidade da divisão do trabalho na grande indústria e o caráter particular que adquire na fábrica. Como vimos nas seções anteriores, a divisão do trabalho no processo produtivo expressa uma evolução quanto à instauração do aumento da produtividade e, ao mesmo

tempo, o seu desenvolvimento representa forma de domínio do capital sobre o trabalho. No próximo item veremos que a divisão social do trabalho na sociedade é dinamizada reciprocamente pelo desenvolvimento da divisão do trabalho na fábrica. A complexificação da divisão social do trabalho na sociedade capitalista representou uma das formas encontradas pelo capital de expandir o domínio sobre o trabalho. Em vista disso, poderemos verificar a partir do que Marx analisou a função social da divisão do trabalho específica do modo de produção capitalista.

### **3.2 Função social da divisão do trabalho capitalista**

No sistema capitalista o processo de trabalho, como já demonstrado na primeira seção, possui dupla determinação. Segundo Marx (1983; 1984), o trabalho que gera o valor de uso é universal e ineliminável, mas, por outro lado, na forma capitalista de produção o trabalho específico a esta sociedade – o trabalho abstrato – é o fundamento da existência do valor e da extração da mais-valia.

Marx (1983, p. 176) ressalta que quando o trabalhador durante o processo de trabalho produz a mais-valia e o valor de sua força de trabalho, o valor dos meios de sua subsistência da qual necessita, ele o faz “produzindo num contexto em que se baseia a divisão social do trabalho”. Na sociedade capitalista, o trabalhador produz os seus meios para subsistir através de mercadorias particulares que serão adquiridas através de seu salário e trocadas por dinheiro. Essa parte de trabalho da qual que o trabalhador depende para a sua própria reprodução Marx (1983, p. 176) denomina de tempo de trabalho necessário. Em suas palavras:

a parte da jornada de trabalho, portanto, em que sucede essa reprodução, eu chamo de tempo de trabalho necessário, e de trabalho necessário o trabalho despendido durante esse tempo. Necessário ao trabalhador, por ser independente da forma social de seu trabalho. Necessário ao capital e seu mundo, por ser a existência contínua do trabalhador a sua base. O segundo período do processo de trabalho, em que o trabalhador labuta além dos limites do trabalho necessário, embora lhe custe trabalho, dispêndio de força de trabalho, não cria para ele nenhum valor. Ela gera a mais-valia, que sorri ao capitalista com todo o seu encanto [...]. (MARX, 1983, p. 176).

O mais-trabalho objetivado, ou trabalho excedente - a mais-valia, nada cria em termos de desenvolvimento ou valor para a vida do trabalhador. A jornada de trabalho congrega esses dois momentos da produção capitalista, uma por ser a parte de tempo em que o trabalhador produz a reposição de sua força de trabalho e a parte em que ele despende mais-trabalho e produz a mais-valia para o capital (1983, p. 185). Predomina a ânsia do capitalista em alcançar “a feroz voracidade por mais-trabalho” através do impulso pelo prolongamento da força de trabalho ou através da intensificação do trabalho. Marx observa que a vontade capitalista em obter maior extração da mais-valia sempre foi concomitante à intenção de subordinar o trabalho ao capital. Se o processo de prolongamento da jornada de trabalho significou os passos iniciais da consolidação dessa subordinação, o autor afirma que a relação de compra e venda da força de trabalho legalizou essa subordinação. O assalariamento instaurou a formalização do contrato entre o capitalista proprietário dos meios de produção e que possui dinheiro para investir na compra da força de trabalho.

A produção capitalista, que é essencialmente produção de mais-valia, absorção de mais-trabalho, produz, [...] não apenas a atrofia da força de trabalho, a qual é roubada de suas condições normais, morais e físicas, de desenvolvimento e atividade. Ela produz a exaustão prematura e o aniquilamento da própria força de trabalho. Ela prolonga o tempo de produção do trabalhador num prazo determinado mediante o encurtamento de seu tempo de vida. O valor da força de trabalho compreende, entretanto, o valor das mercadorias necessárias para a reprodução do trabalhador ou a propagação da classe trabalhadora. (MARX, 1983, p. 212).

Marx relata que o desenvolvimento do trabalho abstrato atrofia a força de trabalho e extirpa as condições normais de desenvolvimento e atividade do trabalhador. O trabalho especificamente capitalista objetiva valor e, portanto, é essencialmente o trabalho que produz mais-valia com a apropriação privada de mais-trabalho. O trabalho abstrato produz o atrofiamento da força de trabalho a partir da consolidação da dissociação entre as forças espirituais e a execução do processo de trabalho. Desde o início da utilização da maquinaria na indústria, o capital tentou buscar métodos para reproduzir de forma mais barata a força de trabalho. A exploração do trabalho pelo capital tem como objetivo principal a extração da mais-valia relativa. Conforme explica Marx:

a máquina produz mais-valia relativa<sup>42</sup> não só ao desvalorizar diretamente a força de trabalho e, indiretamente, ao baratear as mercadorias que entram em sua reprodução, mas também em suas primeiras aplicações esporádicas, ao transformar em trabalho potenciado o trabalho empregado pelo dono de máquinas, ao elevar o valor social do produto da máquina acima de seu valor individual, possibilitando ao capitalista assim substituir, com uma parcela menor de valor do produto diário, o valor diário da força de trabalho. Durante esse período de transição, em que a produção mecanizada permanece uma espécie de monopólio, os lucros são, por isso, extraordinários e o capitalista procura explorar ao máximo essa “lua-de-mel” por meio do maior prolongamento possível da jornada de trabalho. A grandeza do ganho estimula a voracidade por mais ganho (1984, p. 31).

No período de transição para a produção totalmente mecanizada, há a convivência entre distintas formas de exploração do trabalho através da coexistência da extração da mais-valia absoluta e a mais-valia relativa. Marx (1984, p. 31) revela que com a generalização da maquinaria, o capital começa a perceber que “a mais-valia só se origina da parte variável do capital e vimos que a massa de mais-valia é determinada por dois fatores, a taxa de mais-valia e o número de trabalhadores simultaneamente ocupados” (MARX, 1984, p. 31). A aplicação capitalista da maquinaria na produção gera uma “população operária excedente, compelida a aceitar a lei ditada pelo capital” (MARX, 1984,, p. 32).

Marx ressalta um aspecto fundamental ao afirmar que o polo regente na produção fabril não é o operário da fábrica, mas, o sistema combinado de máquinas articuladas que são controladas pelo capital. Aliados a essa base material da produção especificamente capitalista consolidada, se engendram as relações de dominação constituídas no sistema fabril. O autor revela os aspectos mais concretos do modo de produção em que é exercida a dominação capitalista. Essa dominação não é meramente ideológica, e para além de ser subjetiva, ela tem uma base essencialmente objetiva. A base objetiva de dominação do capital encontra-se, nesse sentido, na própria unidade das condições de produção capitalista. É no período da grande indústria que o capital se consolida enquanto forma de controle e dominação despótica sobre o trabalho. Segundo Marx, a divisão do trabalho na fábrica representa a forma concreta e já consolidada dessa direção despótica, porque materializa as condições sociais de dominação.

---

<sup>42</sup> Destacamos que nessa passagem Marx (1984, p. 31) problematiza a extraordinária evolução do meio de trabalho com a relevância da máquina no processo de trabalho, todavia, apesar da ênfase desta citação, no conjunto de sua obra é sabido que não é a máquina que independentemente do trabalhador irá produzir mais-valia e, portanto executar o processo de trabalho.

O código fabril, em que o capital formula, por lei privada e autoridade própria, sua autocracia sobre seus trabalhadores, sem a divisão dos poderes tão cara fora daí à burguesia e sem o ainda mais amado sistema representativo, é apenas a caricatura capitalista da regulação social do processo de trabalho, que se torna necessária com a cooperação em grande escala e a utilização de meios coletivos de trabalho, notadamente a maquinaria. No lugar do chicote do feitor de escravos surge o manual de penalidades do supervisor. (MARX, 1984, p. 44-45).

A autocracia do capital sobre os trabalhadores se evidencia na “regulação social do processo de trabalho” que é exercida pelo capital. Marx afirma que na medida em que o processo de trabalho se complexifica, com a cooperação em grande escala e no uso coletivo da maquinaria, a regulação social da produção demanda gradativamente medidas repressivas. Nesse sentido, o código fabril representado como “manual de penalidades” é formulado pelo próprio capital, é lei ditada pelo próprio capital que domina os trabalhadores.

Marx afirma que a dominação do capital é exercida pelo “supervisor” da produção que cumpre o papel fundamental de regular a produção na aplicação do código fabril, o qual substitui o “chicote do feitor”. Veja que Marx deixa evidente que a parcela de assalariados que supervisiona e regula o processo de trabalho representa a autoridade do capital sobre os trabalhadores. A divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual na fábrica representa uma forma autocrática e despótica de dominação do capital sobre os produtores. Tem-se uma parcela de assalariados que irá desempenhar uma função exclusivamente repressiva sobre os trabalhadores ao controlar a produção. Isso porque o conjunto de trabalhadores assalariado que realizam o “trabalho intelectual” personifica os interesses do capital.

A produção baseada na maquinaria consolida a dominação do capital sobre o trabalhador e sobre a produção. Esta forma despótica de dominação é potencialmente possibilitada por cindir o processo de trabalho entre forças intelectuais e o trabalho manual. Esta divisão do trabalho ao dinamizar a produção capitalista e aumentar a produtividade do trabalho, por outro lado potencializa o aumento da extração de mais-valia que “atrofia e aniquila o próprio trabalhador” (MARX, 1983, p. 212). Marx afirma que a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual faz com que o operário produtor do processo social de trabalho desempenhe função secundária junto à maquinaria que é meio de produção. As

condições sociais de produção expressam as relações sociais do trabalho abstrato e nesse sentido,

a luta entre capitalista e assalariado começa com a própria relação – capital. Ela se agita por todo o período manufatureiro. Mas só a partir da introdução da maquinaria é que o trabalhador combate o próprio meio de trabalho, a forma de existência material do capital. Revolta-se contra essa forma determinada do meio de produção como base material do modo capitalista de produção (MARX, 1984, p. 46).

A máquina utilizada pelo capital representa a consolidação do sistema capitalista de produção ao completar o processo de divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. Todavia, Marx (1984, p. 47) afirma que apesar do meio de produção expressar materialmente a dominação do capital, ela não representa a totalidade da forma social de exploração. A maquinaria cristalizou uma forma de organização da produção que consolidou a dissociação das forças intelectuais do processo material de produção. A oposição entre forças sociais antagônicas: o *trabalho intelectual* (que personifica os interesses do capital) e entre o *trabalho manual* (que executa o trabalho ao transformar a natureza), expõe as características específicas que a divisão do trabalho adquire no capitalismo com a universalização da produção da mercadoria.

Como observamos, partindo da análise de Marx, a divisão do trabalho se relaciona diretamente através de seu desenvolvimento processual com as formas ou métodos particulares buscados pelo capital em almejar sua autovalorização e produção exaustiva de mais-valia. O autor identifica que a divisão do trabalho no capitalismo se relaciona com os métodos que o capital objetiva desenvolver na produção para aumentar intensamente a extração de mais-valia com o desenvolvimento das forças produtivas e aumento da produtividade do trabalho.

Vale lembrar que, para Marx,

a força produtiva do trabalho é determinada por meio de circunstâncias diversas, entre outras pelo grau médio de habilidade dos trabalhadores, o nível de desenvolvimento da ciência e sua aplicabilidade tecnológica, a combinação social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais. (1983, p. 48).

Observa-se também que todo o percurso que Marx empreende para analisar o modo de produção capitalista em suas inúmeras particularidades, pode ser relacionado com a determinação do capital em desenvolver as forças produtivas sociais do trabalho com o objetivo de consolidar o progresso capitalista. Esse progresso está condicionado por fatores naturais e sociais, nesse sentido, afirma o autor que “a produção da mais-valia absoluta gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona de alto a baixo os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais” (MARX, 1984, p. 106).

Explica Marx (1983, p. 250-251) em relação a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa:

entendemos aqui por aumento da força produtiva do trabalho em geral uma alteração no processo de trabalho, pela qual se reduz o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma mercadoria, que um menor *quantum* de trabalho adquira portanto a força para produzir um maior *quantum* de valor de uso. Enquanto pois na produção da mais-valia, na forma até aqui considerada, o modo de produção é suposto como dado, não basta de modo algum, para produzir mais-valia mediante a transformação do trabalho necessário em mais-trabalho, que o capital se apodere do processo de trabalho em sua forma historicamente herdada ou já existente, e apenas alongue sua duração [através da extração da mais-valia absoluta]. Tem de revolucionar as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, portanto o próprio modo de produção, a fim de aumentar a força produtiva do trabalho, mediante o aumento da força produtiva do trabalho reduzir o valor da força de trabalho, e assim encurtar parte da jornada de trabalho necessária para a reprodução deste valor [para a extração da mais-valia relativa].

A importante passagem revela que, para o autor, força produtiva do trabalho não se resume ao mero desenvolvimento tecnológico ou exclusivamente ao desenvolvimento da técnica isolada em si mesma. Há um conjunto de fatores históricos, sociais e naturais que influenciam na determinação da composição da força produtiva do trabalho. O intenso desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho com a maquinaria na indústria altera a repartição de um mesmo período de tempo de trabalho despendido pelos trabalhadores. Por um lado, diminui-se a parcela do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de determinada mercadoria e por outro lado, aumenta-se a parte despendida de mais-trabalho aumentando por isso a mais-valia. Esta alteração significou um dos maiores adventos do modo de produção capitalista e o consolidou enquanto modo de produção. A produção da mais-valia relativa, de acordo com Marx (1984, p. 106),

[...] supõe portanto um modo de produção especificamente capitalista, que com seus métodos, meios e condições nasce e é formado naturalmente apenas sobre a base da subordinação formal do trabalho ao capital. No lugar da formal surge a subordinação real do trabalho ao capital.

Marx explica que a consolidação do modo de produção especificamente capitalista com a grande indústria, se torna forma geral socialmente dominante do processo de produção, porque o capital se “apodera diretamente do processo de trabalho”, consolidando a subordinação real do trabalho ao capital (1984, p. 106-107). Na produção fabril a produtividade do trabalho se intensifica através das mudanças “de alto a baixo” dos processos técnicos na produção e nas formas de organização do trabalho. O desenvolvimento da indústria faz com que o processo de trabalho em determinado período de tempo possa ser realizado de forma a proporcionar maior taxa de produção da mais-valia (MARX, 1984, p. 109). Ou seja, com o desenvolvimento da produtividade e intensidade do trabalho e o maior domínio sobre as condições naturais, o capital através da generalização da produção industrial aumenta a produção da mais-valia com o desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho<sup>43</sup>.

Podemos afirmar, segundo Marx, que a função social da divisão do trabalho na esfera da produção e da divisão social do trabalho na sociedade capitalista reproduz a exploração do capital sobre o trabalhador e consolida a apropriação privada do trabalho alheio fruto do processo produtivo. A divisão do trabalho capitalista é expressão da base material que condiciona a reprodução despótica do capital enquanto relação social dominante na fábrica e na sociedade.

No próximo subitem analisaremos as formas específicas de controle do capital sobre a produção. Veremos que a divisão social do trabalho entre o trabalho manual versus trabalho intelectual representa uma oposição entre inimigos, a qual

---

<sup>43</sup> Afirma o autor (1983, p. 250-251): “entendemos aqui por aumento da força produtiva do trabalho em geral uma alteração no processo de trabalho, pela qual se reduz o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma mercadoria, que um menor *quantum* de trabalho adquira portanto a força para produzir um maior *quantum* de valor de uso. Enquanto pois na produção da mais-valia, na forma até aqui considerada, o modo de produção é suposto como dado, não basta de modo algum, para produzir mais-valia mediante a transformação do trabalho necessário em mais-trabalho, que o capital se apodere do processo de trabalho em sua forma historicamente herdada ou já existente, e apenas alongue sua duração. Tem de revolucionar as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, portanto o próprio modo de produção, a fim de aumentar a força produtiva do trabalho, mediante o aumento da força produtiva do trabalho reduzir o valor da força de trabalho, e assim encurtar parte da jornada de trabalho necessária para a reprodução deste valor.”

expressa uma forma encontrada pelo capital para explorar de forma mais intensa a força de trabalho. Além disso, poderemos visualizar melhor como se expressam as formas de exploração através da divisão do trabalho que reproduz o controle e o poder do capital através da direção despótica no âmbito das relações de produção capitalista.

### 3.2.1 O controle: dominação e poder do capital

Como vimos nas seções anteriores, a divisão do trabalho capitalista no interior do processo de trabalho desenvolve intensamente as forças produtivas dinamizando a produtividade do trabalho. Segundo Marx, a divisão manufatureira do trabalho impulsiona o amadurecimento da divisão do trabalho já encontrada no interior da sociedade. A divisão manufatureira do trabalho desenvolve por efeito recíproco a divisão do trabalho na sociedade (MARX, 1983, p. 278). Isso porque o capitalismo se caracteriza como modo de produção que generaliza a produção da mercadoria pressupondo como base, o desenvolvimento da divisão social do trabalho.

É nesta forma de sociedade que se concretiza o antagonismo social entre capitalistas proprietários dos meios de produção, que compram a força de trabalho, e o trabalhador que só possui sua força de trabalho como mercadoria a ser vendida para a sua sobrevivência. O trabalho no capitalismo tanto produz o conteúdo material da riqueza social, composta pelo conjunto dos valores de uso, como também produz a mais-valia e a valorização do capital. O processo de trabalho especificamente capitalista é realizado “para o capitalista e sob seu controle” (MARX, 1983, p. 149). As bases materiais que condicionam o desenvolvimento da produção capitalista se instauram enquanto domínio do capital sobre o trabalho. Vale dizer, de acordo com Marx, que o domínio do capital não se sustenta numa relação subjetiva, mas, sobretudo, tem sua base na extração da mais-valia, fundada pelo trabalho abstrato.

A dominação despótica que o capital exerce sobre o trabalho é uma condição ineliminável desse modo de controle especificamente capitalista. De acordo com

Marx, analisamos que a forma peculiar da produção capitalista – a manufatura, apesar de não consolidar a subsunção real do trabalho ao capital, estabelece as bases que irão reproduzir a relação de subordinação do trabalhador ao capitalista. Na medida em que o capital se consolida como relação social predominante, e se apodera diretamente do processo de trabalho, o trabalhador passa a ser controlado e coagido a produzir mais-valia para o capital. Ora, como afirma Marx (1983, p. 283):

se o trabalhador originalmente vendeu sua força de trabalho ao capital, por lhe faltarem os meios materiais para a produção de uma mercadoria, agora sua força individual de trabalho deixa de cumprir seu serviço se não estiver vendida ao capital. Ela apenas funciona numa conexão que existe somente depois de sua venda, na oficina do capitalista. Incapacitado em sua qualidade natural de fazer algo autônomo, o trabalhador manufatureiro só desenvolve atividade produtiva como acessório da oficina capitalista.

O processo de trabalho no capitalismo se realiza sob as bases de dominação do capital. Isso porque, como analisa Marx (1983, p. 154), o controle do capital sobre o trabalho acontece da forma concreta, porque o capitalista organiza e coloca em ordem o trabalho, cuidando para que o mesmo ocorra com o sucesso do emprego correto dos meios de produção, ou seja, que sejam empregados conforme seus fins. O domínio sobre o processo produtivo é função exclusiva do capital. Quem media, regula e controla o processo de trabalho é o capital, como explicou Marx (1984, p. 44), é o capital que exerce a “regulação social do processo de trabalho”. Na realização do trabalho abstrato, não é o trabalhador quem irá conscientemente planejar, controlar e regular sua ação determinada a um fim. O trabalho objetivado em valor é determinado pela finalidade de autovalorização do capital.

Mesmo que a mercadoria seja também valor de uso, como já observamos no início desse trabalho, a produção capitalista não tem como objetivo final satisfazer as reais necessidades humanas. Ao contrário, a atividade orientada a um determinado fim, os meios de trabalho e objetos que são transformados pelo trabalho, no capitalismo, cumpre a função de ser forma concreta de autovalorização do capital. Por isso, a cisão entre planejamento e execução através da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual representam formas encontradas pelo capital de exercer seu controle sobre o trabalho. A separação entre as potências espirituais

do processo de produção e o trabalho manual transforma essas forças intelectuais como “poderes do capital sobre o trabalho” (MARX, 1984, p. 44).

Nesse sentido, a dissociação entre trabalho manual e trabalho intelectual tem a função de reproduzir o controle do capital sobre o trabalho, fazendo do produtor do processo de trabalho um mero executor do trabalho manual que foi previamente planejado, calculado, cientificamente estudado pelo trabalho intelectual. O trabalhador se depara com a maquinaria como forma completa do processo de divisão entre planejamento e execução da produção. A maquinaria representa o meio objetivo de consolidar o poder despótico do capital sobre o trabalho.

A direção social do processo de trabalho se torna função específica do capital e, segundo Marx, essa função de direção terá características específicas no capitalismo. A direção social do capital sobre o processo de trabalho é uma direção repressiva e despótica, porque tem como meta vencer as resistências do trabalho, explorando-o continuamente.

Em primeiro lugar, o motivo que impulsiona e o objetivo que determina o processo de produção capitalista é a maior autovalorização possível do capital, isto é, a maior produção possível de mais-valia, portanto, a maior exploração possível da força de trabalho pelo capitalista. Com a massa dos trabalhadores ocupados ao mesmo tempo cresce também sua resistência e com isso necessariamente a pressão do capital para superar essa resistência. A direção do capitalista não é só uma função específica surgida da natureza do processo social de trabalho e pertencente a ele, ela é ao mesmo tempo uma função de exploração de um processo social de trabalho e, portanto, condicionada pelo inevitável antagonismo entre o explorador e a matéria-prima de sua exploração (MARX, 1983, p. 263).

A direção do capitalista no processo de trabalho exerce uma função de exploração no processo social de trabalho. A organização do trabalho, seja através da divisão do trabalho na manufatura ou na fábrica, representa as formas particulares de organização dos conjuntos de distintos trabalhos parciais, manufatureiros ou fabris. Na medida em que o volume dos meios de produção é concentrado, há a concretização da separação entre os produtores e os meios de produção que são propriedade do capitalista. Nesse sentido, a separação dos meios de produção dos trabalhadores requer um aumento da necessidade de controle de sua utilização através da dominação exercida pelo capital. Portanto, o processo de valorização do capital ocorre de maneira simultânea ao processo de controle do capitalista e instaura as bases da subordinação do trabalho frente ao capital.

Além disso, a cooperação dos assalariados é mero efeito do capital, que os utiliza simultaneamente. A conexão de suas funções e sua unidade como corpo total produtivo situa-se fora deles, no capital, que os reúne e os mantém unidos. A conexão de seus trabalhos se confronta idealmente portanto como plano, na prática como autoridade do capitalista, como poder de uma vontade alheia, que subordina sua atividade ao objetivo dela. (MARX, 1983, p. 263).

Segundo Marx (1983, p. 263), a conexão dos trabalhos distintos, como unidade de produção, é efeito do capital que possui os meios de produção concentrados e faz os trabalhadores cooperarem sob seu controle. O capital reúne e faz a conexão desses distintos trabalhos, porque dirige e regula o corpo social da produção. A unidade produtiva e sua conexão no âmbito do processo de trabalho global situam-se no capital, que se coloca como força estranha dos domínios dos produtores. A vontade que orienta o processo produtivo é alheia aos produtores, pois no capitalismo toda a produção é orientada para a realização dos objetivos do capital, que é extrair intensamente mais-valia ao explorar o trabalho.

Se, portanto, a **direção capitalista** é, pelo seu conteúdo, dúplice, em virtude da duplicidade do próprio processo de produção que dirige, o qual por um lado é processo social de trabalho para a elaboração de um produto, por outro, processo de valorização do capital, **ela é quanto à forma despótica**. (MARX, 1983, p. 263, grifos nossos).

Marx explica que a direção capitalista em sua forma é essencialmente despótica, porque o capital explora o trabalho através da extração de mais-valia, usurpando mais-trabalho e objetivando maior autovalorização possível do próprio capital. Como Marx evidenciou, a exploração do trabalho pelo capital através da apropriação do trabalho excedente em nada acrescenta como valor a ser usufruído pelos produtores. A produção social capitalista realizada pelos trabalhadores explorados simultaneamente, determina o conteúdo social da execução do trabalho que passa a exigir uma direção que assume características específicas. Essa direção é despótica, porque impõe objetivos alheios aos produtores, pois são objetivos pertencentes ao capital (MARX, 1983, p. 263).

Nesse sentido, a direção e o planejamento da produção devem pertencer exclusivamente função peculiar do capital, porque o que determina a produção capitalista é: a *produção e acumulação do capital*. O controle e a direção despótica se corporificam na autoridade do capital representado através do capitalista, que

condiciona “o poder de uma vontade alheia, que subordina [os produtores e] sua atividade ao objetivo dela” (MARX, 1983, p. 263). A autoridade capitalista na produção impõe aos trabalhadores seu interesse de satisfação das necessidades que condicionam a produção da mercadoria. A produção capitalista se desenvolve através da exploração do trabalho de outro, tendo como meta a concretização do objetivo de realização da mais-valia extraída na produção.

Marx descreve que inicialmente esta direção era realizada pelo próprio capitalista, mas, que posteriormente, passou-se a função de direção despótica a uma parcela particular de assalariados, como já descrevemos anteriormente. A particularidade dessa forma específica de direção é descrita pelo autor, ao afirmar que a direção da produção era realizada inicialmente pelo capitalista passa para os assalariados que personificam os interesses do capital. O que se busca incessantemente através das alterações na organização da produção é potencializar a produção da mais-valia. Essa forma social de produção implica necessariamente na consolidação da subordinação do trabalho ao comando do capital.

Em diferentes estágios de desenvolvimento da organização da produção, o capital buscou métodos para desenvolver em menor ou maior grau o seu domínio despótico. Desse modo, podemos afirmar que a processualidade histórica da divisão social do trabalho no capitalismo cumpre a função social de consolidar a exploração do trabalho pelo capital. Trata-se de uma condição de desenvolvimento para a produção de mercadorias.

Marx (1983, p. 263) sinaliza que tanto na produção da manufatura com a organização do processo de trabalho que se desenvolve a partir da formação do trabalhador coletivo, quanto na produção automatizada, a base material da produção é forma de existência do capital. O trabalho social realizado pelo mecanismo social composto por inúmeros trabalhadores parciais são concentrados enquanto propriedade do capitalista, assim como acontece no conjunto do sistema de máquinas operadas pelos operários da grande indústria. Como afirma o autor sobre a produção manufatureira:

a força produtiva originada da combinação dos trabalhos aparece por isso como força produtiva do capital. A manufatura propriamente dita não só submete ao comando e à disciplina do capital o trabalhador antes autônomo, mas cria também uma graduação hierárquica entre os próprios trabalhadores. Enquanto a cooperação simples em geral não modifica o

modo de trabalho do indivíduo, a manufatura o revoluciona pela base e se apodera da força individual de trabalho em suas raízes. Ela aleija o trabalhador convertendo-o numa anomalia, ao fomentar artificialmente sua habilidade no pormenor mediante a repressão de um mundo de impulsos e capacidades produtivas [...] (1983, p. 283).

O trabalhador coletivo como “mecanismo vivo da manufatura” é uma forma de organização da produção que é imposta ao conjunto de trabalhadores parciais. Por isso, o capital deve exercer o comando e impor disciplina sobre os trabalhadores. A elevação da produtividade do trabalho se realiza através da coerção dos trabalhadores. Na manufatura se desenvolve uma forma especificamente capitalista de cristalizar as profissões já existentes na divisão social do trabalho. Há a unilateralização das funções produtivas e através da divisão do trabalho que “ossifica” os distintos trabalhos como funções ou profissões específicas a determinados ramos produtivos.

Além disso, é na manufatura que se desenvolve o alheamento das forças intelectuais individuais do produtor, porque o capital irá se apoderar da força individual de trabalho dos produtores em suas raízes. Nesse sentido, a produção manufatureira extirpa as forças intelectuais do trabalhador que o força a executar coercitivamente sua habilidade a uma única operação mediante a repressão de uma infinidade de impulsos e capacidades produtivas. Vale ressaltar, que a divisão manufatureira do trabalho foi um método encontrado pelo capital para intensificar a extração da mais-valia, aumentando crescentemente sua autovalorização. Sobre a divisão manufatureira do trabalho, relata Marx (1983, p. 286)

Ela desenvolve a força produtiva social do trabalho não só para o capitalista, em vez de para o trabalhador, mas também por meio da mutilação do trabalhador individual. Produz novas condições de dominação do capital sobre o trabalho. Ainda que apareça de um lado como progresso histórico e momento necessário de desenvolvimento do processo de formação econômica da sociedade, por outro ela surge como um meio de exploração civilizada e refinada.

O controle nesse sentido tem a sua base material assentada nas condições objetivas de dominação do capital sobre o trabalho. O controle do capital sobre o trabalho se concretiza na medida em que a divisão do trabalho representa a direção social do capital sobre o processo de trabalho e sobre os produtores. A divisão entre

trabalho manual e o trabalho intelectual representa um meio de exploração do capital ao introduzir a ciência e os estudos tecnológicos como parte da força produtiva a serviço do capital.

O processo de consolidação da divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual se consolida na produção industrial ao ser buscada incessantemente disciplinar, controlar e submeter o trabalho manual aos imperativos da exploração do capital. O atrofamento que o trabalho abstrato desencadeia no trabalhador é consequência desse alheamento que o capital impõe na produção, quando os mesmos são cindidos entre meros executores do trabalho manual que são despoticamente dirigidos de forma externa ao círculo de produção pelo trabalho intelectual.

A relação despótica de direção social do capital acontece de forma alheia e externa, porque o trabalhador *não controla, regula e medeia* a sua troca material ao transformar a natureza no ato do trabalho especificamente capitalista. Na sociedade regida pelo capital se usurpa pelas raízes “as forças espirituais” do processo de produção. Nesse sentido, o trabalhador é destituído de qualquer direção, controle, regulação ou mediação sobre o processo de trabalho.

Como enfatizamos ao longo do texto, se no processo de trabalho enquanto eterna relação metabólica entre o homem e a natureza, o trabalhador orienta sua ação a um fim, para transformar a natureza e assim produzir os meios de que necessita para sobreviver, no processo de trabalho capitalista há a constituição de uma “aparente” independência do “mundo das coisas” em relação ao processo produtivo. A produção de mercadorias tem sua base fundante no trabalho que é reduzido a trabalho abstrato, e, portanto, é a base fundante que origina uma relação de dominação e poder despótico que o capital exerce sobre o trabalho. As características sociais do processo de produção, desse modo, não são fatores meramente ideológicos, mas são historicamente fundados por essa forma de produzir o capital.

O que é de fundamental importância verificar, de acordo com o autor, é que a autoridade que se desenvolvia na produção manufatureira e que depois se aprimora como formas específicas de dominação do capital com a consolidação da produção fabril representam expressões de subjugação de uma classe em relação à outra. O

despotismo que o capital estabelece como relação de controle e subordinação do trabalho se expressa através do domínio que impõe ao explorar os produtores.

Segundo Marx, o domínio do capital também condiciona o aviltamento, “a mutilação e aniquilamento” dos trabalhadores através dos “estímulos artificiais” de um determinado tipo de habilidade no desenvolvimento de atividade simples mediante “a repressão de um mundo de impulsos e capacidades produtivas” (1983, p. 283). Percebe-se que para o autor, a divisão do trabalho constitutiva das forças sociais produtivas como combinação social ou métodos de organização do processo de produção, oprime e subjuga o trabalho aos imperativos do capital. Trata-se de uma relação social de controle e dominação que tem a sua raiz no processo histórico de desenvolvimento das formas particulares de divisão do trabalho capitalista.

Por isso, a processualidade histórica da divisão do trabalho capitalista condiciona de modo exclusivo a relação de poder do capital sobre o trabalho. Marx analisa que o conjunto das forças produtivas do capital é composto por inúmeros aspectos, sociais, históricos, naturais. Mas, o que se revela essencial em nossa abordagem é que, para o autor, no capitalismo, o desenvolvimento histórico e processual da divisão do trabalho tem a função social peculiar em dinamizar a produtividade do trabalho e também reproduzir a base material de dominação, despotismo e controle do trabalho pelo capital. A exploração tem nesse sentido, suas raízes no desenvolvimento processual da divisão do trabalho capitalista específica ao trabalho abstrato.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos a divisão do trabalho no modo de produção capitalista, partindo da investigação realizada por Karl Marx em *O Capital*, observamos que a processualidade histórica da divisão do trabalho impulsiona o desenvolvimento das forças produtivas social do trabalho como progresso histórico necessário à consolidação desse modo de produção. Por outro lado, o desenvolvimento da divisão capitalista do trabalho produz as condições de dominação do capital sobre o trabalho.

Verificamos segundo Marx que a divisão do trabalho é parte constitutiva da organização do processo de trabalho. Na medida em que os homens estabelecem entre si relações sociais para transformar a natureza e produzirem seus meios de subsistência e meios de produção, a divisão social do trabalho comparece como categoria intrínseca desse processo. Como observou Marx (1983, p. 277), desde a existência dos primeiros agrupamentos sociais, a divisão do trabalho é forma organizativa para o desenvolvimento do trabalho. A divisão fisiológica do trabalho era realizada a partir das atribuições e características físicas, pelas virtudes naturais dos indivíduos, pela experiência da idade, características sexuais e melhor aptidão fisiológica para o desenvolvimento do trabalho.

Ao abordarmos a categoria trabalho, pudemos percorrer as características elementares desse processo, o qual é ineliminável para o desenvolvimento das relações sociais. Ao estudarmos os elementos simples do trabalho observamos que o seu desenvolvimento impõe ao processo de evolução humana características distintas das ações desenvolvidas pelos animais. O homem ao transformar a natureza desenvolve um complexo conjunto de relações entre os homens e com a natureza, para satisfazer as necessidades distintas. Desse modo, o trabalho cumpre a função social de ser atividade indispensável para a humanidade. O homem nesse processo constrói, e ao mesmo tempo, se constitui historicamente como ser social.

Pressupondo o processo de trabalho enquanto atividade universal, pode-se dizer que não há forças sociais externas ao desenvolvimento desse processo que

medeie, regule ou controle o produtor. Como vimos, no período em que as forças produtivas eram pouco desenvolvidas e o processo de trabalho pertencia exclusivamente aos núcleos tribais, os quais desenvolviam diferentes tipos de trabalhos para satisfação exclusiva das suas necessidades diretas, a divisão do trabalho era determinada por uma base puramente fisiológica e acontecia de forma espontânea a partir das características naturais dos membros dos grupos.

No desenvolvimento do trabalho a ação humana de transformar a natureza se converte em uma atividade exclusivamente humana, porque o homem objetiva uma ideação ao transformar o objeto de trabalho. São os próprios produtores que controlam suas ações, porque regulam e orientam todo o processo de trabalho para objetivar determinada finalidade. As determinações sociais desencadeadas pelo processo de trabalho se relacionam com o processo de desenvolvimento da divisão social do trabalho. De acordo com Marx, a primeira forma histórica de divisão do trabalho era realizada sem que o produto do trabalho fosse propriedade privada de outros. A divisão do trabalho como forma de desenvolvimento e organização do processo de trabalho não impunha obstáculos ao desenvolvimento dos membros do grupo social. Segundo Marx, “[...] a divisão do trabalho no todo de uma sociedade, seja ou não mediada pelo intercâmbio de mercadorias existe nas mais diferentes formações sócio-históricas [...]” (MARX, 1983, p. 282).

Marx (1984, p. 105) nos lembra que “o processo de trabalho une o trabalho manual com o trabalho intelectual”. Desse modo, o autor entende a divisão do trabalho como categoria pertencente ao desenvolvimento do trabalho como força pertencente aos domínios dos produtores. O processo de trabalho pode ser socialmente dividido de forma consciente e planejada pela coletividade dos produtores. O processo de trabalho se realiza através da divisão do trabalho e tem como resultado determinados produtos que satisfaçam diretamente as necessidades comuns dos produtores, ou seja, podem produzir produtos para seu próprio uso, sem que haja a apropriação privada a partir da exploração de trabalho alheio.

Ao abordar a relação entre a divisão do trabalho e o trabalho, pode-se afirmar a partir de Marx que independentemente de formas sociais que tenham como base fundante o trabalho explorado, sempre existirá divisão do trabalho. No entanto, na medida em que o desenvolvimento da história da humanidade se desenvolve sob

uma base classista e de desigualdade social, o autor passa a identificar que a divisão do trabalho pode-se revelar especificamente como formas de propriedade de conteúdo social privado, como por exemplo, no escravismo, feudalismo e capitalismo. O trabalho explorado por uma classe dominante em detrimento da classe dominada revela formas de desenvolvimento da divisão do trabalho e dissociação entre “forças materiais e forças espirituais” do processo de trabalho.

Vimos nesse sentido, que a oposição entre o trabalho manual e o trabalho intelectual expressou formas de dominação entre classes, mesmo que o produto do trabalho ainda não fosse generalizado como mercadoria. No escravismo e no feudalismo, o produto do trabalho não era transformado de modo generalizado como forma particular de mercadoria, mas havia a apropriação privada de trabalho alheio. Ainda que o produto do trabalho não fosse transformado predominantemente em mercadoria, como no capitalismo, a divisão social do trabalho se desenvolve de modo a manter o processo de cisão e oposição entre as forças materiais e espirituais do trabalho.

De acordo com Marx (1983, p. 74), numa sociedade em que não haja a forma de exploração do trabalho alheio por uma classe, existiu uma forma de desenvolvimento da divisão social do trabalho em que não havia uma relação de oposição entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Como vimos, as diferentes necessidades humanas são supridas a partir de diferentes trabalhos, ou seja, numa divisão social do trabalho em que uns possam realizar a função da lavoura, da pecuária, fiação, tecelagem, costura, etc., a partir das determinações histórico-sociais comuns ao usufruto igualitário dos produtores.

Ao analisarmos a forma específica de produção capitalista viu-se que a divisão social do trabalho se coloca como modo de manutenção da exploração entre classes e de dominação do capital. Portanto, se o revolucionamento das condições objetivas da produção aumentou a produtividade do trabalho que especificamente objetiva valor, para o trabalhador significou maior grau de exploração pelo capital, pois a divisão do trabalho instaura um processo de “mutilação do trabalhador”, “como meio de exploração civilizada e refinada” (MARX, 1983, p. 286). Além disso, a base da produção material capitalista reproduz o domínio do capital sobre o trabalho. No capitalismo os produtores são destituídos do controle sobre o processo

de trabalho, pois são expropriados dos meios materiais de produção, são formalmente livres para produzirem a valorização crescente do capital, ao serem explorados através da extração da mais-valia.

A sociedade capitalista além de se fundar na relação de exploração do trabalho alheio pela classe dominante tem como meta aumentar a taxa de exploração a patamares inéditos na cena histórica mundial. De acordo com Marx, o trabalho realizado especificamente no modo de produção capitalista terá dupla função, pois tanto representa o conjunto de valores de uso produzidos, quanto ao mesmo tempo representa o trabalho excedente que é extraído para a crescente valorização do capital. Afirma o autor que,

a jornada de trabalho está desde o princípio dividida em duas partes: trabalho necessário e mais-trabalho. Para prolongar o mais-trabalho reduz-se o trabalho necessário por meio de métodos pelos quais o equivalente do salário é produzido em menos tempo (MARX, 1984, p. 106).

No modo de produção capitalista, o processo de trabalho produz valor de uso como condição para o desenvolvimento da vida humana, mas ao mesmo tempo, produz a mais-valia para o processo de valorização do capital. Além disso, vimos que na sociedade capitalista a produção adquire um nível elevadíssimo de desenvolvimento das forças produtivas, porque pela primeira vez na história as condições sociais de produção são revolucionadas passando a produzir excedente de forma intensa. A extração da mais-valia relativa, que constitui a fase consolidada do capitalismo enquanto forma predominante de produção, além de expressar através da grande indústria o desenvolvimento da produtividade do trabalho, expressa também a forma encontrada pelo capital para dominar e subordinar o trabalho.

A mesma consciência burguesa, que festeja a divisão manufatureira do trabalho, a anexação do trabalhador por toda a vida a uma operação parcial e a subordinação incondicional dos trabalhadores parciais ao capital como uma organização do trabalho que aumenta a força produtiva, denuncia com igual alarido qualquer controle e regulação social consciente do processo social de produção como uma infração dos invioláveis direitos de propriedade, da liberdade e da "genialidade" autodeterminante do capitalista individual (MARX, 1983, p. 280).

De acordo com Marx, o processo social da vida, ou seja, o processo da produção material expressa as condições sociais de produção. A produção

manufatureira engendrou características específicas de desenvolvimento do trabalho ao consolidar uma forma de organização inovadora tanto dos meios objetivos do trabalho, como a própria forma de organização dos trabalhadores. Marx afirma que a divisão manufatureira do trabalho é específica ao capitalismo por concentrar meios de produção em um mesmo local, dispondo de vários trabalhadores parciais realizando o processo de trabalho. De modo que para o autor (1983, p. 269), a formação do trabalhador coletivo como o “mecanismo vivo da manufatura” elevou a força produtiva do trabalho consolidando a apropriação privada do processo de trabalho pelo capital. As ferramentas, os instrumentos, objeto de trabalho, espaço de produção, etc., pertencem ao capitalista como capital; ao trabalhador, lhe pertence apenas a sua força de trabalho que será vendida ao capitalista.

No processo de instauração da produção manufatureira o conjunto de trabalhadores parciais que constitui o trabalhador coletivo se caracteriza por mutilar, atrofiar a força de trabalho e aniquilar o trabalhador no processo de trabalho capitalista. Se na produção artesanal dos antigos ofícios o produtor se reconhecia no processo de trabalho, a partir de sua entrada no trabalhador coletivo, ele será cindido e transformado em um trabalhador parcial. O seu atrofiamento se deve à cristalização de funções parciais que exercerá até se tornarem “ossificadas”, como funções exclusivas de uma profissão ao longo de sua vida e por gerações de trabalhadores.

De acordo com Marx (1983, pp. 267/268/273/276), “solda-se”; “ossifica-se”, e “cristaliza-se” o trabalhador parcial a uma operação parcial que é consequência da divisão do trabalho na manufatura. O trabalhador parcial da manufatura executa parte de uma operação constitutiva da divisão do trabalho e compõe nesse sentido o trabalhador coletivo (MARX, 1983, p. 269). Vejamos que durante a análise de Marx acerca da divisão manufatureira do trabalho o autor revela que ela é uma criação específica do modo de produção capitalista (MARX, 1983, p. 282). A divisão manufatureira do trabalho impõe por toda a sua vida, uma operação parcial de toda a extensão do processo do trabalho, desenvolvendo a “virtuosidade do trabalhador detalhista” (MARX, 1983, p. 269). Em relação ao domínio global do trabalho do antigo artesão de ofício, esta é uma das consequências do processo de divisão do trabalho na manufatura, que aniquila o trabalhador (MARX, 1983, p. 269).

Assim, Marx enfatiza que apesar das vantagens que a manufatura combinada proporciona, na qual cada processo de produção manufatureiro possui sua própria divisão do trabalho, aumentando conseqüentemente a produtividade do trabalho, representa o desenvolvimento do modo de produção que tem como objetivo a extração de mais-trabalho, sendo a produção de mais-valia o conteúdo específico dessa sociedade. O fato de o desenvolvimento da divisão do trabalho constituir uma parte do conjunto de mudanças das relações de produção como fonte geradora da dinamização da produtividade do trabalho no capitalismo, segundo o autor, não extrai as características essenciais de subordinação do trabalhador ao capital.

Como vimos, é de fundamental importância observar que para Marx a *divisão manufatureira do trabalho* é uma forma específica da divisão do trabalho capitalista (1983, p. 282). A divisão manufatureira do trabalho analisada por Marx na sua caracterização, desenvolvimento e determinações sócio-históricas essenciais revelam a essência do desenvolvimento capitalista. Marx diferencia qualitativamente o trabalho artesanal das antigas corporações de ofício, revelando as novas relações sociais de produção que surgem na produção manufatureira. Sob esse aspecto, o autor minuciosamente afirma que o processo de perda do domínio e controle dos produtores sobre o processo de trabalho é produto da divisão manufatureira do trabalho (MARX, 1983, p. 283). Além disso, “as forças intelectuais do processo material de produção” se opõem aos produtores como “propriedade alheia e poder que os domina” (MARX, 1983, p. 283).

Marx afirma que na produção manufatureira o processo de dissociação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual se desenvolve, consolidando as forças espirituais: (conhecimentos, compreensão, vontade e direção social da produção) como forças alheias aos domínios dos produtores e poder do capital sobre o trabalho. As potências intelectuais do processo de trabalho são usurpadas dos produtores e se colocam como forças externas que os controla e domina. Nesse sentido, a divisão manufatureira do trabalho consolida uma forma peculiar de desenvolvimento especificamente capitalista por transformar o trabalhador em um trabalhador parcial constitutivo do trabalhador coletivo (MARX, 1983, p. 269).

Já ao analisar a consolidação do capitalismo maduro, com a instauração da produção industrial, o autor aponta para a forma específica de desenvolvimento da

divisão do trabalho na fábrica, ao se completar o processo de divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual na produção (MARX, 1983, p. 283-284). No que se refere à específica divisão do trabalho da grande indústria, Marx (1983, p. 283-284) afirma que o processo de dissociação entre trabalho manual e trabalho intelectual se completa. O que na manufatura reduzia o trabalhador parcial constitutivo do trabalhador coletivo como mero executor do trabalho manual, na grande indústria o transformará num “apêndice vivo incorporado a um complexo de máquinas” (MARX, 1984, p. 42-43). Segundo o autor, ocorre também a consolidação do modo de produção capitalista porque a produção se converte na forma específica de exploração do trabalho em grande escala de produtividade. Essa exploração tem base objetiva na grande indústria, porque será excluído o princípio artesanal que ainda possibilitava ao trabalhador coletivo da manufatura desenvolver no processo de trabalho o manejo hábil de seus meios de trabalho, como as ferramentas e instrumentos (MARX, 1983, p. 269). Como afirma o autor: “[...] a máquina, na mão do capitalista, transforma-se no meio objetivo e sistematicamente aplicado de espremer mais trabalho no mesmo espaço de tempo” (MARX, 1984, p. 35).<sup>44</sup>

A consolidação da separação e da oposição como inimigos entre as potências intelectuais do processo de trabalho e o trabalho manual, bem como a transformação dessas forças como poder despótico do capital sobre o processo de trabalho e sobre os produtores se completa na grande indústria (MARX, 1984, p. 44). O autor explica que é característico da produção fabril desenvolver uma “divisão puramente técnica do trabalho” (MARX, 1984, p. 42). Segundo sua análise, na produção desenvolvida na fábrica da grande indústria, se encontra a forma particular especificamente capitalista de divisão do trabalho, em que há a divisão entre os “trabalhadores operadores de máquina-ferramenta e seus ajudantes” e “ao lado dessas classes principais, surge um pessoal numericamente insignificante”, de “trabalhadores com formação científica ou artesanal” que se ocupa do controle e reparação do conjunto da maquinaria. Pode-se afirmar que esses trabalhadores que planejam e dirigem a produção, realizam o trabalho intelectual (engenheiros,

---

<sup>44</sup> “Certa deformação física e espiritual é inseparável mesmo da divisão do trabalho em geral na sociedade. Mas como o período manufatureiro leva muito mais longe essa divisão social dos ramos de trabalho e, por outro lado, apenas com a sua divisão peculiar alcança o indivíduo em suas raízes vitais, é ele o primeiro a fornecer o material e dar o impulso para a patologia industrial” (MARX, 1983, p. 285).

marceneiros, mecânicos, etc.), externamente ao círculo de operários de fábrica, que são os trabalhadores que executam o trabalho manual (MARX, 1984, p. 42).

Verifica-se desse modo que a divisão do trabalho específica à fase de consolidação da grande indústria completa o processo de cisão entre o planejamento e a execução do processo de trabalho. Marx salienta que esta cisão representa a “oposição como inimigos” entre o trabalho manual e o trabalho intelectual” (MARX, 1984, p. 105). Portanto, a processualidade histórica da divisão do trabalho no capitalismo além de elevar a produtividade do trabalho também representou meios empregados na esfera produtiva pelo capital para subordinar, dominar e exercer o seu poder despótico sobre o trabalho.

Como verificamos historicamente Marx analisa que desde a consolidação da cooperação capitalista, no desenvolvimento da manufatura e na instauração da grande indústria, as formas da divisão do trabalho se complexificam cristalizando a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual. No início, a direção social do processo produtivo era realizada diretamente pelo pequeno patrão empregador, até ele se libertar do trabalho manual e se consolidar na produção como capitalista proprietário de capital (MARX, 1983, p. 262-263). A direção despótica do capital passa a ser exercida por uma espécie particular de assalariados, que comandarão em nome do capital, ou seja, ao personificar os interesses do capital. A função de supervisão direta e contínua do trabalho exercida pela direção despótica do capital é transferida a uma espécie particular de assalariados (MARX, 1983, p. 264). Segundo Marx, “o capitalista não é capitalista porque ele é dirigente industrial, ele é dirigente industrial porque ele é capitalista” (MARX, 1983, p. 264). O grande número de trabalhadores empregados simultaneamente através do conjunto de força de trabalho que executa o trabalho manual necessita de um comando e poder despótico. “O trabalho da superintendência se cristaliza como função exclusiva. [...] O comando supremo na indústria se torna atributo do capital” (MARX, 1983, p. 264).

A oposição como inimigos entre o trabalho manual e o trabalho intelectual representa a oposição entre capital e trabalho, entre classes sociais que têm interesses antagônicos (MARX, 1984, p. 105). Desse modo, a importância da análise de Marx sobre a característica do poder exercido pelo capital sobre o trabalho se revela quando o autor afirma que esse poder se reproduz na base objetiva das

condições sociais de produção (MARX, 1983, p. 283). Portanto, a separação entre as potências intelectuais e o trabalho manual representa forma específica de divisão social do trabalho específica às sociedades de classes. No capitalismo, essa dissociação alcança a completude deste processo de separação entre planejamento e execução, tornando o capital como força social despótica que exerce poder e controle sobre o trabalho.

Como pudemos apreender da análise de Marx sobre a essência e constituição do modo de produção capitalista, a dissociação das forças intelectuais do processo de trabalho como forças estranhas aos domínios dos produtores se revela como um processo almejado pelo capital. No entanto como ressaltamos na introdução, diferentemente da análise que Marx realiza no século XIX, contemporaneamente, desde décadas finais do século XX até hoje, diante das mudanças nas relações sociais de produção com o fordismo e o toyotismo, teóricos propõem que há uma alteração essencial na divisão do trabalho e no trabalho.

Nesse sentido, como vimos nas discussões citadas da coletânea de Gorz (1996) e Lessa (2007) surgem “teses que invalidam a envergadura ontológica do trabalho”, ou mesmo teses que defendem a união, ou uma “nova reconfiguração da relação entre trabalho manual e trabalho intelectual” em consequência das mudanças tecnológicas. O objetivo de integrar o trabalho manual às esferas de participação e desenvolvimento do trabalho intelectual se revela sem substância, se considerarmos a essência do modo de produção capitalista. Se o processo de trabalho realizado pelo trabalho manual é fundido com o trabalho intelectual desaparecendo a divisão do trabalho tal como analisada por Marx, desapareceriam também as classes sociais. Este fenômeno já foi amplamente refutado por intelectuais marxistas e comprovado pela realidade histórica. De acordo com Lessa (2007, p. 297) essas teses que defendem o fim do trabalho “não possuem qualquer argumento substancial.” Portanto, segundo esse autor, mesmo que atualmente o proletariado esteja realizando outras tarefas como a supervisão de outros trabalhadores, com a exploração e precarização intensas do trabalho, no modo de produção capitalista, a divisão social do trabalho essencialmente continua a expressar uma relação de oposição “como inimigos” do trabalho manual com o trabalho intelectual, assim como afirmou Marx (apud LESSA, 2007, p. 95).

Portanto, a oposição entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, ou seja, entre a concepção e a execução no processo produtivo é uma característica do modo de produção capitalista e está na sua base material de produção. Se Marx estiver certo em relação à divisão do trabalho capitalista, podemos afirmar que num processo de ruptura com a sociedade capitalista terá que se concretizar desde o início e durante todo o processo de transição socialista, um longo e profundo processo de reestruturação radical dessa forma de divisão do trabalho.

Esta preocupação tão atual e fundamental para a teoria da transição socialista é recorrente na discussão de Marx (1977, p. 231) sobre a transição socialista e o processo de construção de uma sociedade comunista. Afirma o autor que a sociedade comunista não se

[...] desenvolveu sobre sua própria base, mas de uma [sociedade] que acaba de sair precisamente da sociedade capitalista e que, portanto, apresenta ainda em todos os seus aspectos, no econômico, no moral e no intelectual, o selo da velha sociedade de cujas entranhas procede. (MARX, 1977, p. 231).

Nesse sentido, os fundamentos delineados por Marx acerca da divisão do trabalho especificamente capitalista devem ser resgatados e apreendidos na sua essencialidade para se entender o que da “herança” das relações sociais de produção capitalista deverá ser ontologicamente negada e reestruturada de forma radicalmente nova. A nossa contribuição nos faz resgatar que para o autor o eixo fundante para que se instaure processualmente e dialeticamente o trabalho associado perpassa impreterivelmente pela reestruturação radical divisão do trabalho. O que é fundamental observar é que o processo de transição socialista irá desencadear uma transformação das relações sociais de produção, implicando na reformulação profunda da produção e de todos os aspectos da vida social. O que implicará necessariamente na reunificação do trabalho manual e intelectual no interior do processo de trabalho em sua totalidade e de toda a sociedade. A *divisão do trabalho* na fábrica e a *divisão social do trabalho* terão que ser *radicalmente transformadas* para que o capital não seja reintroduzido na produção e em todas as esferas das relações sociais. Como observa Marx:

Na fase superior da sociedade comunista, quando houver desaparecido a subordinação escravizadora dos indivíduos à **divisão do trabalho e, com ela, o contraste entre o trabalho intelectual e o trabalho manual**; quando

o trabalho não for somente um meio de vida, mas a primeira necessidade vital; quando, com o desenvolvimento dos indivíduos em todos os seus aspectos, crescerem também as forças produtivas e jorrarem em caudais os mananciais da riqueza coletiva, só então será possível ultrapassar-se totalmente o estreito horizonte burguês e a sociedade poderá inscrever em suas bandeiras: De cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades (1977, p. 232, grifos nossos).

Afinal, como afirma Marx (1983, p. 75), “o controle consciente, universal e planejado dos produtores livremente associados” deve nortear politicamente e economicamente todo o processo de ruptura radical com o capital. A superioridade da emancipação humana sobre um mundo objetivado pelo trabalho abstrato põe a possibilidade e necessidade históricas da revolução social. Nesse sentido, este estudo nos remete à reflexão de que a transformação da sociedade exige dos produtores associados um longo, intenso e imprescindível processo de reestruturação fundamental e um caminho qualitativamente novo das forças produtivas nas relações socialistas de produção.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. *A Flor e a Náusea*. In: *A Rosa do Povo*. - 12. ed.- Rio de Janeiro, Record, 1993.

ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Tradução Leandro Konder. - 16. ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *A Ideologia Alemã (I - Feuerbach)*. - 5. ed. - São Paulo: Hucitec, 1986.

GORZ, André. *Crítica da Divisão do Trabalho*/ escolhidos e apresentados por André Gorz; tradução Estela dos Santos Abreu. - 3. ed. - São Paulo: Martins Fontes, 1996.

IAMAMOTO, Marilda. *Servicio Social y División Social del Trabajo – un análisis crítico de sus fundamentos*. 2. ed. - Cortez Editora, São Paulo, 2001. (Biblioteca Latinoamericana de Servicio Social)

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. - 20. ed. - SP, Cortez Editora, 2007.

LESSA, Sérgio. *Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo*. São Paulo, Cortez Editora, 2007.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. - 3. ed. - São Paulo: Abril Cultural, Livro primeiro, Volume I, Tomo 1, 1983. (Os economistas).

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*. 3. ed. - São Paulo: Abril Cultural, Livro primeiro, Volume I, Tomo 2, 1984. (Os economistas).

\_\_\_\_\_. *Das Kapital - Kritik der politischen Ökonomie*. Dietz Verlag, Berlin, 1962.

\_\_\_\_\_. *“Crítica ao Programa de Gotha”*. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Textos 1*. São Paulo, Edições Sociais, 1977.

\_\_\_\_\_. *A Guerra Civil na França. A Revolução antes da Revolução. Volume. 2. 1. ed.* - São Paulo, Expressão Popular, 2008. (Coleção Assim lutam os povos).

\_\_\_\_\_. *Miséria da filosofia.* Editora Expressão Popular, São Paulo, 2009.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social.* 4. ed. – SP, Cortez Editora, 2005.

\_\_\_\_\_. *Ditadura e Serviço Social – uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.* 10. ed. - São Paulo. Cortez Editora, 2007.

SANTOS, J. S. *Neoconservadorismo Pós-Moderno e Serviço Social Brasileiro.* São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção questões da nossa época; v. 132).